

Proc. Administrativo 42- 7.697/2025

De: Lucas F. - SMMA-AUX

Para: COMLIC-INT - Rosemeri Campos

Data: 23/10/2025 às 15:25:23

Setores (CC):

GP-CG-COMLIC, COMLIC-INT

Setores envolvidos:

Prefeito, SMAD-LIC, SMF, SMF-CONT, SMF-DRM-DRMOB, SMMA, SMMA-AE, SMMA-AUX, SMGEP-DEPROJ, SMDESCH-DH-PROJSOC, GP-CG-COMLIC, 8-PGM-SAAJ, 6-PGM-AJ, 0-PG, SMAD-AJCL, COMLIC-INT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025-Registro de Preços para futura aquisição de biodigestores

Prezada(o),

Em atendimento ao despacho 41 e com os ajustes devidos, seguem os documentos anexados. De mais a mais, salientamos que os documentos referentes à inexigibilidade da Prefeitura de Pareci Novo se encontram na íntegra. Por fim, citamos as fontes dos orçamentos pesquisados:

- Prefeitura de Canoas: <https://pncp.gov.br/app/editais/88577416000118/2025/62>
- Prefeitura de Pareci Novo: <https://pncp.gov.br/app/editais/93235950000186/2025/98>
- Prefeitura de Vicentina: <https://pncp.gov.br/app/editais/24644502000113/2025/22>
- Secretaria de Educação do Estado do Piauí: <https://pncp.gov.br/app/editais/06554729000196/2025/11>

At.te,

Lucas Teixeira Ferreira
Assistente Administrativo

Anexos:

1_MARCA_MODELO_BIODIGESTOR_EMPRESA_OSC_COMERCIO_E_SERVICOS.pdf
2_MARCA_MODELO_GT_BIODIGEST_Biodigestor_Autossuficiente_Catalogo_Informativo_EMPRESA_GAIATEC.pdf
E_mail_Marcas_Modelos_de_equipamentos_RP_BIODIGESTOR_SMMA_SMDR_E_SMED_EMPRESA_HYDROTEC.pdf
E_mail_Marcas_Modelos_de_equipamentos_RP_BIODIGESTOR_SMMA_SMDR_E_SMED_EMPRESA_SANEAR_B.pdf
PESQUISA_DE_PRECOS_PNCP_ATA_DE_HOMOLOGACAO_E_EDITAL_PREFEITURA_DE_CANOAS.pdf
PESQUISA_DE_PRECOS_PNCP_TERM_INEXIGIBILIDADE_E_ETP_SEDUC_ESTADO_DO_PIAUI.pdf
PESQUISA_DE_PRECOS_PNCP_TERM_INEX_PUBLICACAO_E_ETC_PREFEITURA_DE_PARECI_NOVO.pdf
PESQUISA_PNCP_EDITAL_DE_PUBLICACAO_E_TR_PREFEITURA_DE_VICENTINA_MS.pdf
Planilha_orcamentaria_Comp_de_Valores_Homogeneos_BIODIGESTOR_SMMA_SMDR_E_SMED_POS_IMPUGNA.pdf
TR_RP_Aquisicao_de_Biodigestores_SMMA_SMED_E_SMDR_POS_IMPUGNACAO.pdf



RBIL4000/2500

- Biodigestor-Unidade de Biogás
- Tanque de gás: 2.500l
- Tanque digestor: 4.000l
- Material: Lona de Polietileno, Proteção UV
- Acessórios: Fogareiro de biogás (2 bocas), Tubulação de gás externa (10m), Tubulação Interna (3m), Filtro de gás, Manômetro,
- Manual: Guia de Montagem detalhado (arquivo digital).
- Aplicação: Transformar o lixo orgânico em combustível biogás
- Área adequada: Casa, casa de campo, resort, restaurante, fossa séptica e etc.
- Principal característica: Peso leve e fácil de instalar, de alta produção de gás.
- Material de fermentação: Resíduos orgânicos, fezes humanas, estrume animal, resíduos de jardim
- Vida útil: 10 anos
- O tempo de instalação: Dentro 2 horas
- Garantia: 24 meses

RESUMO TÉCNICO

- Biodigestor de Usina de Biogás é composto por uma membrana Luz do Agregado Familiar saco com um saco de armazenamento e saída de gás combinados em um, uma estrutura de suporte para apoiar o saco digestor, uma bomba de alimentação para a alimentação do material de fermentação, uma saída para que flui para fora do chorume, um filtro para limpar o biogás,
- Saida combinada de gás e fertilizante.
- O saco digestor é feito por um material especial, tem as características de antienvelhecimento, ácido e alcaloide resistentes, ultravioleta-prova.
- unidades de biogás e de bio-chorume são o produto do digestor de biogás. O biogás é um tipo de energia limpa e renovável, pode ser usado para cozinhar e para a geração de energia, bio-chorume é uma espécie de adubo orgânico de alta qualidade pode ser usado na agricultura.
- Fácil para o transporte, o produto é embalado em uma caixa, peso leve, adequado para entrega expressa e dos transportes aéreos.
- Fácil de instalar: Apenas uma pessoa normal pode instalar dentro de uma hora sem qualquer formação.
- Frete de serviços de instalação e instrução de operação
- Formação técnica online
- Dois anos de garantia
- 100% acessórios de abastecimento

INCLUSO NO KIT



OS BENEFÍCIOS QUE O BIODIGESTOR RBIL4000/2500, PODE TRAZER PARA VOCÊ:

Pode melhorar o ambiente da sua casa, além de fornecer biogás de alta qualidade, energia verde e fertilizante orgânico de alta qualidade.



SMMA SAA

De: osc comercio <osccomercio@hotmail.com>
Enviado em: terça-feira, 30 de setembro de 2025 09:42
Para: SMMA SAA
Assunto: RE: Marcas/Modelos de equipamentos - RP BIODIGESTOR - SMMA, SMDR E SMED
Anexos: Orçamento_Montenegro-RS.pdf; Catalogo-RBIL4000-2500_Montenegro.pdf

Bom dia,

Segue anexo, Orçamento Biodigestor e Catalogo para sua apreciação.

Estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

ATT/ Gledson (11)95941-3747

OSC COMERCIO E SERVIÇOS-MEI

CNPJ:31.655.973/0001-92

TELEFONE: (11) 947431034 / (11) 982468481 / (11) 991914102/

De: SMMA SAA <smma.saa@montenegro.rs.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 29 de setembro de 2025 16:33
Para: OSCCOMERCIO@HOTMAIL.COM <OSCCOMERCIO@HOTMAIL.COM>
Assunto: Marcas/Modelos de equipamentos - RP BIODIGESTOR - SMMA, SMDR E SMED

Prezada(o),

Encaminho o e-mail supracitado. Questiono se vocês fornecem o Biodigestor do documento anexado, e qual a marca que vocês usam. De mais a mais, a título de registro, vi que vocês são a empresa **OSC COMERCIO E SERVICOS LTDA.**

Aguardo um retorno.

Desde já, agradeço pela atenção.

At.te,

Lucas Teixeira Ferreira – Assistente Administrativo

Prefeitura Municipal de Montenegro/RS
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA
CNPJ 90.895.905/0001-60
Rua João Pessoa, 1363, Centro
Cep 92510-045
☎ Telefone: 55 51 3649 1829 / 3649 5678





GAIATEC
SISTEMAS

BIOGÁS

BIODIGESTOR AUTOSSUFICIENTE

Tecnologia em sistemas de água, biogás, gás, indústria e agronegócio



Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0

GT-BIODIGEST

Biodigestor Autossuficiente

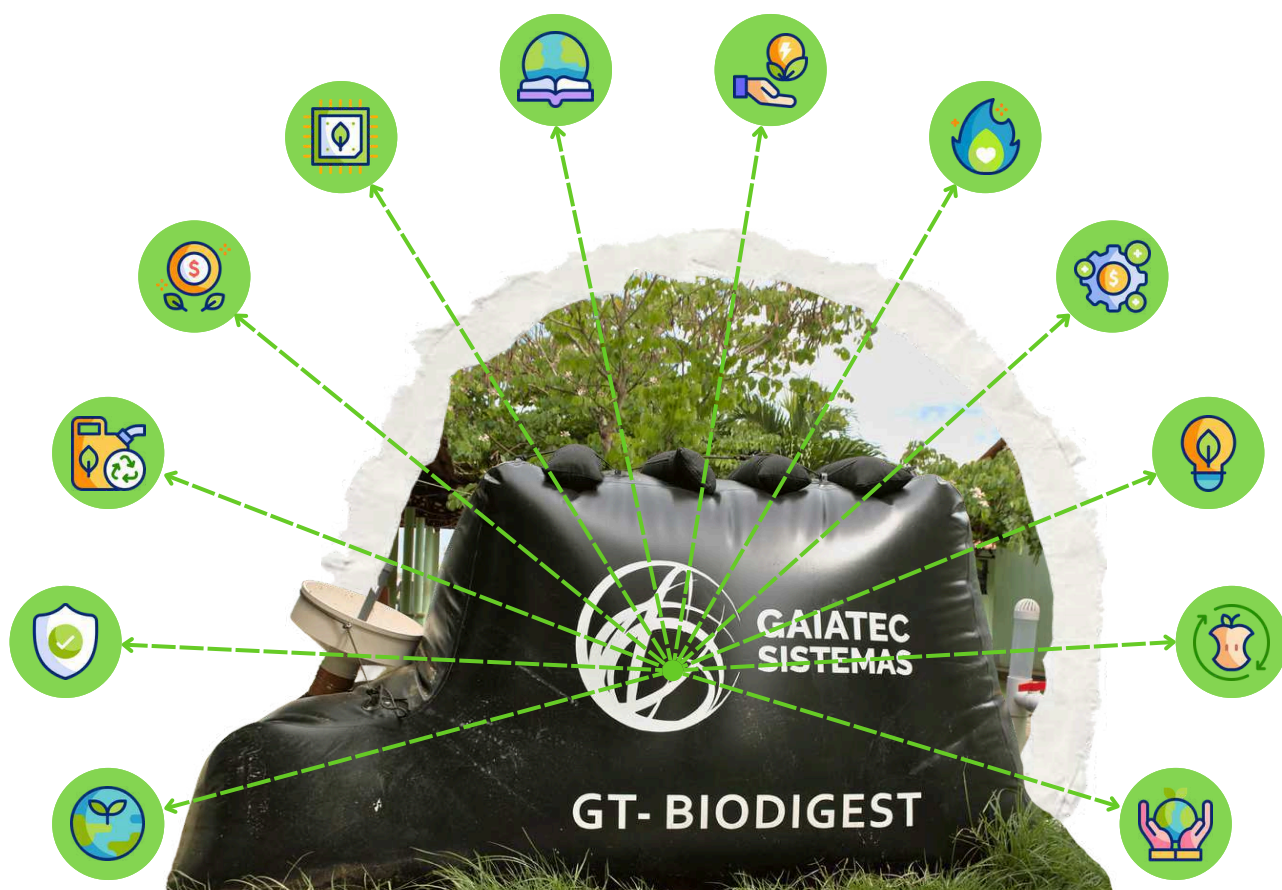


O **GT-BIODIGEST**, biodigestor autossuficiente da Gaiatec Sistemas, é uma solução revolucionária que alia **eficiência, sustentabilidade e economia**, proporcionando uma maneira inovadora e prática de lidar com resíduos orgânicos. Mais do que um simples equipamento para descarte, ele transforma esses resíduos em dois produtos extremamente valiosos: **biogás, uma fonte de energia limpa e sustentável**, e **biofertilizante, rico em nutrientes**, pronto para ser usado em cultivos agrícolas e jardins.

O QUE É O GT-BIODIGEST?

O **GT-BIODIGEST** é um biodigestor projetado para gerenciar resíduos orgânicos de maneira eficiente e sustentável, ao mesmo tempo em que oferece benefícios diretos ao usuário. Ele funciona como uma ferramenta prática que facilita o aproveitamento de restos de alimentos, esterco animal ou outros resíduos orgânicos, convertendo-os em **biogás e biofertilizantes**.

A sua simplicidade de uso e autossuficiência tornam o **GT-BIODIGEST** ideal para propriedades rurais, fazendas, escolas, condomínios, hospitais, comunidades e até mesmo residências, permitindo a geração de energia e fertilizantes de forma independente e sustentável!



COMO FUNCIONA O GT-BIODIGEST?

O funcionamento do **GT-BIODIGEST** é descomplicado e eficiente, seguindo um processo natural de decomposição:

- **Entrada de Resíduos Orgânicos:** Restos de alimentos, esterco animal ou resíduos agrícolas são inseridos no biodigestor.
- **Fermentação Anaeróbica:** Bactérias que vivem em ambientes sem oxigênio decompõem essa matéria orgânica. Nesse processo, elas liberam biogás que é armazenado no sistema.
- **Produção de Biogás:** O biogás gerado pode ser usado diretamente como fonte de energia para cozinhar, aquecer ou até mesmo gerar eletricidade.
- **Produção de Biofertilizante:** Além do biogás, o processo gera um resíduo líquido nutritivo, que pode ser utilizado como biofertilizante natural para melhorar a qualidade do solo.

O Melhor de Tudo: O **GT-BIODIGEST** é autossuficiente, ou seja, regula automaticamente todo o processo, mantendo a produção contínua de biogás e fertilizante sem necessidade de intervenções constantes.

1



Alimentação dos
Resíduos Orgânicos

2



Fermentação
Anaeróbica

3

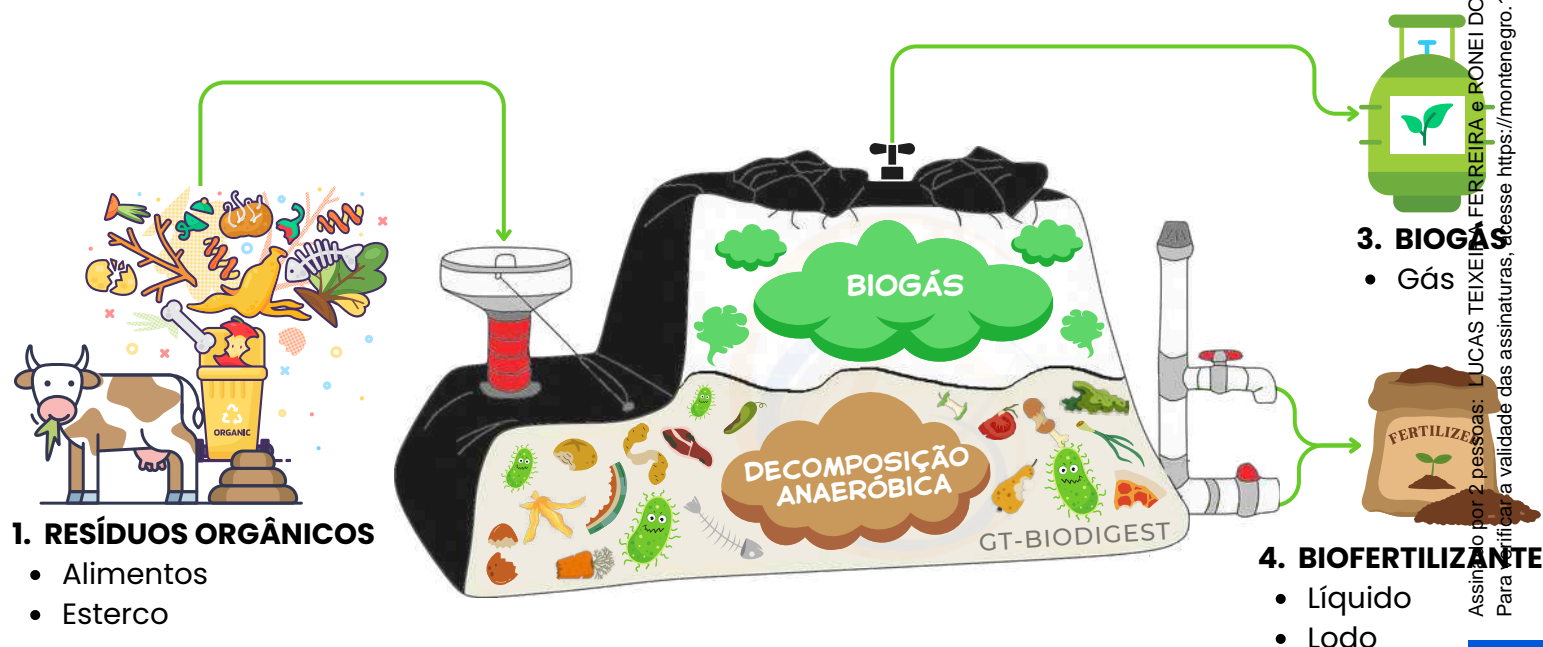


Biogás
Energia Limpa

4



Biofertilizante
Líquido e Lodo



Assimilado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E532-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E532-AFF0

POTENCIAIS DO GT-BIODIGEST

• Produção de Biogás

A principal aplicação dos biodigestores é a produção de biogás, que é uma mistura de gases (principalmente metano e dióxido de carbono) resultante da decomposição de matéria orgânica na ausência de oxigênio (processo anaeróbico). Abaixo algumas formas de utilizar o biogás:



Energia Elétrica



Cocção



Aquecimento



Combustível

• Produção de Biofertilizante

O resíduo orgânico, após a digestão no biodigestor, é transformado em biofertilizante, rico em nutrientes como nitrogênio, fósforo e potássio. Abaixo algumas formas de utilizar biofertilizante:



Áreas Verdes



Agricultura



Jardinagem



Revitalização Florestas

• Tratamento e Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos

Biodigestores são usados para o tratamento de resíduos orgânicos e efluentes, reaproveitando e transformando em recursos valiosos. Abaixo alguns tipos de resíduos:



Indústrias



Refeitórios/Restaurantes



Alimentos



Animais

• MicroGeração de Energia Térmica e Elétrica em Pequena Escala

Biodigestores são uma solução eficiente para geração de energia elétrica em comunidades rurais ou áreas isoladas, promovendo o acesso à energia renovável.



Comunidades Rurais



Áreas Isoladas



Ilhas



Comunidades Indígenas

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O GT-BIODIGEST!

Integrar a educação ambiental com tecnologias como o GT-BIODIGEST prepara nossos jovens **para serem líderes informados e conscientes.**

É uma **oportunidade para escolas, universidades, comunidades, estabelecimentos e empresas** adotarem práticas sustentáveis que farão uma diferença real e ainda lucrarem com isso!

CUIDE DO AMANHÃ, HOJE!



Pedagógico



Eficiência



Resultados



Sustentabilidade



Lixo Zero



Segurança



Interatividade



Preservação



Descarbonização

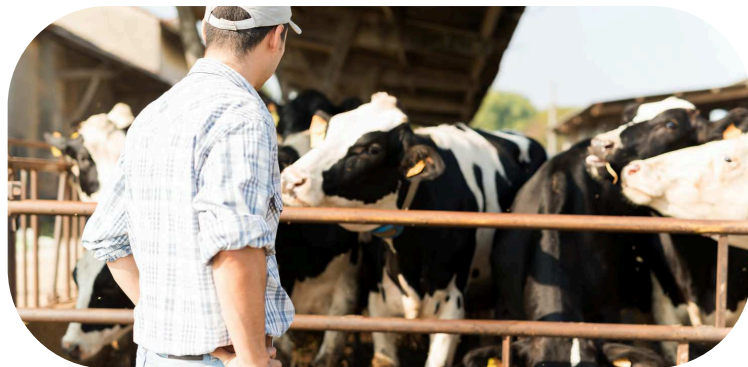
Assinado por 2 pessoas: TULIO S. TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/5129-D79F-E542-AFF0>

USUÁRIOS DO GT-BIODIGEST



ESCOLAS & UNIVERSIDADES

- Projeto educacional sustentável.
- Gestão de resíduos alimentares.
- Produção de energia local.
- Redução de custos operacionais.
- Fertilizante natural para jardins.



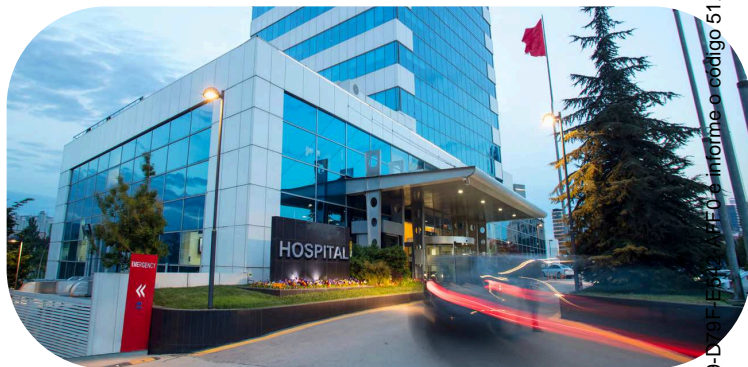
CRIADORES DE ANIMAIS

- Tratamento eficiente de esterco.
- Produção de biogás para energia.
- Biofertilizante para pastagens.
- Redução de poluição ambiental.
- Economia em energia e fertilizantes.



INDUSTRIAS

- Redução de resíduos orgânicos.
- Energia renovável para processos.
- Biofertilizante para cultivo.
- Redução de custos com energia.
- Conformidade ambiental sustentável.



HOSPITAIS (REFEITÓRIOS)

- Reaproveitamento dos resíduos alimentares.
- Geração de biogás para cocção de alimentos.
- Redução de despesas operacionais.
- Melhora da pegada ecológica.
- Destinação adequada de resíduos.



ÁREAS ISOLADAS

- Autonomia energética sustentável.
- Gestão local de resíduos orgânicos.
- Redução da dependência de lenha.
- Energia para iluminação e cozimento.
- Produção de fertilizante para cultivo.



RESTAURANTES & HOTÉIS

- Redução de resíduos alimentares.
- Produção de biogás para cozinhar.
- Economia com energia térmica.
- Geração de fertilizante orgânico.
- Prática sustentável e ecológica.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DO GT-BIODIGEST

O GT-BIODIGEST vai além da simples eliminação de resíduos, gerando uma série de benefícios econômicos, ambientais e sociais:

• Produção de Biogás

- Pode ser utilizado cozinhar, aquecer ambientes e água
- Pode converter em eletricidade com um gerador
- Reduz a dependência de combustíveis fósseis
- Redução de custos e economia



• Produção de Biofertilizante

- Adubo orgânico natural rico em nutrientes
- Melhoria da qualidade do solo
- Aumento da produtividade agrícola
- Redução de custos com fertilizantes



• Gestão de Resíduos Orgânicos

- Reaproveitamento de resíduos orgânicos
- Descarte correto dos resíduos
- Diminuição de odores em pontos de coleta de lixo
- Diminuição de volume de lixo nos aterros sanitários



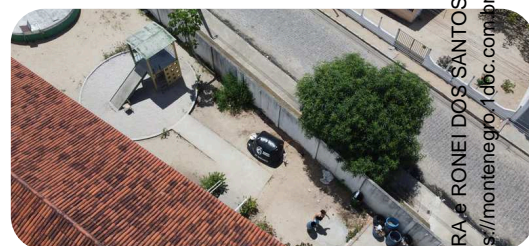
• Educação Ambiental

- Promove e ensina com eficiência práticas sustentáveis
- Pode ser utilizado como uma ferramenta pedagógica
- Revitalização das áreas verdes de escolas
- Gestão dos resíduos da escola e geração de economia



• Impacto Ambiental Positivo

- Diminuição de volume de lixo nos aterros.
- Descontaminação no solo e bacias hidrográficas.
- Contribui com a redução de gases de efeito estufa.
- Preservação da fauna e flora, além do ar que respiramos



• Economia

- Autossuficiência, produção de recursos com lixo
- Redução de custos com gases GLP
- Redução de custos com fertilizantes químicos
- Redução de custos com logística de descarte de lixo



• Praticidade e Eficiência

- Fácil de instalar, operar e de realizar manutenções
- Sem necessidade de obra civil para realizar a instalação
- Operação eficiente e descomplicada
- Construção segura, materiais resistente e de qualidade



POR QUE ESCOLHER O GT-BIODIGEST?

Se você está procurando uma maneira de alinhar suas práticas diárias com a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, colher os benefícios de uma tecnologia moderna, o **GT-BIODIGEST** é a escolha perfeita.

Junte-se ao movimento por um mundo mais limpo, eficiente e ecológico com o GT-BIODIGEST da Gaiatec Sistemas. Com ele, você transforma o que antes era lixo em um recurso valioso, ajudando a construir um futuro mais sustentável.



Transforme resíduos orgânicos em recursos



Produção de Biogás, uma fonte de energia renovável



Produção de Biofertilizante, adubo rico e natural



Economize com descarte, gás e fertilizantes



Potencialize e revitalize plantações e áreas verdes



Utilize o biogás para cozinhar ou gerar energia



Contribua ativamente com descarbonização



Promova a educação e práticas efetivas ambientais



Solução prática e fácil de instalar e utilizar

TAMANHOS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



GT-BIODIGEST 2m³

Dimensões

2200x1200x1200mm

Volume Total Interno

2000 litros

Volume Digestor

1200 litros

Volume Biogás

800 litros

Max Resíduo Orgânico/Dia

10L (Alimentos)

Max Resíduo Animal/Dia

30L (Esterco)

Geração Biofertilizante/Dia

40 litros

Aproveitamento Biogás

+/- até 2h fogareiro

+/- até 3h lamparina



GT-BIODIGEST 3m³

Dimensões

2500x1300x1300mm

Volume Total Interno

3000 litros

Volume Digestor

1600 litros

Volume Biogás

1400 litros

Max Resíduo Orgânico/Dia

15 litros (Alimentos)

Max Resíduo Animal/Dia

45 litros (Esterco)

Geração Biofertilizante/Dia

60 litros

Aproveitamento Biogás

+/- até 3h fogareiro

+/- até 4h lamparina



GT-BIODIGEST 5m³

Dimensões

3500x1300x1300mm

Volume Total Interno

5000 litros

Volume Digestor

3000 litros

Volume Biogás

2000 litros

Max Resíduo Orgânico/Dia

25 litros (Alimentos)

Max Resíduo Animal/Dia

75 litros (Esterco)

Geração Biofertilizante/Dia

100 litros

Aproveitamento Biogás

+/- até 5h fogareiro

+/- até 7h lamparina



GT-BIODIGEST 8m³

Dimensões

5000x1300x1300mm

Volume interno

8000 litros

Volume digestor

5000 litros

Volume Biogás

3000 litros

Max Resíduo Orgânico/Dia

40 litros (Alimentos)

Max Resíduo Animal/Dia

120 litros (Esterco)

Geração Biofertilizante/Dia

160 litros

Aproveitamento Biogás

+/- até 8h fogareiro

+/- até 10h lamparina



GT-BIODIGEST 10m³

Dimensões

6000x1300x1300mm

Volume interno

10000 litros

Volume digestor

6000 litros

Volume Biogás

4000 litros

Max Resíduo Orgânico/Dia

50 litros (Alimentos)

Max Resíduo Animal/Dia

150 litros (Esterco)

Geração Biofertilizante/Dia

200 litros

Aproveitamento Biogás

+/- até 10h fogareiro

+/- até 12h lamparina

PRODUÇÃO DE BIOGÁS & BIOFERTILIZANTE

COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO DOS TAMANHOS DO GT-BIODIGEST

Vamos ver como os diferentes tamanhos de biodigestores se comparam na produção de biogás. Aqui, destacamos quantos dias cada modelo leva para gerar o equivalente a um botijão de gás de 13 kg e quantos botijões podem ser produzidos em um mês.

Sabemos que um botijão de 13 kg contém aproximadamente 24,2 m³ de biogás. A conversão foi feita considerando a capacidade máxima de resíduos que cada biodigestor pode processar diariamente, além de fatores como temperatura (38°C) e pH (7,5), que afetam a eficiência.

POR QUE ESSA COMPARAÇÃO É IMPORTANTE?

Entender a produção de biogás ajuda a visualizar o potencial de economia e a autossuficiência energética que você pode alcançar, facilitando a escolha do modelo ideal para suas necessidades.

A PRODUÇÃO DE BIOFERTILIZANTE

A quantidade de biofertilizante que o biodigestor gera depende diretamente dos resíduos que você adiciona. Se o seu biodigestor tem capacidade para 30 litros de resíduos por dia, você poderá retirar 30 litros de biofertilizante diariamente.

Para manter o sistema em equilíbrio, é importante retirar a mesma quantidade de biofertilizante que você adicionou de resíduos. Lembre-se de misturar os resíduos com água na proporção de 1 para 1 (1 kg de resíduo + 1 litro de água).



Biogás
35 dias



Biofertilizante

40L dia



Biogás
24 dias



Biofertilizante

60L dia



Biogás
12 dias



Biofertilizante

100L dia



Biogás
10 dias



Biofertilizante

160L dia



Biogás
7 dias



Biofertilizante

200L dia

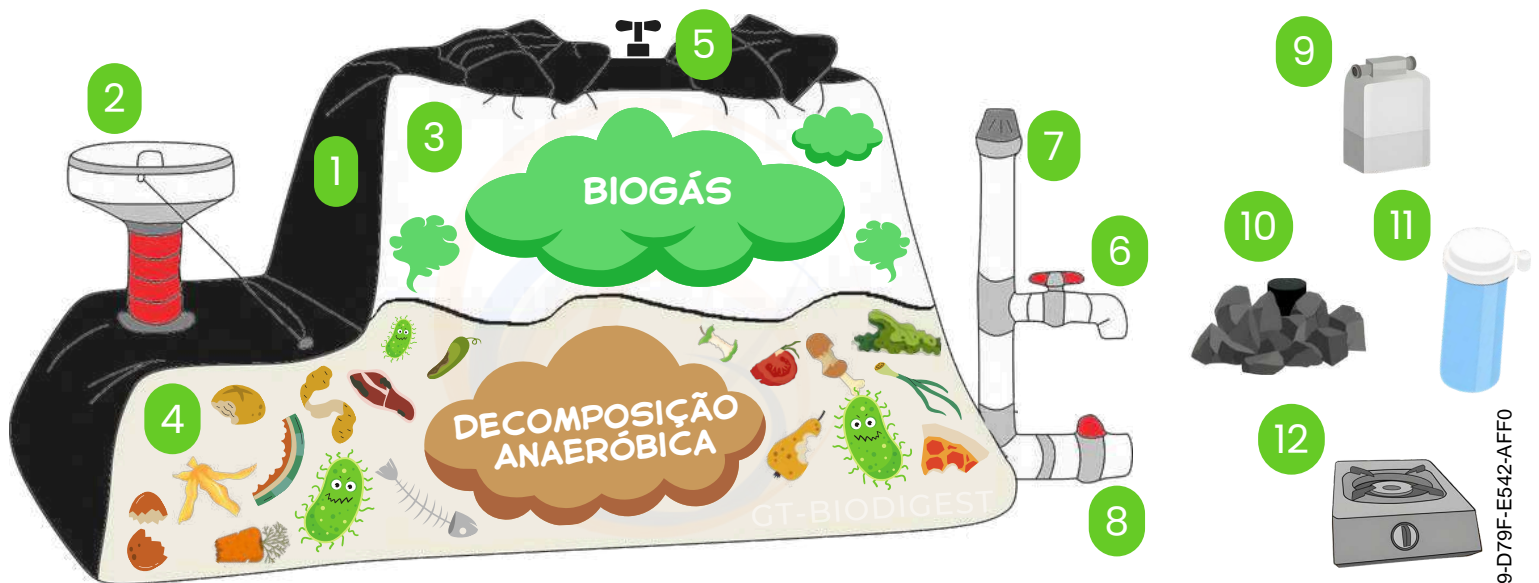


Fabricamos conforme sua necessidade!
Compartilhe sua ideia e demanda com a gente e nós cuidamos do resto, criando um produto para atender perfeitamente seu projeto!

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS D'ALMEIDA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO GT-BIODIGEST

O GT-BIODIGEST foi desenvolvido para ser uma solução completa, prática e eficiente!
Conheça suas características abaixo:








1	Lona Náutica Resistente	2	Funil Entrada Resíduos	3	Gasômetro Biogás	4	Digestor Digestato
5	Biogás Saída (Válvula)	6	Biofertilizante Saída (Líquido)	7	Controle Nível Biofertilizante	8	Biofertilizante Saída (Lodo)
9	Desumidificador Retira a Umidade	10	Purificador Gás H₂S	11	Aliviador Pressão	12	Fogareiro Biogás

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0

PEÇAS DO SISTEMAS

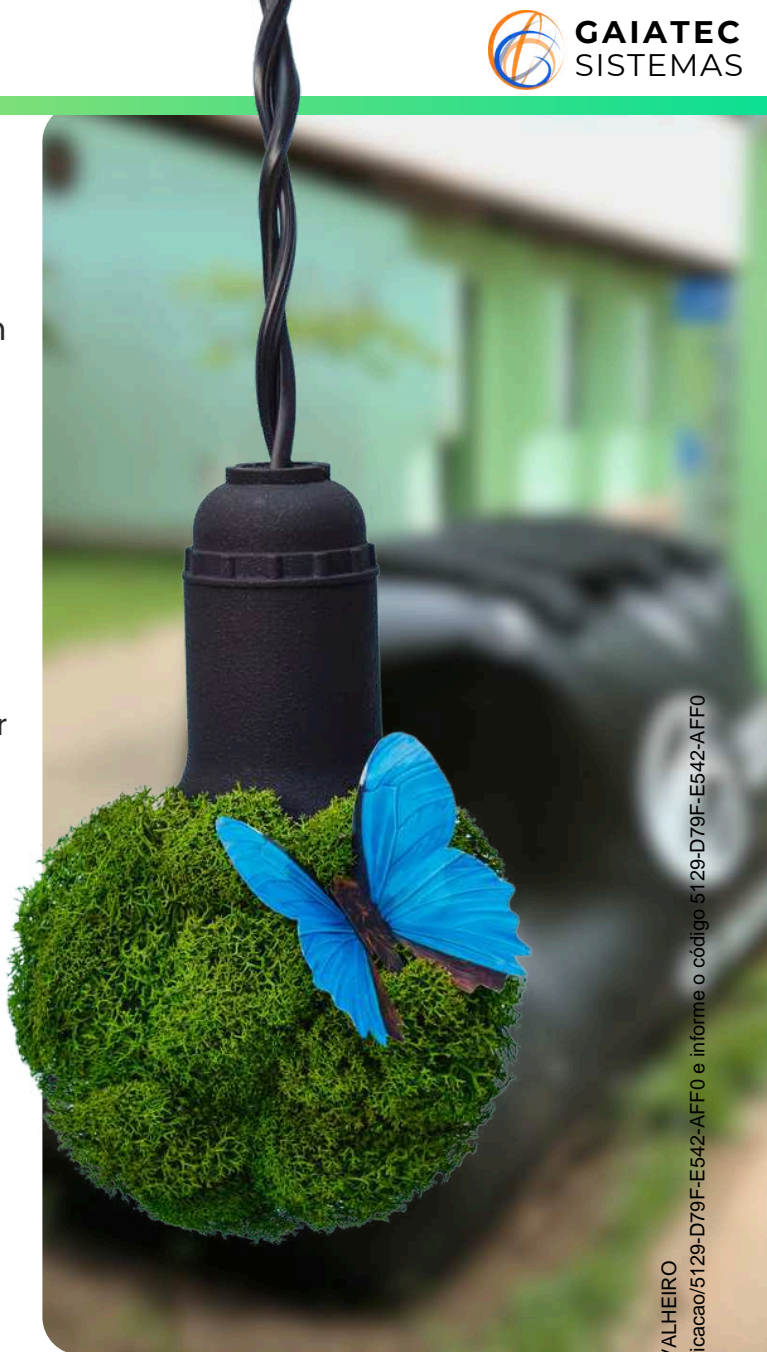
Conjunto Padrão de Fornecimento

Inclui todos acessórios para realizar a instalação completa, operação e utilização do biogás em um fogareiro e o biofertilizante produzido!

	Biodigestor 2, 3, 5, 8 ou 10		Tubo de Polietileno 20m
	Válvulas Abre e Fecha		Conexões
	Mangueira para Gás 5m		Desidratador
	Carvão Ativado		Válvula Hidráulica
	Funil Grande		Barra de Inserção e Vedação
	Tubo de Descarga com Válvula		Tubos Conexões e Braçadeiras
	Fogareiro		Sacos de Peso

Acessórios Opcionais

	Lamparina		Aquecedor de Água		Triturador		Queimador de Vidro de 1 Boca
	Gerador de Energia		Aquecedor de Ambiente		Analisador de Gás		Queimador de Vidro de 2 Bocas
	Medidor de Vazão de Gás		Bomba de Pressão		Manômetro		Mais Mangueira ou Tubos
	Vaso Sanitário Integrado		Panela de Arroz		Fogões Industrial		Sensor Temperatura
	Gasômetro Externo (Bag)		Dessulfurizador		Fogareiros de 2 Bocas		Sensor PH



Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0>

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

VERSÕES ESPECIFICAÇÕES	GT-BIODIGEST 2m³	GT-BIODIGEST 3m³	GT-BIODIGEST 5m³	GT-BIODIGEST 8m³	GT-BIODIGEST 10m³
---------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	----------------------

CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO

Dimensões Montado (cm)	2200x1200x1200	2500x1300x1300	3500x1300x1300	5000x1300x1300	6000x1300x1300
Peso Biodigestor Cheio (kg)	Aprox. 2.500kg	Aprox. 3.500kg	Aprox. 5.500kg	Aprox. 8.500kg	Aprox. 10.500kg
Volume Total do Biodigestor	2000L (2m³)	3000L (3m³)	5000L (5m³)	8000L (8m³)	10000L (10m³)
Volume Digestor (Digestato)	1200L (1.2m³)	1600L (1.6m³)	3000L (3m³)	5000L (5m³)	6000L (6m³)
Volume Gasômetro (Biogás)	800L (0.8m³)	1400L (1.4m³)	2000L (2m³)	3000L (3m³)	4000L (4m³)
Pressão Máxima Suportada	Até 20mbar	Até 20mbar	Até 20mbar	Até 20mbar	Até 20mbar
Material	Lona náutica de múltiplas camadas, de polietileno de alta densidade (HDPE). Material reconhecido por sua durabilidade, resistência à corrosão e capacidade de manter uma vedação eficaz contra vazamentos de gás e a altas temperaturas e raios UV.				
Design & Construção	Sistema com design eficiente, composto por gasômetro e biodigestor integrados em uma câmara única para melhorar a eficiência de decomposição e de produção de biogás.				
Instalação & Montagem	Projetado para funcionar sem necessidade de energia elétrica, proporcionando economia e sustentabilidade. Sua montagem fácil e operação simplificada tornam o uso acessível para qualquer pessoa, sem complicações.				
Tempo de Vida de Útil	Mais de 10 anos				
Garantia	1 ano de garantia				

EFICIÊNCIA DO SISTEMA

A produção de biogás e biofertilizante depende de alguns fatores essenciais para garantir sua máxima eficiência. Entre eles estão a temperatura ideal, a qualidade dos resíduos utilizados, a alimentação constante do sistema, o equilíbrio do pH e outros cuidados específicos. Todos esses elementos precisam ser monitorados e ajustados corretamente para que o biodigestor opere de forma otimizada, garantindo o melhor rendimento na geração de biogás e biofertilizante de alta qualidade.

Alimentação Alimentos (Dia)	10L	15L	25L	40L	50L
Alimentação Esterco (Dia)	30L	45L	75L	120L	150L
Produção Biogás (Dia)	700L (0.7m³)	1000L (1m³)	2000L (2m³)	2500L (2.5m³)	3600L (3.6m³)
Produção Biofertilizante (Dia)	40L	60L	100L	160L	200L
Aproveitamento Biogás (Dia) • Fogareiro	2 horas	3 horas	5 horas	8 horas	10 horas
Aproveitamento Biogás (Dia) • Lamparina	3 horas	4 horas	7 horas	10 horas	12 horas

CONJUNTO PADRÃO DE FORNECIMENTO

- 1 Biodigestor GT-BIODIGEST, no tamanho selecionado;
- 1 Funil para entrada dos resíduos;
- 1 Barra de vedação e inserção dos resíduos;
- 1 Conjunto de tubos para descarga dos resíduos e dos biofertilizantes;
- 1 Fogareiro alimentado a biogás (padrão 1 boca, para mais bocas, solicitar)
- 20 metros de tubulação de gás externa (Para metragem adicional, solicitar);
- 5 metros de mangueira flexível de gás interna; (Para metragem adicional, solicitar);
- 1 Filtro de carvão ativado para purificação do gás;
- 1 Desumidificador;
- 1 Válvula de segurança;
- Conjunto de sacos de pano e cordas;
- Conjunto de conexões para montagem do biodigestor e dos acessórios;
- Manual de de instalação e operação do biodigestor (digital);

Nota: Inclui todos os acessórios padrão, necessários para a instalação, operação e utilização completa dos recursos gerados



ALGUNS PROJETOS REALIZADOS

A GAIATEC SISTEMAS tem orgulho de compartilhar alguns dos projetos bem-sucedidos que realizamos ao longo dos anos. Esses projetos envolvem o fornecimento, instalação e treinamento completo do uso de nossos biodigestores. Além dos inúmeros clientes atendidos em diversas regiões do Brasil, também expandimos nossa atuação internacional, levando nossas soluções para outros países, consolidando nossa marca e nossa tecnologia como referência no setor.

Nos últimos 20 anos, nos dedicamos ao desenvolvimento de soluções seguras, eficientes e práticas, sempre com foco em inovação e eficiência. Cada projeto que entregamos reflete o compromisso da nossa equipe em oferecer serviços de excelência, o que nos garante o reconhecimento e a confiança dos nossos clientes

ESPAÇO VITALLITY SÃO PAULO

Realizado o Fornecimento e Instalação de 1 GT-BIODIGEST de 2m³ com o objetivo de reaproveitar os resíduos orgânicos gerados nos eventos realizados no local, e o incentivo a soluções sustentáveis e benéficas.



PM GUARULHOS SÃO PAULO

Foi realizado o Fornecimento e a Instalação de 1 GT-BIODIGEST de 8m³ com o objetivo de reaproveitar os resíduos orgânicos de um dos Patios de Compostagem, promovendo a comunidade uma cultura sustentável



PM SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU PARANÁ

Fornecimento e Instalação de 1 GT-BIODIGEST de 8m³ para reaproveitar os resíduos orgânicos dos restos de alimentos da merenda e promover a educação ambiental na escola para os alunos e professores e para comunidade



CODANORTE MINAS GERAIS

Fornecimento e Instalação de 20 GT-BIODIGEST de 5m³ em 20 escolas no Norte de Minas para reaproveitar os resíduos orgânicos dos restos de alimentos da merenda e promover a educação ambiental nas escolas e região



CONAGRESTE ALAGOAS

10 escolas foram contempladas para receber o GT-BIODIGEST de 3m³ com o objetivo de reaproveitar todos os resíduos orgânicos gerados no local, promover a educação e ainda se beneficiar com o biogás e biofertilizante



CONSÓRCIO PANTANAL MATO GROSSO

10 escolas receberam o GT-BIODIGEST de 8m³ para reaproveitar os resíduos orgânicos dos restos de alimentos da merenda e promover a educação ambiental na escola para os alunos, professores e para comunidade



Na GAIATEC SISTEMAS, fabricamos as soluções sob medida, adaptados às necessidades específicas e às aplicações únicas do seu projeto. Nossa equipe de especialistas está pronta para colaborar com você no desenvolvimento da solução ideal, garantindo que cada detalhe atenda perfeitamente às exigências do seu projeto. Entre em contato com um dos nossos consultores para que possamos juntos criar a solução mais eficiente e personalizada, assegurando o máximo desempenho e confiabilidade para a sua operação.



GAIATEC SISTEMAS

Soluções eficientes, equipamentos robustos e dados ao seu alcance

Isso é Gaiatec Sistemas



(11) 2207-1986 (11) 2207-1933/2207-1986 VENDAS@GAIATECSISTEMAS.COM.BR

WWW.GAIATECSISTEMAS.COM.BR | R. HERÓI DA F.E.B 22 - PQ. NOVO MUNDO - SÃO PAULO/SP

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0>



SMMA SAA

De: Marcio Gonçalves <marcio.goncalves@hydrotechbrasil.ind.br>
Enviado em: quarta-feira, 22 de outubro de 2025 13:30
Para: SMMA SAA
Assunto: RES: Marcas/Modelos de equipamentos - RP BIODIGESTOR - SMMA, SMDR E SMED - EMPRESA HYDROTECH BRASIL

Lucas, boa tarde!
A Hydro Tech, não trabalha com sistema de Biogás.
Infelizmente não podemos te atender.

Att,



Márcio Gonçalves
Vendedor
Tel.: 31-3594-4196
31-9.7152-4074
E-mail: marcio.goncalves@hydrotechbrasil.ind.br
Site: www.hydrotechbrasil.ind.br
“ Saneamento básico e água limpa para todos”

Rua Vereador Jurandino Andrade, 55 – Dist. Ind. Jardim Piemont Norte – Betim – MG – CEP: 32.689-330

De: SMMA SAA <smma.saa@montenegro.rs.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 22 de outubro de 2025 11:13
Para: Marcio Gonçalves <marcio.goncalves@hydrotechbrasil.ind.br>
Assunto: Marcas/Modelos de equipamentos - RP BIODIGESTOR - SMMA, SMDR E SMED - EMPRESA HYDROTECH BRASIL

Prezada(o),

Encaminho o e-mail supracitado. Questiono se vocês fornecem o Biodigestor do documento anexado, e qual a marca que vocês usam. De mais a mais, a título de registro, vi que vocês são a empresa **HYDROTECH BRASIL**. Segue o modelo que pretendemos comprar abaixo.



Aguardo um retorno.

Desde já, agradeço pela atenção.

At.te,

Lucas Teixeira Ferreira – Assistente Administrativo



Prefeitura Municipal de Montenegro/RS
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA
CNPJ 90.895.905/0001-60
Rua João Pessoa, 1363, Centro
Cep 92510-045
☎ Telefone: 55 51 3649 1829 / 3649 5678

SMMA SAA

De: frederico@sanearbrasil.com.br
Enviado em: terça-feira, 21 de outubro de 2025 10:19
Para: 'SMMA SAA'
Assunto: RES: Marcas/Modelos de equipamentos - RP BIODIGESTOR - SMMA, SMDR E SMED - EMPRESA SANEAR BRASIL

Prezado Lucas,
Bom dia,

Agradeço a consulta.
O biodigestor fabricado pela Sanear Brasil não tem função de geração de gás.

Qualquer dúvida estou à sua disposição.



Frederico Barcelos

Comercial | frederico@sanearbrasil.com.br

Tel.: (22) 9 8119-2740 | (22) 2764-8112

Rua Transbrasil, 300 - Dom I Jd. Piemonte/Norte | Betim | MG

www.sanearbrasil.com.br   

De: SMMA SAA [mailto:smma.saa@montenegro.rs.gov.br]
Enviada em: terça-feira, 21 de outubro de 2025 10:07
Para: frederico@sanearbrasil.com.br
Assunto: Marcas/Modelos de equipamentos - RP BIODIGESTOR - SMMA, SMDR E SMED - EMPRESA SANEAR BRASIL

Prezada(o),

Encaminho o e-mail supracitado. Questiono se vocês fornecem o Biodigestor do documento anexado, e qual a marca que vocês usam. De mais a mais, a título de registro, vi que vocês são a empresa **SANEAR BRASIL**.

Aguardo um retorno.

Desde já, agradeço pela atenção.

At.te,



Lucas Teixeira Ferreira – Assistente Administrativo

Prefeitura Municipal de Montenegro/RS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA

CNPJ 90.895.905/0001-60

Rua João Pessoa, 1363, Centro

Cep 92510-045

☎ Telefone: 55 51 3649 1829 / 3649 5678

Item nº 1

Descrição: COTA PRINCIPAL - Biodigestor de Pequeno Porte.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 6 **Unidade de medida:** un **Valor unitário estimado:** R\$ 21.961,42 **Valor total estimado:** R\$ 131.768,52

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 04/09/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 31.655.973/0001-92

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** EPP **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não

Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 6 **Valor unitário homologado:** R\$ 16.990,00

R\$ 153.729,94

R\$ 118.930,00

Itens Arquivos Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	COTA PRINCIPAL - Biodigestor de Pequeno Porte.	6	R\$ 21.961,42
2	COTA RESERVADA – ME/EPP - Biodigestor de Pequeno Porte.	1	R\$ 21.961,42

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.



AGR

Item nº 1

Descrição: COTA PRINCIPAL - Biodigestor de Pequeno Porte.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 6 **Unidade de medida:** un **Valor unitário estimado:** R\$ 21.961,42 **Valor total estimado:** R\$ 131.768,52

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 04/09/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 31.655.973/0001-92

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** EPP **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não

Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 6 **Valor unitário homologado:** R\$ 16.999,00



É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 6 **Unidade de medida:** un **Valor unitário estimado:** R\$ 21.961,42

Valor total estimado: R\$ 131.768,52

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 04/09/2025

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 31.655.973/0001-92

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** EPP **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não

Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 6 **Valor unitário homologado:** R\$ 16.990,00



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 221/2025

Documento: Processo SEI nº 25.0.000025225-8

Requerente: Secretaria Municipal de Educação

Assunto/Objeto: Fornecimento de biodigestores, com instalação e treinamento inclusos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação

EDITAL Nº 143/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO

Empresa: OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ Nº 31.655.973/0001-92
ITEM 01 Vlr. Unitário: R\$16.990,00 Quantidade: 06 Total: R\$101.940,00 (cento e um mil, novecentos e quarenta reais).
ITEM 02 Vlr. Unitário: R\$16.990,00 Quantidade: 01 Total: R\$16.990,00 (dezesesseis mil, novecentos e noventa reais).

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 14.133/2021, com base nas informações contidas no processo, acolhendo o parecer jurídico referencial 006/2024, exarado pela Diretoria Jurídica da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto ao licitante vencedor, nos termos da Ata do Pregoeiro e demais documentos anexos.

Canoas, 05/08/2025.

Airton Souza
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

EDITAL Nº. 143/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO. OBJETO: Fornecimento de biodigestores, com instalação e treinamento inclusos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Recebimento das propostas: até às 09horas do dia: 17/07/2025 Abertura das propostas: às 09horas15minutos do dia: 17/07/2025. Início da disputa: às 10horas do dia: 17/07/2025, no site <https://pregaobanrisul.com.br/>. Edital: site www.canoas.rs.gov.br e <https://pregaobanrisul.com.br/>.

Fernanda Kamianecky

Secretária Municipal de Licitações e Contratos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

EDITAL Nº. 143/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANOAS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 153.729,94

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP: Sim

LICITAÇÃO COM COTA EXCLUSIVA: Não

AMPLA PARTICIPAÇÃO ME/EPP: Sim

PERMITIDA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO: Sim

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI N.º 25.0.000025225-8

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE CANOAS, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos – SMLC, situada na Rua Cândido Machado, nº. 429, 4º. Andar, Bairro Centro, CEP: 92.010-270 em Canoas/RS realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Decreto Municipal n.º 171/2021, Decreto Municipal n.º 549/2023, Decreto Municipal n.º 59/2024, Decreto Municipal n.º 110/2024 e demais legislações pertinentes e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Fornecimento de biodigestores, com instalação e treinamento inclusos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

para atender as necessidades da Administração Pública Municipal conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no Anexo I do Termo de Referência deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao provedor do sistema, dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) através do site www.pregaobanrisul.com.br necessitando estar credenciadas junto à Seção de Cadastro da Central de Compras/RS - CELIC, podendo também ser acessada através do site www.celic.rs.gov.br.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.2.1. A chave de identificação e a senha recebida junto à CELIC poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

2.2.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A. (provedor do sistema) ou ao Município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

2.3. O credenciamento do licitante ou de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

2.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

2.6. O Anexo I do Termo de Referência indicará, se for caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

2.8. Para fins de fruição do tratamento favorecido no âmbito do certame, equiparam-se às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Decreto Municipal nº 110/2024:

2.8.1. o microempreendedor individual;

2.8.2. o agricultor familiar;

2.8.3. o produtor rural pessoa física; e

2.8.4. a sociedade cooperativa.

2.9. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.10.4. será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.2. e 2.10.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.10.2. e 2.10.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.16. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, salvo mediante autorização do juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, sendo necessário apresentação dos seguintes documentos relativos à habilitação:

2.16.1. Autorização do juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública, levando em consideração o objeto a ser contratado neste certame específico;

2.16.2. Plano de homologação da recuperação judicial em pleno vigor;

2.16.3. Certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

2.16.4. Todos os demais documentos referentes à habilitação previstos no edital;

2.16.5. A apresentação dos documentos elencados neste subitem são obrigatórios, salvo existência expressa na referida ordem judicial.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos no edital.

3.2.1. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

3.2.2. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

3.3.6. assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

3.3.7. os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

3.3.8. a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

3.3.9. até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

3.3.10. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.4. A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, ou, quando for o caso, para as equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, equiparada ou sociedade cooperativa.

3.4.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal referente ao mesmo objeto, ou diante da recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.4.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, considerando o mesmo objeto, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e neste Edital e seus anexos, sem prejuízo quanto à eventual responsabilização criminal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

3.6. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.9 possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

3.11. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até o prazo previsto em edital para recebimento das propostas.

4.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital. ■ A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

4.3.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes, sendo que a comunicação ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

4.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

4.6. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente Edital.

4.7. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.8. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o critério de julgamento definido no presente Edital, ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.9. Excepcionalmente, o pregoeiro poderá, durante a disputa, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

4.9.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

4.10. O procedimento seguirá o modo de disputa “aberto”.

4.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

4.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.12.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

4.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

4.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

4.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.17. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste edital, salvo as decorrentes de caso fortuito ou imprevisível com a devida justificativa aceita pelo Pregoeiro.

4.18. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

4.19. Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar n.º. 123/2006, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as beneficiárias da Lei Complementar n.º. 123/2006 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

4.19.1. Nessas condições, as propostas das beneficiárias da Lei Complementar n.º. 123/2006 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.20. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.21. Caso a beneficiária da Lei Complementar n.º. 123/2006 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de ateste de cumprimento de obrigações previstos na referida Lei;
- c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.25. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

4.27. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

4.28. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital, Termo de Referência e já apresentados.

4.29. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

4.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.2. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar nº. 123/2006, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.6.1 e 3.4 deste edital.

5.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, tanto no valor global quanto no valor dos itens individualmente considerados,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

exceto ao que se refere às alíquotas de PIS E COFINS das empresas sujeitas ao regime não cumulativo, mediante comprovação do BDI, de acordo com a média das suas contribuições dos últimos 12 meses, conforme o disposto no Acórdão 2.622/2013 do TCU Plenário 25;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. Eventual inexecuibilidade, para o caso de bens e serviços em geral, só será declarada após diligências do pregoeiro, que comprovem cabalmente:

a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.6.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.6.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.6.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.6.4. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.8.1. Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora será convocada a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este subitem se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.14. No caso de não haver entrega da amostra e/ou realização de prova de conceito, ou ainda ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a licitante será desclassificada.

5.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s) ou o licitante não for aprovado na prova de conceito, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e/ou prova de conceito e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante arrematante. Para fins de habilitação, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado a partir da solicitação do Pregoeiro, podendo o prazo ser prorrogado a critério da Administração:

6.1.1. Habilitação Jurídica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.1.1.1 Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

b) Somente será(ão) habilitado(s) a(s) licitantes(s) que apresentar(em), além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social.

6.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

6.1.2.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n°. 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.

6.1.2.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor.

6.1.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.

6.1.2.4. Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.1.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em vigor.

6.1.2.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.1.2.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

6.1.3.1. Certidão negativa em matéria falimentar, de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante. Será admitida a participação de empresas em **processo de recuperação judicial ou extrajudicial**, mediante atendimento do subitem 2.16. e seguintes.

6.1.4. Qualificação Técnica

6.1.4.1. Os documentos de qualificação técnica estão previstos no Anexo II do Termo de Referência.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Participação de empresas em consórcio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.4.1. Admitida a **participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 14.133/2021, observa-se-à o que segue:

6.4.1.1. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.4.1.2. A comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação, devendo ser entregue juntamente com os documentos de habilitação.

6.4.1.3. Deverá ser indicada a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

6.4.1.4. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

6.4.1.5. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

6.4.1.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 6.4.1.2.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados de forma legível, conforme exigido neste edital e Termo de Referência, no tocante à qualificação técnica.

6.5.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral (CRC), emitido pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos.

6.5.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5.3. Na falta de consignação do prazo de validade nas certidões, serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

6.6. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PREGÃO ONLINE BANRISUL e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.7.1. A verificação dos documentos somente será feita em relação à licitante arrematante.

6.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará se o licitante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:16627039811290:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.8.1. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº. 8.429, de 02 de junho de 1992.

6.8.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.8.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual inabilitação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.8.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº. 14.133/2021, art. 64, e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da sessão pública; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) nos termos do Acórdão 1211/21-Plenário – TCU, ao licitante que, por equívoco ou falha, deixar de incluir documento, não o juntando com os demais comprovantes de habilitação e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

proposta, será oportunizado apresentar o documento ausente comprobatório, o qual será solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

6.9.1. A condição estipulada no item supra não exime o licitante de apresentar toda a documentação solicitada no ato convocatório e somente servirá para sanar a falta de apresentação quando comprovada que a condição já se encontrava atendida em momento anterior à diligência.

6.9.2. Constatada a situação acima referida, o Pregoeiro notificará o licitante para que efetue a regularização dos documentos em campo próprio no sistema eletrônico, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da notificação.

6.10. Na análise dos documentos de habilitação, o agente ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.14. A comprovação de regularidade fiscal, trabalhista ou social das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e, não como condição para participação na licitação (art. 8º do Decreto Municipal 110/2024).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.14.1. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, trabalhista ou social será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.14.2. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal, trabalhista ou social será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

6.14.3. A prorrogação do prazo previsto no subitem 6.14.1 poderá ser concedida, a critério da administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa encaminhada dentro do prazo original.

6.14.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização de que tratam os subitens anteriores.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, em todos os casos, após o julgamento de proposta, nos casos de classificação e desclassificação, e de julgamento de documentos, nos casos de inabilitação e habilitação, sendo que o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

- b) a apreciação dar-se-á em fase única;
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. Não será admitida a intenção de recurso genérica, assim entendida como aquela que não descreve minimamente a irregularidade cometida pelo pregoeiro ou por licitante.

7.8. Não serão conhecidos recursos cujas intenções não demonstrem o atendimento aos pressupostos recursais da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

7.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8. DAS SANÇÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

8.1. Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

a) compensatória; e

b) de mora.

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.1.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.1. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a”.

8.1.2. A sanção de advertência somente poderá ser aplicada de forma isolada em hipóteses de inexistência de prejuízo ao erário, ao funcionamento dos serviços públicos ou aos munícipes, ainda que indiretamente.

8.1.3 A advertência não poderá ser aplicada de forma isolada quando o fornecedor for reincidente.

8.1.5. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os parâmetros dispostos nos arts. 5º e 11 do Decreto Municipal nº 59/2024.

8.1.6. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I – retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, incluindo pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

II – descontado do valor da garantia prestada, se houver;

III – pago por meio de documento próprio de arrecadação do Município; ou

IV – cobrado judicialmente.

8.1.6.1. O não pagamento do valor integral das multas arbitradas poderá ser objeto de protesto, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.492 de 1997.

8.1.7. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos no arts. 7º e 11 do Decreto Municipal nº 59/2024.

8.1.8. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 11 do Decreto Municipal nº 59/2024, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.9. Os demais procedimentos relativos às apurações de infrações, aplicação de sanções administrativas aos fornecedores, bem como as respectivas dosimetrias destas, serão regidos pelo Decreto Municipal nº 59, de 8 de Fevereiro de 2024 e pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

9.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico PREGÃO ONLINE BANRISUL

9.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico PREGÃO ONLINE BANRISUL.

9.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública.

9.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a abertura da sessão pública.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

10.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

10.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

10.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.9. Havendo a contratação para cota principal e para cota reservada às ME/EPPs, em relação ao mesmo objeto e para licitantes distintos, será priorizada a aquisição dos produtos da cota reservada, ressalvados os casos em que esta for, justificadamente, inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido.

10.9.1. A prioridade na aquisição a que se refere o presente subitem será instrumentalizada na proporção de quatro para um (4x1) em relação aos itens da cota reservada e da cota principal, respectivamente.

10.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

10.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sistema eletrônico PREGÃO ONLINE BANRISUL no endereço eletrônico www.canoas.rs.gov.br.

10.12. As despesas decorrentes do objeto correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s)

Reduzido da Dotação: 328

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – GABINETE DO SECRETÁRIO, DIREÇÃO E APOIO

Programa de Trabalho: 11.01.20600000 12361004820600000

Projeto/Atividade: 2060-MANUTENÇÃO, COORDENAÇÃO E CONSERVAÇÃO
DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Especificação da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE

Destinação de Recurso: 15000020 – MDE

Reduzido da Dotação: 329

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – GABINETE DO SECRETÁRIO, DIREÇÃO E APOIO

Programa de Trabalho: 11.01.20603059 12361004820603059

Projeto/Atividade: 2060 – MANUTENÇÃO, COORDENAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS
ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Especificação da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Destinação de Recurso: 15000020 - MDE

10.13. Os casos omissos serão resolvidos a partir da interpretação sistemática da legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar 123/2006 e a Constituição Federal de 1988, bem como suas eventuais regulamentações infralegais.

10.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência (Apêndice Anexo I - Estudo Técnico Preliminar)

Anexo II - Minuta de Contrato

Canoas, 16 de junho de 2025

Fernanda Kamianecky

Secretária Municipal de Licitações e Contrato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto

1.1.1. Fornecimento de biodigestores, com instalação e treinamento inclusos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

1.1.2. A descrição do item e a quantidade da contratação encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.

1.1.3. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Da estimativa do valor da contratação e preço máximo

1.2.1. O custo estimado da contratação, bem como os preços máximos unitários, constam no Anexo I deste Termo de Referência.

1.3. Da classificação do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Federal nº. 10.818/2021.

1.3.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

1.4. Da vigência da contratação

1.4.1. A contratação entrará em vigor após a data de recebimento da nota de empenho ou outro instrumento hábil e vigorará por 06 (seis) meses.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

1.4.1.1 Não serão admitidos aditivos contratuais após a entrega total dos quantitativos previstos neste Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO, DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados no Anexo II deste Termo de Referência.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

5.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Do prazo de entrega do objeto

6.1.1. As entregas e instalações deverão ocorrer em um prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da ordem de fornecimento. Em observância a esta programação, em caso de eventuais problemas que impossibilitem o cumprimento da mesma, o fornecedor deverá comunicar imediatamente à(s) Secretaria (s) ou Órgãos solicitantes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data prevista, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 15 (quinze) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.3. A cada solicitação de fornecimento, a nota de empenho ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega.

6.1.4. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

6.2. Do local de entrega e instalação

6.2.1. Os locais de entrega e instalação, situados em escolas municipais de Canoas, serão informados pela Secretaria Municipal de Educação no momento do envio da nota de empenho ao fornecedor.

6.2.2. A entrega e instalação dos itens se darão exclusivamente das 08h00min às 12h00min e das 13h10min às 17h10min, em dias úteis.

6.3. Das condições de entrega

6.3.1. Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

6.3.2. O número do empenho ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

6.3.3. Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA de forma eletrônica, com confirmação de recebimento, que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pela unidade solicitante,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

6.3.4. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.3.5. Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

6.3.6. Os equipamentos e sua instalação deverão estar compatíveis com a norma ABNT NBR 23590, a fim de garantir a segurança na utilização e implantação dos mesmos.

6.3.7. O objeto deverá ser entregue em sua embalagem original, rotulado pelo fabricante, contendo, no mínimo, os seguintes dados: identificação do objeto, marca e código de barras impresso na embalagem. Deverá conter, ainda, etiqueta de identificação da CONTRATADA, incluindo razão social, CNPJ, data de entrega, endereço e telefone de contato, quando for o caso.

6.3.8. Deverá estar impressa na embalagem, de forma visível e de fácil leitura, a marca do material e da empresa fabricante, além do número de unidades e dimensões, quando for o caso.

6.3.9. Todos os equipamentos deverão ser novos, sem uso e em fase normal de fabricação. Não serão aceitos equipamentos que tenham as suas características de fabricação adulteradas.

6.4. Do prazo de validade do objeto

6.4.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

6.5. Da substituição do objeto

6.5.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria requisitante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto à secretaria requisitante, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação.

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela Secretaria requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.5.1.2. Por apresentação, entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, etc.

6.6. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.6.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto acompanhado da seguinte documentação:

6.6.1.1 Manuais de operação e manutenção editados pelo fabricante, podendo ser originais, cópias reprográficas sem autenticação ou obtidos via internet no site do fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

6.6.1.2. Após o recebimento de cada pedido, a CONTRATADA compromete-se a enviar à Secretaria Requisitante uma lista contendo a previsão detalhada de instalação para cada escola. Esta comunicação deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a entrega do pedido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.6.1.3 No momento da entrega, o servidor público presente no local, deve assinar a nota fiscal/romaneio e adicionar seu número de matrícula, confirmando assim o recebimento do material/produto. Este documento será utilizado posteriormente pelo fornecedor para iniciar o processo de pagamento no sistema SEI.

6.7. Da garantia do objeto

6.7.1. O período de garantia contratual do objeto será de 12 MESES, inclusos serviços de manutenção ou assistência técnica, ou por período fornecido pelo fabricante, se superior, contado(s) a partir do primeiro dia subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.7.1.1. Caso o período de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste subitem, a CONTRATADA deverá complementar a garantia do objeto ofertado pelo período restante.

6.7.2. A garantia será prestada com vistas a manter o objeto fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

6.7.3. Durante o período de garantia, o CONTRATANTE não efetuará nenhum tipo de pagamento à CONTRATADA a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e outros.

6.7.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do objeto pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.7.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos objetos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.7.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

6.7.7. A garantia não abrange as substituições de peças ou componentes danificados por dolo, imperícia ou mau uso do objeto por parte do CONTRATANTE.

6.7.8. A garantia contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.7.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, desde que aceita pelo CONTRATANTE.

6.7.10. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar objeto equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.7.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do objeto.

6.8. Do treinamento para uso do equipamento

6.8.1. A CONTRATADA deverá prover treinamentos completos de uso dos equipamentos para as equipes das unidades escolares municipais, realizado por profissionais habilitados, com pelo menos duas horas de duração, abordando todos os aspectos necessários para o correto uso e segurança operacional dos biodigestores.

6.8.2. Os treinamentos ocorrerão diretamente nas unidades escolares onde os equipamentos forem instalados, em data e horário a ser definido pela CONTRATANTE.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

7.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

7.2. Poderão participar desta licitação empresas reunidas em consórcio ou isoladamente, que satisfaçam plenamente às condições do edital e termo de referência.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designará os servidores que farão o recebimento, nos termos do artigo 140, I, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, de forma sumária após a instalação, pelo responsável por seu acompanhamento e/ou fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências do edital e seus anexos;

b) definitivamente, por servidor responsável, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências quantitativas e qualitativas, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Compete ao CONTRATANTE:

9.1.1. Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas da execução do objeto contratado

9.1.2. Receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

9.1.2.1. Notificar à CONTRATADA, de forma eletrônica, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido

9.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2. Considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA

10.1.3. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

10.1.3.1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis, contribuições sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

10.1.4. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

10.1.5. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;

10.1.6. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.7. substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

10.1.8. prestar informações sobre a utilização do objeto;

10.1.9. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.10. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

10.1.11. não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;

10.1.12. prestar a garantia do objeto, manutenção e assistência técnica, caso exigida neste Termo de Referência;

10.1.13. informar à Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.



11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou do instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).

11.3. A execução do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*).

11.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou do instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

11.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou do instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

11.6. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou do instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, art. 121, *caput*).

11.6.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou do instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

11.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas de forma eletrônica, com verificação de recebimento. Quando o ato exigir a formalidade da comunicação escrita, esta pode, excepcionalmente, ser realizada em meio físico.

11.8. Dúvidas a respeito da execução contratual podem ser sanadas através de pedido de esclarecimento, o qual deve ser apresentado via sistema, nos termos do edital.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

12.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.4. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base o disposto no Decreto Municipal nº 012/2023 ou outro que vier a substituí-lo.

12.5. Poderá ser emitida nota de empenho em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei nº 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **12 (doze) meses** contados nos termos do art. 60 do Decreto Municipal nº 549/2023.

13.1.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. O reajuste/reequilíbrio deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Central de Atendimento ao Cidadão do Município, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

15. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

15.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a)** cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b)** cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

a) compensatória; e

b) de mora.

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

16.1.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a”.

16.1.2. A sanção de advertência somente poderá ser aplicada de forma isolada em hipóteses de inexistência de prejuízo ao erário, ao funcionamento dos serviços públicos ou aos munícipes, ainda que indiretamente.

16.1.3. A advertência não poderá ser aplicada de forma isolada quando o fornecedor for reincidente.

16.1.4. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os parâmetros dispostos nos arts. 5º e 11 do Decreto Municipal nº 59/2024.

16.1.5. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I – retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, incluindo pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II – descontado do valor da garantia prestada, se houver;

III – pago por meio de documento próprio de arrecadação do Município; ou

IV – cobrado judicialmente.

16.1.5.1. O não pagamento do valor integral das multas arbitradas poderá ser objeto de protesto, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.492 de 1997.

16.1.6. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos no arts. 7º e 11 do Decreto Municipal nº 59/2024.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

16.1.7. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 11 do Decreto Municipal nº 59/2024, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.1.8. Os demais procedimentos relativos às apurações de infrações, aplicação de sanções administrativas aos fornecedores, bem como as respectivas dosimetrias destas, serão regidos pelo Decreto Municipal nº 59, de 8 de Fevereiro de 2024 e pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da dotação orçamentária do Órgão requisitante, a ser informada no Pedido e Autorização (PA).

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Dúvidas referentes ao objeto desta contratação devem ser sanadas através de pedido de esclarecimento, o qual deve ser apresentado via sistema.

18.2. Fazem parte deste Termo de Referência:

Anexo I – Descrição do item e quantidade máxima da contratação;

Anexo II – Forma e critérios de seleção do fornecedor;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Canoas, 12 de junho de 2025

Lucia Elisabeth Colombo
Matrícula: 128078
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos


ANEXO I

DESCRIÇÃO DO ITEM E QUANTIDADE MÁXIMA DE CONTRATAÇÃO

ITEM	QT DE.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	6	<p>COTA PRINCIPAL</p> <p>Biodigestor de Pequeno Porte</p> <p>Equipamento de produção de Biogás e Biofertilizante através de decomposição de resíduo orgânico.</p> <p>Material: Lona de Polietileno com proteção UV;</p> <p>Saída combinada de gás e fertilizante;</p> <p>Acompanha fogareiro de biogás com 2 bocas</p> <p>Dimensões:</p> <p>Volume mínimo do tanque de gás: 2.500 l; Volume mínimo do tanque digestor 4.000 l;</p> <p>Serviço de instalação, treinamento e suporte incluso</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p> <p>Atendimento à norma ABNT NBR ISO 23590</p> <p>Imagem de referência:</p>	R\$ 21.961,42	R\$ 131.768,52

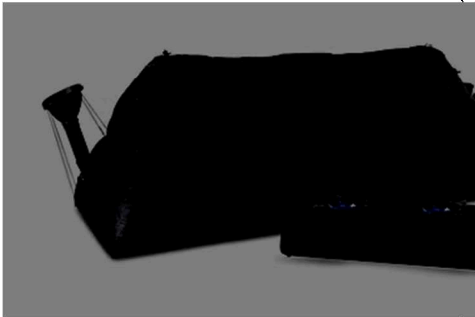


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

				
02	1	<p>COTA RESERVADA – ME/EPP</p> <p>Biodigestor de Pequeno Porte</p> <p>Equipamento de produção de Biogás e Biofertilizante através de decomposição de resíduo orgânico.</p> <p>Material: Lona de Polietileno com proteção UV;</p> <p>Saída combinada de gás e fertilizante;</p> <p>Acompanha fogareiro de biogás com 2 bocas</p> <p>Dimensões:</p> <p>Volume mínimo do tanque de gás: 2.500 l; Volume mínimo do tanque digestor 4.000 l;</p> <p>Serviço de instalação, treinamento e suporte incluso</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p> <p>Atendimento à norma ABNT NBR ISO 23590</p> <p>Imagem de referência:</p>	R\$ 21.961,42	R\$ 21.961,42



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

				
--	--	---	--	--



ANEXO II

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

1.1.1. Da divisão do certame: Adjudicação por item.

1.1.2. Modo de Disputa: Aberto.

1.1.3. Os itens deste certame estão divididos em Cota Principal, com ampla participação, Cota Reservada, destinada às Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempresas (ME), e Cota Exclusiva para EPP/ME, nos termos da Lei nº 123, de 2006.

1.1.3.1. Na hipótese de não haver vencedor para uma cota reservada e/ou para uma cota exclusiva, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes.

1.1.3.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.3.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

2.1. Apresentação de amostra:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

2.1.1 Não haverá a exigência de amostra para esta contratação.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Qualificação técnica

3.1.1. Não haverá a exigência de documentação técnica nesta contratação.

3.2. Habilitação Jurídica:

3.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.2.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.2.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

3.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.3.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em vigor.

3.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.3.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

4.1. O fornecedor registrado terá o prazo de até **5 (cinco) dias consecutivos** para assinatura do Termo de Contrato, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Município.

4.2. O(s) referido(s) prazo(s) poderá(ão) ser prorrogado(s) a critério do Município, mediante apresentação de justificativa pelo fornecedor.

4.3. A assinatura do contrato poderá ser por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desde que o fornecedor tenha um Certificado emitido por uma Autoridade Certificadora (AC), credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil), na forma da legislação vigente.

4.3.1. O cadastro poderá ser realizado via sítio eletrônico do município, na aba Serviços > Carta de Serviços > SEI! Usuário Externo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – Apêndice do Termo de Referência Lei nº
14.133

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Educação

Processo SEI nº 25.0.000025225-8

2 - DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Nome: Andreia Cunha dos Santos

Matrícula: 107255

Nome: Michele Scheibler de Oliveira

Matrícula: 125508

Nome: Rômulo de Jesus Farias Brito

Matrícula: 122922



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

De acordo com os artigos 205 e 225 da Constituição Federal, é dever do Estado implantar e executar políticas públicas educacionais que englobam a dimensão ambiental, visando a despoluição do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a sua preservação para as presentes e futuras gerações. Logo, compete ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, proporcionar os meios de acesso à educação, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, nos termos da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Desta forma, envolve, além dos órgãos e entidades do SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

A biodigestão trata-se da degradação anaeróbia (sem a presença de oxigênio) da matéria orgânica. Geralmente é executada em meio líquido e ocorre a geração de odores provenientes da degradação. Como produtos desse processo, temos o fertilizante orgânico líquido e o biogás. A utilização do fertilizante orgânico líquido necessita de um planejamento orientado por engenheiro agrônomo, pois sua qualidade depende de características dos materiais que são introduzidos no biodigestor, bem como do tempo de maturação necessário à sua utilização. O momento de sua utilização com relação ao crescimento das plantas também é fundamental para a funcionalidade, isto é, se a aplicação deve ocorrer na etapa pré-plantio ou durante o desenvolvimento das plantas.

O biogás produzido pelo biodigestor não é igual ao gás de cozinha convencional, sendo composto principalmente por metano (CH₄) e dióxido de carbono (CO₂). Geralmente as empresas que realizam esse processo, em grande escala, utilizam o biogás para geração de energia elétrica (gerador com queima de biogás) ou para abastecimento de veículos (Gás Natural Veicular).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

A proposta do biodigestor em questão oferece um sistema de armazenamento a baixa pressão em reservatório com capacidade para até 10kg de resíduos orgânicos/dia, para utilização nos fogões das cozinhas das escolas, gerando de 5 a 7 horas diárias de biogás para cozimento e 10 litros de biofertilizante natural, para hortas e plantações, ocupando um espaço de 10m². Essa alternativa seria diferente do gás de cozinha comum (GLP), que é armazenado a alta pressão, em sua forma liquefeita.

No Município de Canoas, são geradas mais de 80 mil toneladas anuais de resíduos domiciliares, cujo destino é o envio para um aterro sanitário localizado em outro município. Em termos mais simples, pode-se dizer que aterramos todo o lixo não reciclável gerado no município, sendo que a maior parte deste resíduo sólido urbano é composto por matéria orgânica. Consta no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Canoas, elaborado em 2014, a estratégia de educação ambiental para incentivar o tratamento do resíduo orgânico individualmente, em parceria com escolas e condomínios.

Neste contexto, a utilização de biodigestores oferece a possibilidade do município evitar custos de transporte deste resíduo até seu local de destinação, bem como fornece um destino mais nobre aos resíduos, que é sua transformação em fertilizante orgânico e em biogás. Além disso, sua implantação em escolas potencializa ações de educação ambiental, fazendo com que as crianças e adolescentes participem do processo de construção de uma alternativa sustentável para destinar os resíduos que produzimos.

Desta forma, o Município de Canoas visa a aquisição de sete biodigestores para implantação em sete escolas municipais, selecionadas com base nos projetos desenvolvidos com a comunidade escolar na esfera da educação ambiental.

Destaca-se que, além da necessidade presente, a aquisição de biodigestores se constitui como objeto de emenda parlamentar municipal impositiva à LOA 2025, de autoria do vereador Alexandre Duarte de Chaves, no valor de R\$ 113.000,00.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

O objeto tem natureza de compra, tratando-se de aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, e serviço, entendido como atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração, nos termos do art. 6º, incisos X e XI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O produto deverá ter garantia de 12 (doze meses). Durante esse período, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento, e havendo a necessidade de transporte do mesmo para oficina própria da proponente, fica a responsabilidade da contratada todo o ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outras despesas que por ventura se fizerem necessária para a perfeita solução dos problemas.

5 – LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Para atendimento da demanda abordada no presente Estudo Técnico Preliminar, realizou-se uma breve análise sobre o mercado de biodigestores no Brasil. De início, percebe-se um crescimento significativo na comercialização destes equipamentos nos últimos anos, impulsionado pela necessidade de soluções sustentáveis para o tratamento de resíduos orgânicos e pela busca por fontes alternativas de energia. A vasta disponibilidade de matéria-prima orgânica no país, como resíduos agroindustriais e dejetos animais, contribui para o potencial de expansão desse mercado.

TIPOS DE BIODIGESTORES

Os modelos de biodigestores mais empregados no mercado obedecem a seguinte padronização:

Biodigestor Indiano (ou de Cúpula Flutuante)

- Possui uma cúpula metálica ou plástica que flutua sobre o biogás gerado.
- Mantém uma pressão constante de biogás.
- Indicado para pequenas e médias propriedades rurais.
- Pode ter corrosão da cúpula metálica ao longo do tempo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos



Biodigestor Chinês (ou de Cúpula Fixa)

- Tem um tanque fechado e uma cúpula fixa onde o biogás se acumula.
- Requer uma estrutura mais robusta, geralmente de alvenaria ou concreto.
- Tem maior durabilidade e menos manutenção do que o modelo indiano.
- Pode apresentar variação na pressão do biogás.



Biodigestor Canadense (ou Tipo Bolsa Plástica)

- Feito de materiais plásticos flexíveis (como PVC ou polietileno).
- Fácil e rápido de instalar, sendo mais barato que os modelos fixos.
- Indicado para pequenas produções e comunidades rurais.
- Menor vida útil devido à fragilidade do material.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos



Biodigestor de Batelada (ou Seco)

- Funciona com cargas únicas de substrato que fermentam até esgotar a produção de biogás.
- Ideal para resíduos sólidos orgânicos secos, como esterco de gado e restos agrícolas.
- Simples, mas tem produção descontínua de biogás.



Dentre estes modelos, observa-se que os modelos de biodigestores mais comuns utilizados em grandes e médias propriedades no Brasil são os de cúpula fixa (modelo chinês) e os de cúpula flutuante (modelo indiano). O modelo chinês é mais rústico, construído em alvenaria, funcionando geralmente com alta pressão que varia de acordo com a produção e consumo do biogás. Já o modelo indiano, mais utilizado no país devido à sua funcionalidade e facilidade de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

construção, é constituído por um poço e uma campânula que controla a pressão do gás. Todavia, observa-se um crescimento de uso do modelo canadense em pequenas propriedades devido à facilidade de operação e manutenção, à operação simplificada, seu baixo custo e melhor aproveitamento do biogás.

Uma análise sobre o modelo canadense a partir da necessidade específica do presente estudo técnico preliminar, pensando em seu uso nas escolas da rede municipal de ensino, demonstrou algumas vantagens de seu uso sobre as demais opções de mercado, baseado nas seguintes características:

Maior eficiência em climas frios, realidade do Rio Grande do Sul durante o período de inverno.

- O modelo canadense possui um design mais eficiente para reter calor, garantindo uma digestão anaeróbica mais estável em baixas temperaturas.
- Diferente de biodigestores chineses e indianos, que sofrem perdas térmicas significativas, ele consegue operar bem sem necessidade de aquecimento externo.

Construção simplificada e de baixo custo, o que representa uma facilidade em sua instalação, bem como vantajosidade em valores para a Administração

- É mais barato e fácil de construir do que modelos como o tubular ou o contínuo.
- Pode ser feito com materiais acessíveis, como lona de PVC.

Melhor aproveitamento do biogás

- O sistema de vedação melhora a captação do biogás, reduzindo perdas e garantindo uma maior eficiência na produção de energia.
- Ideal para pequenas propriedades que precisam de biogás para cozinhar, aquecer água ou gerar eletricidade, funções pretendidas nas escolas.

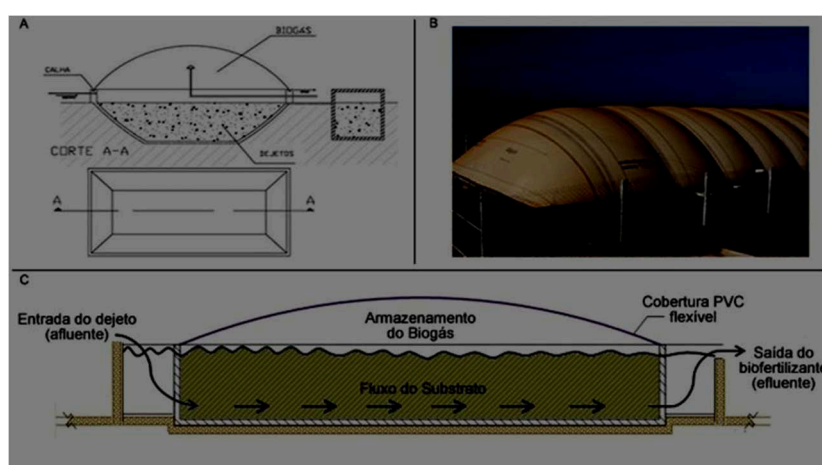
Facilidade de operação e manutenção

- O design permite fácil acesso para remoção do biofertilizante e manutenção geral.
- Comparado a biodigestores do tipo tubular, apresenta menor risco de rompimento ou desgaste rápido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Percebe-se, portanto, que os modelos canadenses demonstram uma praticidade propícia ao uso nas unidades escolares, mas o modelo tradicional ainda requer uma preparação do solo que, potencialmente, complexifica o processo de implantação nas escolas, conforme ilustração abaixo.

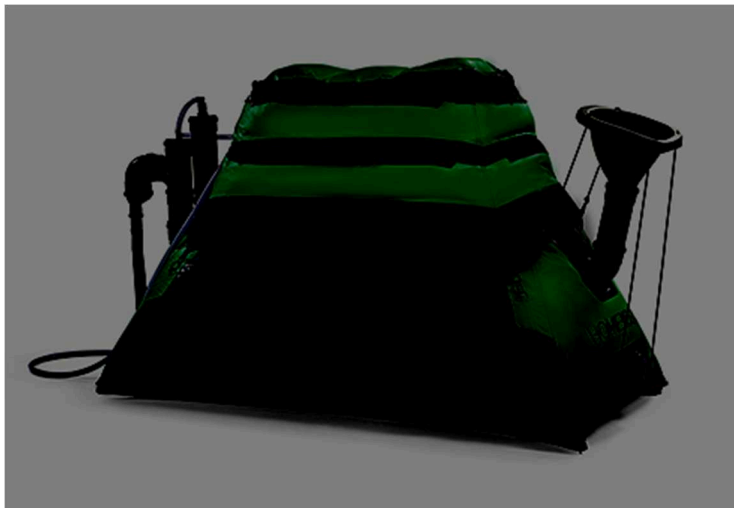


Uma análise de todas as opções disponíveis no mercado trouxe à tona, no entanto, uma alternativa do modelo canadense, com os mesmos princípios de uso, mas sem a necessidade de nenhum tipo de modificação estrutural no solo das escolas para sua operação. Os biodigestores “portáteis”, exemplificados abaixo, não requerem uma manutenção do solo para sua instalação, sendo rapidamente instalados e facilmente operados.



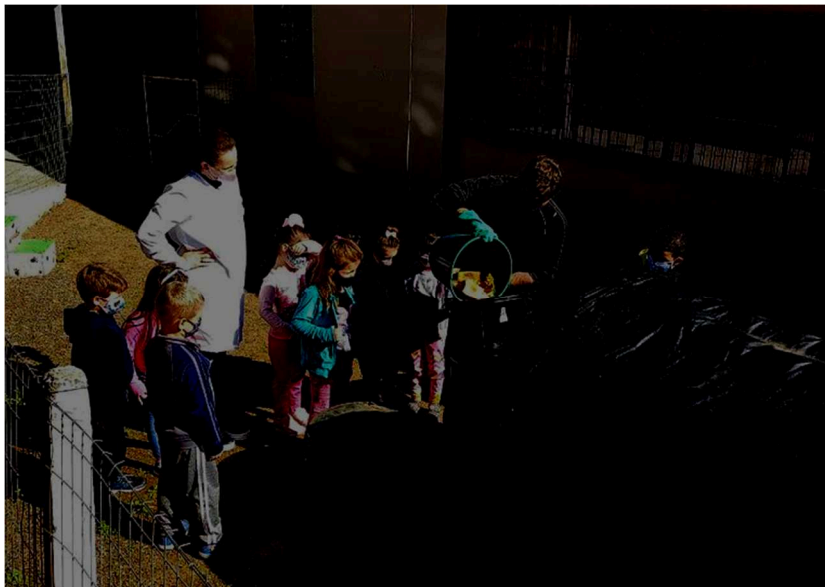


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos



Desta forma, estes biodigestores portáteis e de pequeno porte se mostram como a alternativa mais viável para o espaço escolar, apresentando praticidade na instalação e uso. Uma análise sobre o mercado brasileiro identificou duas principais marcas comercializadas: HomeBiogas, e Gaiatec Sistemas. Outras marcas trazidas por empresas importadoras também são observadas, mas em número bem inferior aos fabricantes acima informados.

Em relação às contratações públicas observadas na aquisição deste tipo de equipamento no último ano, uma busca no Portal Nacional de Contratações Públicas apontou a existência de 143 contratos administrativos estabelecidos entre entes federados e fornecedores de biodigestores, sendo, em sua grande maioria, originados em Municípios do Paraná, com verba oriunda de repasse de convênio com a Itaipu Nacional e Caixa Econômica Federal.

Ampliando o recorte temporal da pesquisa e reduzindo seu escopo às contratações realizadas no Rio Grande do Sul, foi possível identificar 14 contratações realizadas de 2021 até o momento para aquisição destes equipamentos, incluindo o uso em escolas. Destaca-se, entre estes, os Municípios de Porto Alegre, Venâncio Aires, Antônio Prado, Carlos Barbosa, Dois Irmãos e Eldorado do Sul.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Uma vez definido o melhor modelo para utilização nas escolas a partir da pregressa análise, passou-se a contemplar as formas de atendimento da presente demanda, partindo-se de duas hipóteses principais:

- 1 - Aluguel de equipamento: o maquinário destinado à biodigestão de resíduos orgânicos é específico de empresas que atuam no âmbito da produção de biogás e fertilizantes. A locação destes equipamentos representaria, a médio e longo prazo, um custo elevado e contínuo para o Município de Canoas, com dispêndio de quantia significativa de recursos em seu aluguel e operacionalização que acabaria por ultrapassar o valor economizado com a utilização dos biodigestores.
- 2 - Aquisição dos equipamentos de forma permanente: a segunda hipótese analisada foi a aquisição de biodigestores e contratação de serviço de treinamento para seu uso e manutenção dos equipamentos. Desta forma, os itens em questão passariam a integrar o patrimônio permanente do Município de Canoas, permanecendo nas sete escolas escolhidas para implantação durante toda sua vida útil.

Diante do exposto acima, a Secretaria Municipal de Educação concluiu pela inviabilidade da primeira hipótese. Ao mesmo tempo, avaliou-se que a segunda hipótese apresentada justifica-se por respeitar os princípios da economicidade e efetividades da administração pública.

Uma análise sobre os biodigestores mais indicados para a instalação nas sete escolas municipais foi realizada, levando em consideração critérios como a capacidade de produção de gás e biofertilizantes, o espaço físico disponível nas referidas escolas, a facilidade de instalação e operação, bem como critérios de segurança dos equipamentos.

Desta forma, definiu-se a elaboração de processo licitatório para aquisição dos biodigestores destinados às escolas municipais.



6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após levantamento de mercado e sua análise, chega-se à conclusão que a melhor solução técnica e econômica para o Município seria a aquisição de biodigestores para as escolas municipais de Canoas. A instalação dos biodigestores nas referidas escolas representará um passo decisivo na esfera da educação ambiental na rede municipal de ensino, reforçando o compromisso do Município de Canoas com as políticas públicas voltadas à sustentabilidade e preservação ambiental à médio e longo prazo. Dessa forma, justifica-se a aquisição dos biodigestores que, além de contribuírem com a campanha global de redução de gases, também promoverão, na prática, conhecimentos que permitirão o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias na contemporaneidade.

A fim de garantir o uso adequado dos equipamentos por parte das equipes diretivas, docentes e alunos das escolas, faz-se necessária a contratação conjunta de treinamento, a ser ministrado pela mesma empresa fornecedora dos equipamentos em cada uma das sete escolas nas quais os equipamentos serão instalados. Esta formação, a ser realizada em até 7 dias após a instalação, garantirá um uso adequado, eficiente e seguro dos biodigestores por parte da comunidade escolar.

Da mesma forma, a contratação de serviço de revisão e manutenção *in loco* também se faz necessária para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e extensão de sua vida útil. O serviço em questão será realizado por funcionários da empresa fornecedora com frequência trimestral após a instalação em cada uma das escolas.

Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme a descrição/especificação dos itens. O processo de instalação, manutenção e uso dos equipamentos será supervisionado pela Unidade de Apoio às Aquisições e Contratações, Diretoria de Apoio Pedagógico e Unidade de Infraestrutura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

O tipo de equipamento escolhido para aquisição apresenta vantagens já apresentadas anteriormente. Operam sem necessidade de energia elétrica, produzindo gás de cozinha e biofertilizante a partir de biomassa. Suas dimensões, por sua vez, possibilitam a instalação em espaços sem muita amplitude e sem a necessidade de preparações prévias do terreno, facilitando a implementação nas escolas municipais de Canoas selecionadas, independentemente do espaço físico disponível. Da mesma forma, possui recursos de segurança como filtros, tanques vedados e válvulas de liberação do gás automáticas, o que permite um uso seguro do equipamento por parte das equipes e alunos das próprias escolas durante as atividades pedagógicas. Estes fatores, aliados à facilidade de transporte e instalação, bem como baixa necessidade de manutenção, levaram a administração municipal a optar por esse modelo para operação nas escolas da rede municipal de ensino.

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para o desenvolvimento da presente iniciativa, foram escolhidas sete escolas municipais para instalação dos biodigestores. Estas escolas foram selecionadas com base nos projetos desenvolvidos com a comunidade escolar na esfera da educação ambiental, com a criação de hortas comunitárias, participação no Programa “Certificação de Escolas Sustentáveis” desenvolvido pelo ICLEI, dentre outras práticas. As referidas escolas municipais de ensino fundamental e educação infantil são:

QUADRANTE	ESCOLA
Sudeste	E.M.E.F Santos Dumont
Sudoeste	E.M.E.F Cívico Militar Ícaro
	E.M.E.F General Osório
	E.M.E.I Vó Picucha



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Noroeste	E.M.E.F Professor Thiago Wurth
Nordeste	E.M.E.I Terezinha Tergolina
	E.M.E.F Arthur Oscar Jochims

A fim de atender esta necessidade, foi definido o quantitativo de 1 (um) biodigestor por escola, totalizando 7 (sete) biodigestores ao total. As especificações dos itens e serviços encontram-se no item 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 153.729,94 (cento e cinquenta e três mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos), conforme estimado na tabela abaixo:

Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
------	------	----------------	-------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Biodigestor de pequeno porte Equipamento de produção de Biogás e Biofertilizante através de decomposição de resíduo orgânico. Material: Lona de Polietileno com proteção UV; Saída combinada de gás e fertilizante; Acompanha fogareiro de biogás com 2 bocas Dimensões: Volume mínimo do tanque de gás: 2.500 l; Volume mínimo do tanque digestor 4.000 l; Serviço de instalação, treinamento e suporte incluso Garantia mínima de 12 meses Atendimento à norma ABNT NBR ISO 23590 Imagem de referência:	7	R\$ 21.961,42	R\$ 153.729,94
--	---	------------------	-------------------





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

9 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 2º do mesmo art. 40 estabelece devem ser observadas a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, desde que atendidos os parâmetros de qualidade, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista o princípio da economicidade e eficiência da administração pública.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO - PAC

Por se tratar de emenda parlamentar impositiva, a presente contratação está prevista na LOA 2025.

12 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

A instalação dos biodigestores nas sete escolas municipais selecionadas possibilitará ao município a economia no custo do transporte de resíduos orgânicos até seu local de descarte, realizando uso destes para promoção de energia sustentável que, por sua vez, também gerará redução de gastos em relação ao consumo de gás.

Com a instalação de sete biodigestores nas escolas municipais, estima-se uma produção de biogás que substituirá o equivalente a 140 botijões de gás P13, a produção de 21.000 litros de fertilizante natural líquido, com gestão de até 21.000 kg de resíduos orgânicos e mitigação de até 56 toneladas de gases de efeito estufa.

Em termos econômicos, a soma da produção anual de biogás, produção de fertilizante líquido para hortas e resíduos não descartados na coleta de lixo produzirá uma economia anual estimada de R\$ 23.562,00. Considerando o valor investido na aquisição dos sete biodigestores, os equipamentos se “auto pagarão” (payback) no período de oito anos.

Além disso, sua implantação em escolas potencializa ações de educação ambiental, fazendo com que os alunos participem do processo de construção de uma alternativa sustentável para destinar os resíduos que produzimos.

13 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Para a contratação pretendida, não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

14 – PLANEJAMENTO E POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Esta contratação observará em todas as fases do procedimento as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observando o Decreto 7746/12, que regulamentou o artigo 3, “caput”, da Lei 8.666/93; a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e a legislação e normas ambientais, no que couber.

Com a instalação de sete biodigestores nas escolas municipais, haverá uma produção de biogás que substituirá o equivalente a 140 botijões de gás P13, a produção de 21.000 litros de fertilizante natural líquido, com gestão de até 21.000 kg de resíduos orgânicos e mitigação de até 56 toneladas de gases de efeito estufa. Os resultados decorrentes da implementação dos referidos equipamentos alcançam 13 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Observar-se-á, para além das referidas normativas, os seguintes requisitos de Sustentabilidade, quando aplicável: menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos; menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; menor presença de materiais perigosos ou tóxicos; Maior vida útil; Geração de menor volume de resíduos; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na confecção, na embalagem, no transporte e no armazenamento dos materiais a serem adquiridos. Não haverá a necessidade de adequação ou ajuste do ambiente dos locais de execução para os itens que compõem esta contratação

15 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição destes equipamentos se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Considerando-se os estudos e reuniões realizadas pela Equipe de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação, declara-se que a contratação é **VIÁVEL** e necessária para a execução das políticas públicas voltadas à educação ambiental e promoção da sustentabilidade no Município de Canoas.

16 - RESPONSÁVEIS PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Rômulo de Jesus Farias Brito

Matrícula 122922

Unidade de Compras

Michele Scheibler de Oliveira

Matrícula 125508

Unidade de Compras



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/20__

Fornecimento de biodigestores, com instalação e treinamento inclusos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

O **MUNICÍPIO DE CANOAS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no **CNPJ sob o n.º 88.577.416/0001-18**, com sede na Rua XV de Janeiro, n.º 11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **AIRTON SOUZA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na [Endereço Completo], CEP ____-____, inscrita no **CNPJ sob n.º ____-____/____-____**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **[REPRESENTANTE LEGAL / PROCURADOR]**, inscrito(a) no CPF sob n.º ***.____-____, por este instrumento e na melhor forma de Direito, celebram o presente Contrato, objeto do Processo Administrativo n.º 25.0.000025225-8, Edital n.º 143/2025, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021, subordinando-se às disposições da sobredita lei e demais legislações pertinentes, bem como das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

1.1. Fornecimento de biodigestores, com instalação e treinamento inclusos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A execução do objeto do contrato está expressamente condicionada ao Termo de Referência, à Proposta Financeira apresentada pela CONTRATADA e demais condições constantes no Processo Administrativo n.º 25.0.000025225-8.

1.3. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente, associar-se a outrem, ceder, transferir total ou parcialmente, realizar fusão, cisão ou incorporação do objeto deste contrato, sem a expressa autorização pelo CONTRATANTE.

1.4. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados pelo CONTRATANTE, obedecendo o estabelecido no TERMO DE REFERÊNCIA, que constitui Anexo do presente Contrato, quanto aos prazos e garantias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. O Contrato será executado através da aquisição remunerada de bens, para fornecimento de uma só vez, nos termos do Art. 6º, X, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total do contrato é de **R\$ __, __ (indicar o valor por extenso)**, incluídos além do objeto contratado, os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais, bem como demais encargos incidentes, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, a administração, o lucro e deslocamentos de qualquer natureza, bem como qualquer outra despesa, ainda que não especificada e que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto.

3.2. Tabela de Valores:

Item	Descrição/Especificação	Unid. medi da	Qua nt.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
------	-------------------------	---------------------	------------	----------------------------	----------------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

01	Biodigestor de Pequeno Porte Equipamento de produção de Biogás e Biofertilizante através de decomposição de resíduo orgânico. Material: Lona de Polietileno com proteção UV; Saída combinada de gás e fertilizante; Acompanha fogareiro de biogás com 2 bocas; Dimensões: Volume mínimo do tanque de gás: 2.500 l; Volume mínimo do tanque digestor 4.000 l; Serviço de instalação, treinamento e suporte incluso . Garantia mínima de 12 meses. Atendimento à norma ABNT NBR ISO 23590.	UNI	...	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)					R\$

3.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração, nos termos do art. 60, do Decreto Municipal n.º 549/2023 e do art. 92, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

3.3.1. Após o prazo inicial de 12 (doze) meses do subitem anterior, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.3.2. O reajuste deverá ser pleiteado em até 90 (noventa) dias após a ocorrência do lapso temporal que o autoriza, nos termos do subitem anterior, desde que ainda vigente o contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

3.3.3. Não requerido o reajuste no prazo previsto no subitem anterior, haverá a renúncia tácita a este.

3.4. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar em seu pedido os documentos comprobatórios para a solicitação, devendo obrigatoriamente apresentar minimamente os seguintes documentos:

a) Planilha de valores ou documentação equivalente contendo os custos de cada item da proposta inicial e os valores de cada item reequilibrados.

b) Documento que demonstre que o desequilíbrio dos valores são fatos alheios à vontade e supervenientes.

c) Comprovação que o desequilíbrio ocorre de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, desde que, seja apresentado todos os documentos que comprovem a ocorrência do evento.

d) Comprovação da variação cambial, tributária e/ou dos preços de cada item mediante apresentação de notas fiscais, documentos de importação, orçamentos e outros.

e) Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do particular.

f) Memória de cálculo em conformidade com a variação dos preços.

g) Cópia do Contrato e Termos aditivos quando houver.

3.5. A CONTRATANTE pode, de forma facultativa, caso não comprovado pelo CONTRATADA, calcular o reequilíbrio a contar da data de protocolo do pedido.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Para o efetivo pagamento a CONTRATADA estará sujeita ao cumprimento das disposições contidas no Decreto n.º 196/2018.

4.2. A Nota Fiscal / Fatura relativa a aquisição do objeto deverá ser apresentada junto a Unidade de Liquidação (UL) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), conforme art. 11 do Decreto n.º 012/2013.

4.3. As Notas Fiscais/Faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a CONTRATADA suportará os ônus decorrentes do atraso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

4.4. O objeto será pago em até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal/fatura na Unidade de Liquidação (UL) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), que deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega do objeto, mediante apresentação de:

4.4.1. Nota fiscal/ fatura;

4.4.2. Termo de fiscalização aprovado e emitido pela secretaria municipal responsável, conforme determina o Decreto n.º 196/2018.

4.5. Em caso de atraso pelo contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E ENTREGA

5.1. A vigência do presente Contrato será de **06 (seis) meses**, a contar da data estabelecida na Ordem de Entrega, podendo ser prorrogada.

5.2. O prazo para entrega total do objeto será de **30 (trinta) dias consecutivos**, a contar da data estabelecida na Ordem de Entrega, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato estão lastreadas na seguinte dotação:

Programa de Trabalho:
Natureza da Despesa:
Fonte de Recurso:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato serão efetuados pela Secretaria requisitante que designará servidor para o encargo da fiscalização, conforme disposição do Decreto Municipal n.º 196/2018, o qual poderá comunicar à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas e emitir o Termo de Fiscalização.

7.2. Quando necessário, emitir notificações à contratada demonstrando objetivamente os descumprimentos contratuais verificados pela fiscalização.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

7.2.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade do objeto contratado, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a ela relativas.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto do contrato será recebido, nos termos do disposto no art. 140 da Lei n.º 14.133/2021:

8.1.1. PROVISORIAMENTE, de forma sumária após a instalação, pelo responsável por seu acompanhamento e/ou fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências do edital e seus anexos;

8.1.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor responsável, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências quantitativas e qualitativas, no prazo máximo de 10 (dias) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

8.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das específicas à execução do objeto contratual dispostas no TERMO DE REFERÊNCIA que integra o presente Contrato:

9.1.1. Conhecer detalhadamente todas as cláusulas deste Contrato e de seus Anexos;

9.1.2. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas ao objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Administrativo que o originou, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados, pelos equipamentos e/ou acessórios disponibilizados;

9.1.3. Cumprir as legislações federal, estadual e municipal pertinentes, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões culposas ou dolosas, que praticar;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

9.1.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz;

9.1.5. Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato conforme exigência legal, sendo a única responsável no tocante ao vínculo empregatício com seus profissionais, inclusive reclamações trabalhistas;

9.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstituir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções e/ou prestar serviços em conformidade com o cronograma estipulado pela CONTRATANTE;

9.1.8. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas do fornecimento dos materiais e mão de obra necessários à execução do objeto contratado.

9.1.9. Obedecer fielmente a proposta apresentada.

9.1.10. Prestar garantia pelos materiais fornecidos, conforme consta no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituir-se-ão obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Contrato;

10.1.2. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

10.1.3. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Contrato;

10.1.4. Exercer a fiscalização do Contrato por técnicos especialmente designados;

10.1.5. Emitir termo de Fiscalização;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

10.1.6. Indicar, formalmente, o gestor/fiscal para acompanhamento/ fiscalização da execução contratual;

10.1.7. Encaminhar a liberação dos pagamentos mensais das faturas de prestação dos serviços, após devidamente analisadas e aprovadas pela fiscalização contratual;

10.1.8. Informar a CONTRATADA, previamente ao início da execução do objeto contratado, e sempre que julgar necessários, todas as normas, as rotinas e os protocolos institucionais que deverão ser seguidos para a correta e a satisfatória execução do Contrato, bem como indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução do mesmo;

10.1.9. É dever do CONTRATANTE, sempre que houver necessidade, averiguada em processo formal, a aplicação à CONTRATADA das penalidades legais e contratuais;

10.1.10. Relacionar, caso necessário, as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução do objeto, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;

10.1.11. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, através da Secretaria requisitante, por escrito, podendo ser na forma eletrônica, desde que haja confirmação do recebimento, quanto ao não cumprimento de cláusulas do contrato.

10.2. Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATANTE:

10.2.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de execução do objeto;

10.2.2. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a execução do objeto e o atendimento das exigências contratuais;

10.2.3. Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

10.2.4. Impedir que terceiros, que não seja a empresa CONTRATADA, efetuem os serviços prestados;

10.2.5. Rejeitar os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

10.2.6. Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, mediante consulta à Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais, conforme cada caso, e demais documentação exigida no Contrato;

10.2.7. Proceder a vistorias nos locais onde o objeto está sendo executado, por meio do fiscal do contrato ou outros servidores devidamente designados, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;

10.2.8. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a contratada estará sujeita as aplicações das sanções conforme dispostas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, que seguem:

I – advertência;

II – multa;

a) compensatória; e

b) de mora.

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.1.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

11.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a” do caput deste contrato.

11.1.3. A sanção de advertência somente poderá ser aplicada de forma isolada em hipóteses de inexistência de prejuízo ao erário, ao funcionamento dos serviços públicos ou aos munícipes, ainda que indiretamente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

11.1.3.1. A advertência não poderá ser aplicada de forma isolada quando o fornecedor for reincidente.

11.1.4. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os parâmetros dispostos nos arts. 5º e 11 do Decreto Municipal n.º 59/2024.

11.1.4.1. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias de atraso na execução do contrato, restará caracterizada a inexecução contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral e a aplicação da multa compensatória.

11.1.4.2. A recusa em aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita à infratora a mesma penalidade aplicável pelo inadimplemento total da obrigação.

11.1.5. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I – retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, incluindo pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II – descontado do valor da garantia prestada, se houver;

III – pago por meio de documento próprio de arrecadação do Município; ou

IV – cobrado judicialmente.

11.1.5.1. O não pagamento do valor integral das multas arbitradas poderá ser objeto de protesto, nos termos do art. 1º da Lei Federal n.º 9.492 de 1997.

11.1.6. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos no arts. 7º e 11 do Decreto Municipal n.º 59/2024.

11.1.7. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 11 do Decreto Municipal n.º 59/2024, aos responsáveis pelas seguintes infrações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único. Os demais procedimentos relativos às apurações de infrações, aplicação de sanções administrativas aos fornecedores, bem como as respectivas dosimetrias destas, serão regidos pelo Decreto Municipal n.º 59, de 8 de Fevereiro de 2024 e pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de Abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses e parâmetros estabelecidos nos art. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. O presente Contrato poderá ser alterado na forma e parâmetros estabelecidos nos arts. 124 a 135 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REGÊNCIA E DA VINCULAÇÃO

13.1. O presente Contrato rege-se pelas cláusulas nele constantes, pelas especificações do Processo Administrativo n.º 25.0.000025225-8, do Termo de Referência e pela Proposta apresentada pela CONTRATADA, bem como das disposições constantes da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, nos moldes da legislação de regência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A CONTRATANTE é responsável por disponibilizar acesso aos documentos e à legislação relacionada com o objeto do presente contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Licitações e
Contratos

15.2. A CONTRATADA não pode fazer uso ou divulgar dados e informações relacionadas com este Contrato a terceiros ou a servidores da CONTRATANTE não designado para interagir junto às atividades descritas na Cláusula Primeira.

15.3. Os casos omissos a este Contrato serão definidos subsidiariamente nos termos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As dúvidas e controvérsias oriundas do Contrato serão dirimidas no Foro de Canoas/RS, quando não resolvidas administrativamente.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE CANOAS, aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e cinco (____/____/2025).

AIRTON SOUZA
Prefeito Municipal

REPRESENTANTE LEGAL
Contratada
Testemunhas:

1: _____ 2: _____
(Nome legível e n.º de documento de identificação).

[Home](#) > [Editais](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 10/2025

Última atualização 18/08/2025

Local: Teresina/PI **Órgão:** PIAUI SECRETARIA DE EDUCACAO

Unidade compradora: 925478 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUI

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 18/08/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP


Id contratação PNCP: 06554729000196-1-000011/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de 08 unidades de BIODIGESTOR para utilização em escolas do ensino médio da rede estadual de ensino com o objetivo de fornecer um aprendizado prático e interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de habilidades cruciais e a conscientização ambiental.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 205.600,00	R\$ 205.600,00

Itens	Arquivos	Contratos/Empenhos	Histórico
Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Biodigestor Uso Em Fazendas capacaide tanque gás: 2.500, capacidade tanque alimentação: 4.000, dimensões: 400 x 180 x 150, material estrutural: lona, padrão: anaeróbico, tipo: batela EQUIPAMENTO PARA PROCESSAMENTO DE MATERIA ORGÂNICA, com INSTALAÇÃO HB 7.0 / TREINAMENTO / SUPORTE ONLINE HB 7.0.	8	R\$ 25.700,00
Exibir: 5	1-1 de 1 itens	Página: 1	< >
<div><div>< Voltar</div></div>			



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.



É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI
GERÊNCIA DE COMPRAS - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.053060/2024-81

Teresina-PI, 05 de agosto de 2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025 – SEDUC - PI
RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

1. DO RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Educação do Piauí - SEDUC-PI, por meio do Sr. Secretário de Educação, **Francisco Washington Bandeira Santos Filho**, **RECONHECE** a situação de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos moldes fundamentada no art. 74, inc. I da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme orienta o **SEDUC Termo de Referência SEDUC-PI/SGI/DL/GEC (SEI nº 0019270229) Processo nº 00011.053060/2024-81, PGE_PARECER PGE-PI/GAB/CSSEDUC (SEI nº 018445719)**.

2. DO OBJETO

Aquisição de 08 unidades de BIODIGESTOR para utilização em escolas do ensino médio da rede estadual de ensino com o objetivo de fornecer um aprendizado prático e interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de habilidades cruciais e a conscientização ambiental.

3. DA CONTRATADA

EMPRESA BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA, com sede e foro na cidade de São Paulo - SP, na Rua Borges de Barros, nº 90, bairro Sumarezinho, inscrita no CNPJ sob o nº 05.573.061/0001-61

4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor Total da Contratação : R\$ 205.600,00 (duzentos e cinco mil e seiscentos reais)

5. DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA FUNDAMENTAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ressalte-se, inicialmente, que todo ato celebrado pela Administração Pública deve estar de acordo com os princípios constitucionais a ela atinentes, conforme art. 37, caput, da Constituição Federal, e art. 2º da Lei n. 6.782/16 que regula o processo administrativo no âmbito

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0

Art. 2º O processo administrativo obedecerá, dentre outros, aos princípios da transparência, legalidade, finalidade, motivação, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade, participação da confiança legítima e interesse público."

Neste sentido, a Constituição Federal impõe à Administração Pública o regime de processo licitatório para realização de contratações, para que seja assegurado a igualdade entre concorrentes, conforme art. 37, XXI, colecionado abaixo.

Art. 37º A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(destaque nosso)

Todavia, o dispositivo supracitado prevê, ainda, a possibilidade da legislação infraconstitucional estabelecer ressalvas à contratação mediante licitação, a fim de se preservar a finalidade precípua da Administração, que é o interesse público, como a aplicação dos no artigo 74, caput, da Lei Federal nº **14.133/2021**, correspondentes às contratações diretas com base em casos de dispensa de licitação e de inexigibilidade de licitação

Assim, a no artigo 74, caput, da Lei Federal nº **14.133/2021** traz as **hipóteses excepcionais de dispensa e de inexigibilidade**.

Nos autos em epígrafe, pretende-se a contratação direta, por inexigibilidade, com base no art. 74, inc. I, da Lei Federal n. 14.133/2021, da **EMPRESA BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no SEDUC Termo de Referência SEDUC-PI/SGI/DL/GEC (SEI nº0019270229).

Precisamente no art. 74 do referido diploma, o legislador permite à entidade contratante, a contratação por inexigibilidade, em vistas à inviabilidade de competição para contratação de materiais, de equipamentos e de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.

A contratação direta por inexigibilidade de licitação, qualquer que seja seu fundamento legal, pressupõe inviabilidade de competição, como nos mostra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello quando trata de objetos licitáveis:

"São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes (...). Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja".

Ao tratar da singularidade do objeto, a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro aduz que:

Singular é o serviço que, por suas características intrínsecas, não é confundível com outro. Não ser confundível com o outro não significa que seja o único, mas que contenha tal qualidade ou complexidade que impossibilite a sua comparação com outros. Havendo impossibilidade de comparação entre os serviços, e necessitando a Administração dessa determinada prestação, não há que se falar em procedimento licitatório, por inviabilidade de

licitação. Tais serviços, portanto, são denominados de natureza singular, cuja execução só pode ser atribuída a um determinado profissional ou empresa especializada. Obviamente, esse profissional ou empresa também não são os únicos no mercado, mas a singularidade do serviço e a comprovada capacitação do escolhido são denominadores comuns ao administrador a justificar a inexigibilidade de licitação.

Ainda, sobre a singularidade do serviço, Márcio Cammarosano ensina que:

O que, na essência, inviabiliza a competição na hipótese considerada é a singularidade do serviço que se pretende contratar. Não aqui a singularidade absoluta ou objetiva, consistente no fato de só haver um profissional ou firma em condições de prestar o serviço desejado, mas a singularidade que decorre da própria natureza e característica do serviço, aliada à especial e notória qualificação de quem se pretenda contratar, e que se possa considerar como necessária para a adequada consecução do resultado final de interesse público pretendido. A singularidade subjetiva que de regra se contém "... no bojo da notória especificação" (v. Sérgio Ferraz e Lúcia Valle Figueiredo in Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, Malheiros Editores, 1994, p. 80).

Uma singularidade que "...não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço". (Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 4ª. ed., 1993, p. 80) mas sim aquela que, em razão do resultado final pretendido, da sofisticação que encerra, e da notória especialização do profissional ou firma a ser contratada, não possibilite elencar fatores e critérios que permitam atender, a um só tempo, as exigências de julgamento objetivo de propostas que se apresentem rigorosamente equivalentes quanto ao objeto do certame, e de escolha, dentre elas, da que melhor se preste, realmente, ao atendimento da Administração.

A partir dos trechos citados a título de exemplo da vasta doutrina a respeito do tema, conclui-se que singularidade não significa que não existam no mercado outras empresas que possam prestar o serviço à Administração. Significa que, em razão do resultado final pretendido, da sofisticação, da complexidade técnica envolvida e da notória qualificação da empresa e dos ministrantes/palestrantes, essa é a melhor forma de atender ao interesse público.

Desta forma, embora seja muito difícil elucubrar todos os eventos que podem conduzir à inviabilidade de competição, é possível sintetizar as causas em dois fatores: a existência de um único particular detentor da exclusividade de executar o objeto ou a impossibilidade de julgamento objetivo, diante das características apresentadas pelo particular apto a desempenhá-la. Observe-se, então, que na inexigibilidade o dever de licitar é afastado diante da caracterização, no caso concreto, nos termos do art. 74, caput, da Lei 14.133/2021, da chamada inviabilidade de competição, uma vez que em situações desta natureza, a instauração de certame licitatório seria materialmente impossível e, porquanto, destituída de utilidade. Primeiro, porque havendo apenas uma proposta, não se prestará a sua finalidade principal, qual seja, eleger a melhor entre várias, assegurando-se o tratamento isonômico (art. 11, inc. II, da Lei nº 14.133/21). Segundo, porque as características peculiares do objeto impedem um julgamento objetivo, o que estaria em descompasso com a determinação do art. 5º da Lei nº 14.133/21.

Nos autos em epígrafe, pretende-se a contratação direta, por inexigibilidade, com base no artigo 74, I, da Lei Federal n. 14.133/2021, da **empresa BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no SEDUC Termo de Referência SEDUC-PI/DGI/DL/GEC (SEI nº 0019270229).

Salienta-se que a contratação pretendida se funda na **inexigibilidade de licitação, nos moldes** do inciso I do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme Carta de Exclusividade do Fabricante bem como Declaração de Exclusividade da Associação Comercial de São Paulo..

No mais, segundo a melhor doutrina administrativista, a Carta Magna acolheu "a

presunção absoluta de que a realização de prévia licitação produz a melhor contratação, porque assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância de princípios, como isonomia e impessoalidade. Todavia, o art.37, inciso XXI, da CF limita essa presunção, permitindo a contratação direta sem a realização do certame nas hipóteses ressalvas na legislação. Desse modo, a contratação direta NÃO representa desobediência aos princípios constitucionais".

Além disso, no Livro "**Dispensa e Inexigibilidade de Licitação**", dos autores Edgar Guimarães e Ricardo Sampaio, em seu **Capítulo 3 - Licitação Inexigível, 3.1 Considerações gerais**, diz que:

"A inexigibilidade de licitação pressupõe o afastamento do dever de licitar de forma absoluta e peremptória, não havendo margem de escolha de descrição ao agente público no sentido de realizar qualquer juízo de valor. Significa dizer: se a competição é inviável, por conseguinte, a licitação é materialmente impossível de ser instaurada.

Os autores Edgar Guimarães e Ricardo Sampaio, na citada obra, classificaram a inviabilidade de competição em absoluta (art.74, I e IV) e relativa (art.74, II, III e V), lições que nos levam a vislumbrar que, no caso em tela, temos um caso de **inviabilidade de competição absoluta**, senão vejamos:

"A inviabilidade de competição pode ser absoluta (art.74, I e IV) e relativa (art.74, II, III e V). Configura a inviabilidade absoluta a inexistência de competidores, ou seja, quando apenas uma pessoa pode executar o objeto pretendido pela administração (art.74, I) ou quando a administração precisa contratar todos os interessados que preencham as condições definidas para a contratação (art.74, IV). Será relativa quando, apesar de existir mais de uma pessoa capaz de executar o objeto pretendido, a administração não dispuser de meios e critérios objetivos para selecionar a proposta mais vantajosa.

(...)

Diferentemente do que ocorre com a hipótese constante do art.25, da Lei nº 8.666/93, não se apresenta dentro da noção de inviabilidade absoluta de competição, mas de inviabilidade relativa, ou seja, o que torna a competição inviável no caso em análise não é a inexistência de uma pluralidade de profissionais ou empresas de notória especialização aptos a contratar com a administração, mas a inexistência de critérios objetivos capazes de assegurar o processamento da licitação.

As características especiais do objeto, aliadas à necessidade de que seja prestado por profissionais detentores de notória especialização, tornam inviável o estabelecimento de requisitos objetivos aptos a viabilizar a seleção dos interessados.

Logo, a situação encerra uma inviabilidade relativa de competição já que pode haver uma pluralidade de possíveis prestadores notoriamente especializados, mas a realização de um certame competitivo esvai-se totalmente, na medida em que não há meios de se definir objetivos de seleção para nortear o julgamento da licitação".

Acrescente-se aqui os ensinamentos da obra "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 2ª edição, e-book, cujo coordenador é o professor Joel de Menezes Niebuhr, in verbis:

Em virtude disso, o bem só pode ser considerado exclusivo, autorizando a inexigibilidade, se as suas características peculiares, não encontradas em outros bens que lhe são concorrentes, forem decisivas ao interesse da Administração Pública. Se essas características não forem relevantes, salientá-las como requisito para a contratação a fim de justificar inexigibilidade é ilegítimo e ilegal, devendo-se reputá-la inválida. A Administração Pública deve descrever o objeto com todas as características que definem o seu gênero. Trata-se das características principais ou essenciais do objeto, que definem a sua funcionalidade básica; das características que definem a própria natureza do objeto que se pretende contratar. Vai-se atentar às funções que se pretendem do objeto e descrevê-las de modo a assegurar o seu cumprimento. Sob essa perspectiva, todas as especificações que se fizerem necessárias são lícitas, mesmo que restrinjam o objeto a tal ponto de inviabilizar a competitividade e de justificar a inexigibilidade. Logo

se alguém dispõe com exclusividade da funcionalidade básica de do objeto, é permitida a contratação por inexigibilidade amparada no inciso I do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, dado que somente ele pode oferecer à Administração Pública o resultado e o efeito pretendido por ela. Além disso, a Administração Pública também volta os seus olhos às características periféricas do objeto, cuja ausência não compromete a sua funcionalidade básica. Trata-se de características que maximizam as funções do objeto, melhorando o conforto ou até a sua estética. Tais características agregam ao objeto funcionalidade secundária. (...) Nesse sentido, só é lícito contratar diretamente ao argumento da exclusividade do fornecedor se ele for, verdadeiramente, exclusivo. Aí vale todo tipo de prova, especialmente, a resultante dos esforços empreendidos na pesquisa dos produtos ofertados no mercado

Observa-se nos autos que a demandante apresentou SEDUC Justificativa (SEI nº 013792474), informando que a contratação se justifica em função das necessidades evidente a necessidade da aquisição de biodigestores nas escolas de ensino médio visa oferecer um aprendizado prático e interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de habilidades cruciais e a conscientização ambiental.

Para tanto, foi anexada a Carta de Exclusividade/Distribuidora Única (SEI nº 016380149) e a Declaração De Exclusividade (SEI nº 016380333) é a única a comercializar o objeto citado.

Em suma, é inegável a vantajosidade econômica da contratação. Mesmo que fosse viável a competição deveria ser considerada, na escolha, as vantagens e as desvantagens da não aquisição dos itens.

6. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor se deu pelo fato de o mesmo ser, constatado através de uma ampla pesquisa de mercado, conforme o SEDUC Estudo Técnico Preliminar SEDUC/SGI/DL/GEP (SEI nº **016561624**), o único capaz de atender aos respectivos requisitos técnicos mínimos exigidos no SEDUC Estudo Técnico Preliminar SEDUC-PI/SGI/DL/GEP (SEI nº **016561624**), de operar com pressão máxima do gás de 10 mbar e ser instalado sobre o solo, e não enterrado ou semienterrado, dispensando, dessa forma, a necessidade de obras de escavações do solo.

A de se destacar que os referidos requisitos técnicos exigidos se demonstram, conforme o ETP e a Justificativa Técnica, necessários, pois a operação do Biodigestor com pressão máxima do gás de 10 mbar garante uma maior segurança aos estudantes e professores envolvidos no processo de aprendizagem bem como uma maior durabilidade do bem em questão; e a determinação de que o Biodigestor seja instalado sobre o solo e não enterrado ou semienterrado, evita a necessidade de obras de escavação, evitando eventual contaminação do solo bem como proporcionando aos estudantes a visualização do objeto da contratação durante os processos químicos, físicos e biológicos de decomposição da matéria orgânica através da inexistência de oxigênio.

A empresa **BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA** possui Carta de Exclusividade (SEI nº 0019343563), devidamente apresentada, de fornecedora exclusiva do BIODIGESTOR com as respectivas características técnicas exigidas no respectivo documento SEDUC Estudo Técnico Preliminar SEDUC-PI/SGI/DL/GEP (SEI nº 016561624).

Ao fim e ao cabo, pelas condições apresentadas no SEDUC DOD SEDUC-PI/SUPEN/AP (SEI nº 013792179), SEDUC TERMO DE REFERÊNCIA SEDUC-PI/DL/GEC (SEI nº 0019270229) e diante da necessidade da SEDUC, de estimular nos estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino, pertencentes as escolas que serão contempladas com os respectivos BIODIGESTORES, a conscientização ambiental, bem como o aprendizado interdisciplinar proporcionado no processo de decomposição de matéria orgânica, por envolver processos físicos, químicos e biológicos, além da economia do gás liquefeito utilizado nas escolas e a utilização do adubo produzido no processo em questão para o cultivo de hortas e plantas.

7. **DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Considerando as razões expostas, a contratação direta por inexigibilidade de licitação da **EMPRESA BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA**, adequa-se ao no artigo art. 74, inc. I da Lei Federal n. 14.133/2021, referente à **Contratação de 20 unidades de Biodigestores de fornecedor exclusivo com base nas exigência técnicas do SEDUC ETP (SEI nº 016561624) e da Carta de Exclusividade do respectivo fornecedor (SEI nº 0019343563), com o valor global de R\$ 205.600,00 (duzentos e cinco mil e seiscentos reais).**

8. **DA PUBLICAÇÃO**

A contratação será publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí (DOE), na situação de **Inexigibilidade de Licitação**, com amparo na legislação supracitada.

9. **DA EXEQUIBILIDADE DO ATO**

Objetivando à exequibilidade deste Ato composto, com vistas a torná-lo apto e disponível para produzir seus regulares efeitos, o mesmo é assinado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, nos termos do artigo 74, inc. I da Lei Federal n. 14.133/2021, uma vez ser ele a autoridade competente para proceder o seu reconhecimento e a ratificação.

Encaminhe-se o presente documento de **RATIFICAÇÃO**.

Teresina-PI, julho de 2025

RATIFICO o presente Termo, com base no artigo 74, inc. I da Lei Federal n. 14.133/2021.

Publique-se no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho
Secretário de Estado da Educação



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 05/08/2025, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019497806** e o código CRC **B6D6669E**.

Dotação Orçamentária	14102 - Secretaria da Educação12.368. 0102. 6258 - Administração da Unidade
Fonte de Recursos	543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
Natureza das Despesas	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica/ 449052 - Equipamentos e Material Permanente
Nota de Reserva do SIAFE	2025NR01891/2025NR01909
Signatários do Contrato	Francisco Washington Bandeira Santos Filho SARITA TOLEDANO

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação - SEDUC/PI

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025	
Processo Administrativo SEI	00011.053060/2024-81
Modalidade de Licitação	Inexigibilidade de Licitação nº 05/2025
Fundamento Legal	Inciso I, do art. 74. Lei 14.133/2021.
Contratante	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI
Codificação da UG no SIAFE-PI	140102
Contratado/CNPJ	BIOMOVEMENT AMBIENTA LTDA CNPJ: 05.573.061/0001-61
Objeto	Aquisição de 08 unidades de BIODIGESTOR para utilização em escolas do ensino médio da rede estadual de ensino com o objetivo de fornecer um aprendizado prático e interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de habilidades cruciais e a conscientização ambiental.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Prazo de Execução	12 (doze) meses
Data de Assinatura	05/08/2025
Valor Global	R\$ 205.600,00 (duzentos e cinco mil e seiscentos reais).
Nota de Reserva no SIAFE	2025NR01891/2025NR01909

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 521/2025





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.053060/2024-81

Teresina-PI, 10 de fevereiro de 2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.2 OBJETO: Aquisição de 20 (vinte) biodigestores com instalação e treinamento, destinados a 20 (vinte) escolas de ensino médio do Estado do Piauí. A finalidade é a oferta de disciplinas eletivas que proporcionem o desenvolvimento de conscientização ambiental entre os alunos

1.3 Categoria: Aquisição de Equipamentos e Contratação de Serviços.

1.4 Processo Administrativo: 00011.053060/2024-81

1.5 Formalização da Demanda: Memorando 24 (013792139); DOD (013792179); Justificativa (013792474)

1.6 Equipe de Planejamento: Em consonância com o disposto no art. 19, do Decreto Estadual nº 21.872, de 7 de março de 2023, a equipe de planejamento desta contratação é constituída pelo conjunto de servidores, integrantes de um ou mais setores desta SEDUC, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos do objeto e sobre o processamento das licitações e contratos, dentre outros. Diante do exposto, apresenta-se, a seguir, a composição da equipe de planejamento:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:		
Servidor	Função	Setor
Viviane Fernandes Faria Integrante Requisitante e Técnico	Superintendente	Superintendência de Ensino - SUPEN
Leovídio Bezerra Lima Neto Integrante Administrativo	Gerente	Gerência de Planejamento da Contratação - GEP
Larissa Rocha Pires Ferreira Integrante Administrativo	Diretora	Diretoria de Licitação - DL

2. INTRODUÇÃO

2.1 Objetivo

O presente Estudo Técnico Preliminar caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, evidenciando o interesse público envolvido propondo a solução mais adequada para satisfazê-lo. Visa assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, com todas as etapas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Estadual nº 21.872, de 7 de março de 2023.

2.2 Estudo Técnico Preliminar como Ferramenta de Governança

A Lei nº 14.133/2021, introduz um novo paradigma para as contratações públicas, focando na busca e aprimoramento da Governança Pública nas contratações. O objetivo central é o de atingir a melhor qualidade possível dos produtos adquiridos e dos serviços a serem prestados, visando atender às necessidades da sociedade com eficiência e eficácia.

O referido diploma legal destaca a importância da fase preparatória e da elaboração de um planejamento adequado, com o escopo de prevenir problemas decorrentes de contratações mal estruturadas. O planejamento deve ser formulado com a finalidade de evidenciar, de forma clara e inequívoca, que a necessidade da Administração Pública será devidamente atendida por meio da contratação dos bens ou serviços pretendidos. A ausência de um estudo prévio expõe a Administração Pública ao risco de praticar atos lesivos ao erário, caracterizados pela ineficácia, ineficiência, antieconomicidade e, consequentemente, pela ilegalidade das contratações realizadas.

A governança das contratações públicas, conforme estabelecido no artigo 4º, III, do Decreto Estadual nº 21.872/2021, é entendida como um conjunto articulado de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas, visando a agregar valor ao negócio do órgão ou entidade, e contribuir para o alcance de seus objetivos, com riscos aceitáveis.

Nesse contexto, o artigo 8º do referido Decreto detalha as diretrizes que devem nortear a governança nas contratações públicas da Administração Pública do Estado do Piauí, abordando desde o estímulo ao desenvolvimento nacional sustentável e à competitividade nos certames, até a promoção de um ambiente negocial íntegro e transparente, com o aprimoramento da interação com o mercado fornecedor, como forma de se promover inovação e de se prospectarem soluções que maximizem a efetividade da contratação. As diretrizes previstas visam não só a eficiência administrativa, mas também a busca por soluções inovadoras, a desburocratização dos processos e o alinhamento estratégico das contratações com os objetivos orçamentários e institucionais dos órgãos e entidades, refletindo um compromisso com a modernização e a qualidade dos serviços públicos.

Em conformidade com os dispositivos mencionados, esta equipe procede ao planejamento da presente contratação, devidamente alinhado às diretrizes de governança, assegurando não apenas a utilização racional e eficiente dos recursos públicos, mas também o aprimoramento da eficácia administrativa, com reflexos diretos na obtenção de resultados mais favoráveis à sociedade. Neste contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) configura-se como uma ferramenta imprescindível, pois viabiliza a escolha da solução mais apropriada para atender à demanda da Secretaria de Estado da



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização

A necessidade da presente contratação foi formalmente estabelecida pela **Superintendência de Ensino - SUPEN** por meio do **Memorando 24 (013792139)**, o qual dispõe:

"Considerando que os estudantes do ensino médio são matriculados em componentes curriculares conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além dos componentes obrigatórios, as escolas oferecem unidades curriculares flexíveis, como as eletivas, que permitem uma personalização do aprendizado e incentivam a exploração de diferentes áreas do conhecimento. A aquisição de biodigestores para essas instituições proporciona uma oportunidade prática e interdisciplinar para o desenvolvimento de habilidades e conscientização ambiental entre os alunos."

"Considerando que o biodigestor é um equipamento utilizado para acelerar o processo de decomposição da matéria orgânica através da ausência de oxigênio; processo esse denominado como biodigestão. Este é um equipamento necessário para compor algumas práticas que estão sendo trabalhadas pedagogicamente nas escolas de ensino médio."

Considerando que essa aquisição visa fomentar aos estudantes condições para que possam estar munidos de materiais pedagógicos que utilizarão em seu cotidiano, desenvolvendo suas habilidades e desempenhos com futuros projetos tecnológicos e acadêmicos. Foi realizada a viabilidade dessa aquisição, e levantado que com esse material pode-se trabalhar no âmbito escolar vários projetos de desenvolvimento a gestão de resíduos orgânicos reduzindo a geração dos resíduos e os destinando de forma ambientalmente correta.

Diante do exposto, considerando as diretrizes do currículo do ensino médio, se faz relevante essa aquisição com o intuito de que sejam feitas práticas pedagógicas nas escolas de ensino médio, gerando desenvolvimento no ensino e aprendizado dos estudantes de forma a gerar resultados positivos educacionais da rede estadual."

Por meio do **Documento de Oficialização da Demanda (013792179)** foi devidamente especificado o item o qual se pretende adquirir, bem com seus respectivos quantitativos, enquanto por meio do **Documento Justificativa (013792474)**, foi devidamente justificado a necessidade da contratação ora solicitada, conforme sintetizado nos seguintes termos:

"Os estudantes do ensino médio são matriculados em componentes curriculares conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além dos componentes obrigatórios, as escolas oferecem unidades curriculares flexíveis, como as eletivas, que permitem uma personalização do aprendizado e incentivam a exploração de diferentes áreas do conhecimento. A aquisição de biodigestores para essas instituições proporciona uma oportunidade prática e interdisciplinar para o desenvolvimento de habilidades e conscientização ambiental entre os alunos."

"A aquisição de biodigestores nas escolas de ensino médio visa oferecer um aprendizado prático e interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de habilidades cruciais e a conscientização ambiental."

"A biodigestão é um processo que acelera a decomposição da matéria orgânica na ausência de oxigênio, gerando biogás e biofertilizante orgânico. Os benefícios incluem:

- Economia no consumo de gás liquefeito e/ou de botijão.
- Redução de custos de coleta, transporte e destinação de resíduos.
- Uso do biofertilizante na jardinagem e cultivo de hortas escolares, aprimorando atividades de educação ambiental."

"Considerando as diretrizes do currículo do ensino médio, a aquisição de biodigestores para escolas é relevante para realizar práticas pedagógicas que promovem o desenvolvimento educacional dos estudantes e resultados positivos na rede estadual. Além de reduzir o impacto ambiental, essas iniciativas preparam as futuras gerações para um mundo mais sustentável e consciente."

Diante da necessidade de uma melhor especificação do objeto a ser contratado, esta Gerência de Planejamento encaminhou o **Despacho 800 (015026435)** a UGERF, para que a mesma apresentasse especificações técnicas detalhada do equipamento.

Ato seguinte a UGERF respondeu através do **Despacho 4570 (015166435)** que a SEDUC já possui um equipamento conforme o requisitado, o mesmo encontrava-se em perfeito funcionamento.

Após isso os autos foram encaminhados para a CACC para que esta instrísse o processo com o contrato de comodato **Anexo (015176540)**.

Diante de todo o tramite processual apresentado, o qual culminou na demanda do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, esta Gerência de Planejamento iniciou os estudos para buscar a melhor solução, a fim de suprir as necessidades do setor requisitante.

3.2. Necessidade da Contratação

Os estudantes do ensino médio são matriculados em componentes curriculares conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o qual serve como documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, servindo de referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil.

Tomando o BNCC por base, além dos componentes curriculares obrigatórios, as escolas tem como encargo, disponibilizar unidades curriculares flexíveis, como as disciplinas eletivas, que promovem a personalização do aprendizado e incentivam a exploração de diferentes áreas do conhecimento.

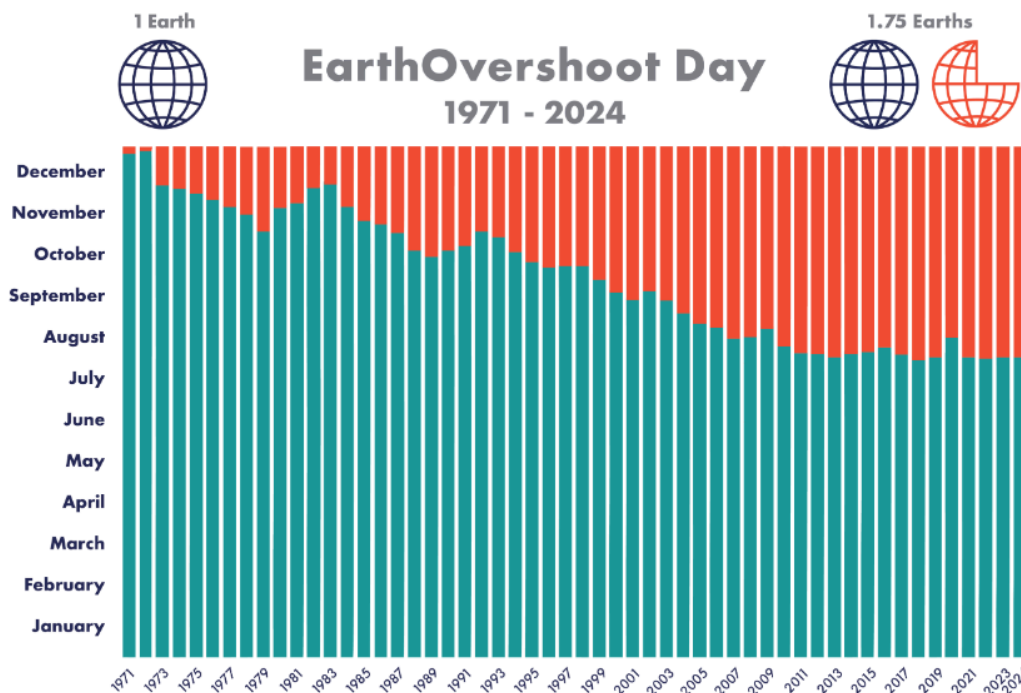
A partir disso, a rede de ensino do Estado do Piauí a fim de possibilitar o desenvolvimento de habilidades que possam ser utilizadas no cotidiano dos alunos e prepara-los para as mudanças ambientais que estão e continuarão ocorrendo, identificou a necessidade da aquisição de biodigestores, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de aptidões voltadas as áreas de conscientização ambiental e sustentabilidade.

Biodigestores são equipamentos utilizados para acelerar o processo de decomposição de matéria orgânica através da ausência de oxigênio, esse processo se dá o nome de biodigestão, esse processamento tem como resultado a produção de biogás (gás inflamável, composto por gás carbônico, metano e vapor de água) e biofertilizante (matéria orgânica que não foi completamente biodigerida, rica em vitaminas e minerais)

O ensino da educação ambiental na educação básica se mostra essencial, na medida que observamos o trabalho de ONGS como a "Footprint Network", que desde o ano de 1970 desenvolve um projeto voltado ao acompanhamento do consumo de recursos naturais no mundo.

A referida ONG desenvolve o trabalho denominado como "Dia da Sobrecarga da Terra" onde todos os anos calcula o dia em que a humanidade passa a demandar mais recursos naturais do que o planeta pode regenerar em 365 dias, conforme veremos abaixo:

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0



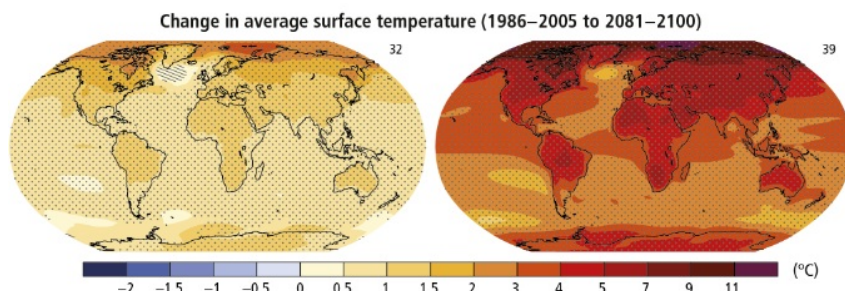
Fonte: <https://www.footprintnetwork.org/our-work/earth-overshoot-day/>

As colunas azuis representam a data até onde o planeta consegue renovar seus recursos naturais, enquanto as colunas vermelhas representam o momento em que o planeta deixa de conseguir renovar seus recursos e passa a "operar no negativo".

Ao realizarmos uma análise do gráfico desenvolvido pela organização, percebe-se que desde 1971, primeiro ano do levantamento, o planeta já se mostrava incapaz de renovar completamente todos os recursos naturais utilizados, na mesma esteira é observado que ano após anos o globo vem em uma constante crescente de uso irresponsável de seus recursos naturais.

Ainda que gráficos e estudos não fossem o suficiente para demonstrar o quão urgente é a instituição da cultura de conscientização ambiental e sustentabilidade, os acontecimentos climáticos que vem ocorrendo ao redor do globo, demonstram essa necessidade. O clima da terra está mudando a uma velocidade nunca antes vista, é possível sentir na pele e observamos seus efeitos no nosso dia a dia na degradação dos oceanos, nas queimadas, nas ondas de calor, nas secas e nas inundações como recentemente ocorreu no estado do Rio Grande do Sul.

Algumas organizações científico políticas como a "Intergovernmental Panel on Climate Change" estipulam que até o ano de 2100 a temperatura média do planeta pode subir 9°C em razão da emissão de gases que potencializam o efeito estufa, conforme podemos observar na projeção a seguir:



Fonte: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/synthesis-report/> Figura 7

Diante disso no âmbito escolar, os biodigestores se apresentam com uma importante ferramenta estratégica voltado ao aprendizado de sustentabilidade e da conscientização ambiental, ao passo que apresenta aos estudantes de uma forma lúdica e prática, como ocorre o processo de geração de energia renovável e fertilizante natural através de resíduos comumente produzidos no dia a dia.

Esta prática, além de proporcionar ao discente o conhecimento sobre a produção de energia limpa, estimula o interesse sobre a prática de conservação ambiental, uso responsável e consciente dos recursos naturais, bem como promove o desenvolvimento de uma visão crítica acerca do impacto das ações humanas no meio ambiente.

No que pese os benefícios diretos proporcionados aos discentes ao realizar a aquisição dos biodigestores, conforme já apresentado, não se pode esquecer as benesses secundárias geradas por essa aquisição, as quais serão apresentadas:

- **Redução de Custos Com Gestão de Resíduos:** A implementação de biodigestores, possibilitará que o volume de descarte de material orgânico seja reduzido, gerando uma economia ao Estado com a prestação desses serviços.
- **Potencialização da Política de Reciclagem:** A partir da implementação dos biodigestores, as sobras orgânicas passarão a ter um destino específico, evitando que o lixo reciclável seja contaminado.
- **Redução de Custos com Gás de Cozinha:** A partir da implementação dos biodigestores e considerando que um dos produtos do seu processo de biodigestão é o biogás, será possível reduzir ou eliminar o uso do Gás Liquefeito de Petróleo (gás de cozinha), nas unidades escolares.
- **Redução de Custos com Fertilizante:** A partir da implementação dos biodigestores e considerando que um dos produtos do seu processo de biodigestão é o biofertilizante, será possível reduzir ou eliminar os gastos com adubos químicos, nas unidades escolares, para atividades de plantação de hortas (quando existente) e nutrição de plantas nas escolas.

Diante da importância do ensino dos jovens sobre conservação ambiental e sustentabilidade a própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 §1º inciso I dispõe que é incumbência do poder público a promoção da educação ambiental, conforme segue , textualmente:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente "

Na mesma linha, a Lei Federal 6.938 de 1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece, entre diversas outras disposições, a relevância da educação ambiental em todos os níveis de ensino, conforme disposto no artigo 2º, inciso X, que segue, literalmente:

"Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente."

Com base nas legislações apresentadas, é evidente a preocupação do Governo Federal com o ensino da educação ambiental, no entanto, esse cuidado não se restringe exclusivamente a esfera federal. O Governo do Piauí também demonstra um histórico de atenção a essa modalidade educacional conforme observamos nas leis estaduais 4.854 e 4.940, instituídas nos anos de 1996 e 1997, que abordam a política de meio ambiente do Estado e a introdução da educação ambiental, respectivamente.

Mais recentemente o Estado do Piauí sancionou a lei nº 8.100 de 2023 que institui a política Estadual de Educação Ambiental, a qual dispõe em seus artigos 5º, 7º e 8º, textualmente:

"Art 5º - **A Política Estadual de Educação Ambiental do Piauí envolve em sua esfera de ação** , além da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, **a Secretaria de Estado da Educação**, o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, o Conselho Estadual de Educação - CEE e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, órgãos governamentais, **as instituições educacionais públicas** e privadas, formais e não formais do Estado do Piauí e seus municípios, bem como as organizações da sociedade civil que tenham atuação, comprovada, na área de Educação Ambiental;

Art 7º - A Educação Ambiental no ensino formal é aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições públicas e privadas, abrangendo:

I - a educação básica, constituída da educação infantil, do ensino fundamental e médio;

Art 8º - A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal."

Para além disso, o Governo do Piauí, lançou em abril de 2023, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o "Plano Piauí 2030", cuja finalidade é contribuir para que o estado cumpra a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos próximos sete anos. Dentre seus objetivos, destacam-se 5 que tem estreita ligação com a conservação ambiental, quais sejam:

- **Cidades e Comunidades Sustentáveis;**
- **Consumo e Produção Responsáveis;**
- **Ação Contra Mudança Global do Clima;**
- **Vida na Água;**
- **Vida Terrestre.**

Na mesma esteira, o Plano Piauí 2030 tem seu Eixo 01 focado em "Meio Ambiente e Mudanças Climáticas" o qual tem como um de seus projetos a educação e sensibilização sobre utilização dos recursos naturais, saberes tradicionais e apoio a pesquisas científicas e as tecnológicas.

Mais recentemente foi sancionada a Lei Estadual n. 8.546 de 18 de dezembro de 2024 que instituiu o "Sistema Jurisdicional de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa provenientes do desmatamento e da degradação Florestal", normativa essa que toma medidas afirmativas afim de mitigar os impactos ambientais relacionados a emissão de gases de efeito estufa e desmatamento, assim com demonstra a preocupação do Governo do Estado do Piauí com as consequências ambientais dessas práticas.

A vista do apresentado, fica clara a necessidade da aquisição dos 20 biodigestores, a medida que essa obtenção cumpre não só sua função primordial de proporcionar o aprendizado sobre educação ambiental, bem com dá amplo cumprimento a Constituição Federal, legislação federal e legislação Estadual .

3.3. Especificação da Necessidade

A contratação em comento trata da aquisição de 20 biodigestores com instalação e treinamento para 20 unidades escolares do município de Teresina/PI da rede de ensino público de tempo integral do Estado do Piauí.

Na presente situação, os biodigestores tem como finalidade principal possibilitar a oferta de educação ambiental aos alunos matriculados nas escolas que serão contempladas com o referido objeto, bem como dar amplo cumprimento aos requisitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Carta Magna de 1988 e a Legislação Federal.

A vista disso, a fim de cumprir com os objetivos apresentados na **justificativa (013792474)**, observando o **Documento de Oficialização da Demanda (013792179)** e tomando por base as especificações do biodigestor já em uso no CETI Florestan Fernandes, conforme **Anexo (015176540)**, foi-se identificada as especificações técnicas mínimas que o objeto deveria atender, conforme detalhado a seguir:

- Deve comportar resíduos orgânicos alimentares;
- Deve comportar esterco animal;
- Deve produzir e armazenar Biogás como resultado do processo de biodigestão, com a finalidade de demonstrar ao aluno o processo de produção de energia limpa;
- Deve produzir e armazenar Biofertilizante como resultado do processo de biodigestão, com a finalidade de demonstrar ao aluno o processo de produção de fertilizante natural;
- Deve ser de fácil instalação, não necessitando de obras de engenharia e/ou instalações elétricas ;
- Deve ser instalado acima do solo com a finalidade de minimizar riscos de contaminação e apresentar as partes externas d

equipamento aos alunos.

Após a definição das especificações técnicas mínimas necessárias para que o biodigestor atenda aos seus objetivos, foi encaminhado um e-mail à diretora do CETI Florestan Fernandes, conforme documento (016370567), o e-mail continha uma série de questionamentos sobre o uso e a funcionalidade do biodigestor naquela unidade escolar, com o propósito de detalhar e complementar as demais especificações do equipamento, conforme a realidade de uso do aparelho, nos Centros Estaduais de Tempo Integral do Piauí.

Ato seguinte, a responsável pelo CETI Florestan Fernandes em Teresina/PI, respondeu o e-mail enviado, apresentando relatório de uso do biodigestor (016370720)

Em etapa subsequente, constatou-se a necessidade de uma análise mais detalhada da especificação técnica "pressão máxima do gás", tendo em vista que a norma ABNT NBR ISO 23590:2022 permite a utilização de sistemas de biodigestores com pressão máxima de até 5Kpa (50mbar). Nesse contexto, as razões que fundamentaram as especificações a serem exigidas estão detalhadas a seguir:

1. PRESSÃO INTERNA DO GÁS

1.1. Segurança

2.1.1 Como já apresentado, o principal objetivo da administração pública, com a aquisição dos biodigestores é educativa, com o intento de proporcionar educação ambiental aos alunos da rede pública de ensino, não obstante, além do ensino, tem-se como preocupação primordial a segurança do docente e do discente que estarão diretamente em contato com o equipamento, com base nisso, buscou-se por biodigestores que operassem a menor pressão possível, tendo em vista que acumulam menos energia potencial no gás armazenado, reduzindo risco de explosões, falhas estruturais e contribuindo para o aumento da segurança em seu uso diário;

2.1.2 A pressão mais baixa reduz drasticamente a vazão de gás em caso de falhas ou pequenos vazamentos;

2.1.3 Em caso de sobrecarga ou uso inadequado, um sistema que opera a baixa pressão, oferece uma margem de segurança maior, antes de chegar a um ponto crítico;

2.1.4 Embora a ABNT NBR ISO 23590 permita sistemas de biogás caseiros com pressão de até 5kPa (50mbar), é importante considerar que a energia armazenada em um gás pressurizado é diretamente proporcional a sua pressão. Dessa forma, em caso de vazamento, quanto menor a pressão armazenada, menor será a liberação de energia em um eventual acidente, reduzindo, assim as possíveis consequências.

1.2. Durabilidade

2.2.1 A baixa pressão prolonga a vida útil dos materiais do biodigestor, reduzindo o desgaste causado por tensões excessivas;

2.2.2 Pressões mais baixas, causam menos estresse nos componentes ao longo do tempo, reduzindo a chance de falhas mecânicas.

Com base nas respostas obtidas, nas especificações técnicas do biodigestor atualmente em uso nesta Secretaria e em pesquisas realizadas em sites especializados, foi-se estabelecida as especificações necessárias para garantir que o item atenda aos seus objetivos, assegurando sua adequação à realidade das escolas, bem como sua qualidade, eficiência e segurança.

Para além disso, concluiu-se ser indispensável incluir, no escopo do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a instalação dos equipamentos e o treinamento correspondente, tendo em vista sua indispensabilidade ao bom funcionamento/manuseio do biodigestor.

Diante de toda a análise realizada, chegou-se a seguinte necessidade:

• DO ITEM

DESCRIÇÃO DO ITEM	
ITEM	QUANTIDADE



DESCRIÇÃO DO ITEM	
<p>BIODIGESTOR AUTÔNOMO MÓVEL: equipamento fechado que converte resíduos orgânicos em biogás e biofertilizante líquido, por meio de processo anaeróbico. O equipamento deve ser de fácil montagem e instalação, não necessitando de obras de engenharia e/ou instalações elétricas e seguir as especificações técnicas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O biodigestor deve produzir fertilizante natural (biofertilizante); • Cada unidade de biodigestor deve converter resíduos orgânicos em biogás, a ser utilizado como alternativa ao gás de cozinha liquefeito de petróleo, com reservatório integrado; • O biodigestor deve apresentar duas câmaras independentes, sendo uma responsável pela digestão e outra pelo armazenamento do gás produzido; • O equipamento deverá funcionar sem a necessidade de energia elétrica, com mecanismo ergonômico de entrada de resíduos orgânicos e mecanismo de purificação do biogás com carvão ativado; • Cada biodigestor deve ter incluso filtro natural de carvão ativado, tanques vedados e válvula de liberação automática; • Os biodigestores devem ser instalados acima do solo, em terreno plano, sem necessidade de escavação; • O biodigestor deve estar adequado as normas ambientais vigentes, devidamente certificado e com garantia de fabricação de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses ou superior, conforme o fabricante, para ajuste ou correção de defeitos e imperfeições verificados, contados a partir do recebimento definitivo do objeto; • O biodigestor deve estar em conformidade com as normas ABNT NBR ISO 23590:2022; • Cada unidade de biodigestor deve vir acompanhado de todos os acessórios essenciais e indispensáveis a seu funcionamento, segurança e eficiência (ex: tubulação para passagem do biogás, tubos, mangueiras, etc); • O biodigestor deverá vir acompanhado de todas as certificações que comprovam seu funcionamento, qualidade e observância as normativas aplicáveis (ex: ISO 14.000:2015; ABNT NBR ISO 23590:2022); • Cada unidade de biodigestor deve vir acompanhado de fogareiro de no mínimo 2 bocas, para possibilitar a utilização do biogás como chama; • Cada biodigestor deve vir acompanhado de manual em língua portuguesa; • Material do Biodigestor : Lona de polietileno com proteção UV; • Dimensões: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Volume do Tanque de Biogás: no mínimo 2.500L; ◦ Volume do tanque do Digestor: no mínimo 4.500L; ◦ Capacidade diária de Resíduos de Cozinha: No mínimo 10Kg; ◦ Capacidade diária de Resíduos de Animal: No mínimo 60Kg; ◦ Saída diária de Biogás: no mínimo 2.000L; ◦ Saída diária de Biofertilizante: no mínimo 10L; ◦ Pressão máxima do Gás: 10mbar; ◦ Vida útil do biodigestor: no mínimo 15 anos. 	20

• DOS SERVIÇOS

◦ DA INSTALAÇÃO:

- Deverá ser oferecido serviços de instalação para os 20 (vinte) biodigestores adquiridos;
- A instalação deverá ser realizada pelo fabricante ou conduzida por uma equipe treinada e especializada nesse procedimento;
- A equipe de instalação deverá seguir rigorosamente as orientações da SEDUC, quanto a localização do equipamento a ser instalado;
- A contratante deverá realizar prévio alinhamento com a SEDUC para definir o início do serviço de instalação de cada biodigestor;
- Todos os materiais necessários para a instalação e o pleno funcionamento do biodigestor deverão ser fornecidos pela empresa contratada, sem gerar qualquer ônus para a administração pública;
- A instalação deve ser feita em estreita observância a NBR ISO 23590:2022 e demais normativas pertinentes ao objeto;
- O serviço de instalação deve incluir teste de funcionamento final, afim de verificar o regular funcionamento do biodigestor;

◦ DO TREINAMENTO:

- Deverá ser oferecido serviço de Treinamento para os 20 (vinte) biodigestores adquiridos;
 - O treinamento não deve ter limite de participantes;
- O treinamento deverá ser procedido de forma presencial;
- O treinamento dos operadores indicados pela SEDUC, deverá ocorrer imediatamente após a instalação ou em momento posterior, conforme orientação da SEDUC-PI;
- O treinamento deve incluir no mínimo os módulos de:
 - Uso diário do biodigestor;
 - Alimentação diária do biodigestor;
 - Manutenção diária do biodigestor ;
- Os profissionais que ministrarão o treinamento, deverão ser treinados e especializados nesse procedimento;
- O treinamento para cada biodigestor deverá ter duração mínima de 4h/aula, devendo haver lista de presença/frequência;
- Deverá ser fornecido materiais de apoio contendo ilustrações gráficas e informações técnicas de fácil compreensão para os módulos de uso do biodigestor, alimentação diária do biodigestor e manutenção diária do biodigestor;
 - Deverá ser fornecido material de apoio específico sobre o uso do biogás e do biofertilizante;
- O treinamento deve ser realizado em estreita observância a NBR ISO 23590:2022 e demais normativas pertinentes ao objeto.

◦ DO SUPORTE ONLINE

- Deverá ser oferecido serviço de suporte online para os 20 (vinte) biodigestores adquiridos;
- O suporte online deverá ser prestado por meio do WhatsApp ou qualquer outro canal de comunicação, seja por vídeo, áudio ou outro meio necessário, com o objetivo de viabilizar a resolução do problema de forma eficaz.
- A solicitação de suporte, quando realizada em horário comercial, deverá ser atendida em até 24 (vinte e quatro) horas;

- O serviço de suporte online deve ser fornecido por toda vida útil do biodigestor;
- O serviço de suporte online deverá ser disponibilizado sem qualquer limite de acionamento, garantindo o atendimento sempre que necessário.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A licitante vencedora, deverá tomar todas as providências necessárias para dar fiel cumprimento todas as obrigações constantes neste estudo, no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.2. Padrões mínimos de qualidade

4.2.1 O objeto deverá ser fornecido em perfeitas condições (produtos novos, de primeiro uso, não remanufaturados), conforme quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, no prazo e local constantes no Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.2.2 Os itens elétricos que fazem parte do objeto, quando dispuser de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) deverão estar classificados com classe de eficiência "A", vigente no período da aquisição. Se não houver produto disponível com essa classificação, o item deverá ter a classificação de eficiência mais alta disponível.

4.2.3 O objeto da licitação ora pretendida abrange um equipamento de processamento de matéria orgânica, sua instalação e treinamento. Dito isto, faz-se necessário estabelecer mecanismos claros e objetivos para avaliar a qualidade dos produtos.

4.2.4.1. Desse modo, o art. 42 da Lei nº 14.133 de 2021, assegura que as contratações realizadas pelo governo atendam a critérios técnicos confiáveis e estabelecidos. Essa aproximação entre as normas técnicas e as práticas de licitação não só otimiza os recursos públicos, mas também reforça os pilares de justiça e igualdade no acesso às oportunidades de contratação com o Estado, contribuindo para um mercado mais justo e equilibrado.

4.2.4.2. Assim, em conformidade com o dispositivo legal supramencionado, esta contratação poderá exigir a prova de qualidade dos produtos apresentados pelos proponentes, que será admitida, conforme decisão desta SEDUC, por qualquer um dos seguintes meios:

- I - Comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por outra entidade credenciada pelo INMETRO, ou certificadora específica do objeto;
- II - Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;
- III - Certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

4.3. Desempenho

4.3.1 Na hipótese de identificação de defeitos ou falhas, a empresa contratada deverá providenciar o suporte necessário para a execução da garantia e a substituição do bem.

4.3.2 Substituir, reparar ou corrigir, sem ônus para a SEDUC-PI, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou que não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

4.3.2.1 Os itens que apresentarem imperfeições exclusivamente estéticas, ainda que tal incorreção não inviabilize o desenvolvimento da atividade a que se destina, também deverão ser corrigidos, reparados ou substituídos quando solicitado pela SEDUC-PI.

4.3.3 A contratada será responsável pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.4. Da proposta

4.4.1 A proposta deverá ser acompanhada de catálogo técnico ou boletim técnico ou folder ou manual, com a descrição clara, precisa e detalhada do objeto por meio de descrição das especificações técnicas que possam ser aferidas com base nas informações exigidas deste instrumento, **sob pena de desclassificação**.

4.4.1.1 Caso o licitante não apresente o Catálogo técnico ou boletim técnico ou folder ou manual, compete a Gerência de Compras/GECON conceder prazo de até **02 (dois) dias úteis** para o devido saneamento, contados a partir da solicitação formal via e-mail, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade. O não atendimento a solicitação no prazo supracitado, resultará na desclassificação da proposta.

4.4.2 No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, não ultrapassando os valores máximos estabelecidos por este instrumento.

4.4.3 A proposta comercial terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.

4.5. Da qualificação técnica

4.5.1 O fornecedor deverá apresentar no mínimo **01 (um) atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre que o licitante forneceu ou está em processo de fornecimento de objeto com mesma natureza ou similar ao objeto da licitação;

4.5.2 A parcela de relevância para a comprovação técnica da licitante será de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do(s) item(ns) de participação.

4.6 Condições de fornecimento e critérios de recebimento:

4.6.1. O fornecimento dos bens e serviços ocorrerá às expensas da contratada, incluindo a utilização de embalagens apropriadas se for caso, materiais, e ainda o **transporte, descarga, armazenamento, instalação completa e treinamento**.

4.6.1.1. O prazo de entrega em funcionamento da solução será de **30 (trinta) dias, após emissão da ORDEM DE SERVIÇO**, devendo sua instalação ser realizada nas unidades escolares apresentadas no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar

4.6.1.2 Fica assegurado à SEDUC o direito de rejeitar os itens entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos ficando o fornecedor obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.6.1.3 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

4.6.1.4 O aceite ou aprovação dos Insumos pela SEDUC não exclui a responsabilidade civil nem a ético profissional do fornecedor por vícios de

quantidade ou qualidade, bem como disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação, as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

4.6.1.5 A contratada deverá comunicar a SEDUC-PI, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e a nova data de entrega;

4.6.2 Os produtos devem ser acondicionados em embalagem adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6.2.1 Em se tratando de itens frágeis, os mesmos devem ser acondicionados em embalagens devidamente acolchoadas a fim de evitar qualquer dano ou avaria no momento da carga, transporte, descarga e armazenagem;

4.6.2.2 Devem constar do lado externo de cada embalagem, rótulos de fácil leitura com identificação do fabricante e do fornecedor, código do produto e orientações sobre manuseio, transporte e estocagem;

4.6.2.3 Em se tratando de itens elétricos que compõe o objeto, os mesmos deverão ser devidamente acondicionados em embalagens que impeçam a entrada de água, umidade ou qualquer outro elemento, que possa danificar o item;

4.6.3 A contratada deverá manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6.4. Efetuar a troca do produto, em caso de deterioração, quando constatadas as condições ambientais adequadas de estocagem;

4.6.5 Responsabilizar-se pelo transporte, descarga e entrega dos produtos, objetos desta licitação, em conformidade com o Termo de referência;

4.6.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.;

4.6.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

4.6.8 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEDUC-PI;

4.6.9 A Solução completa deverá compor 20 (vinte) biodigestores autônomos móveis com instalação e treinamento;

4.6.10 A LICITANTE deverá entregar a SOLUÇÃO em local indicado pela CONTRATANTE, se responsabilizando por seu transporte até os locais de instalação, sua movimentação dentro das instalações da CONTRATANTE e sua fixação no local onde será ativado;

4.6.11 O início dos serviços fica condicionado à emissão da ORDEM DE SERVIÇO por parte da Secretaria de Educação;

4.6.12 A LICITANTE responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como nas instalações e demais bens de propriedade do CONTRATANTE.

4.7. Da Garantia manutenção e assistência técnica

4.7.1 O Contratado deverá assegurar prazo de **garantia** contratual **dos bens de no mínimo 12 (doze) meses**, comportando a garantia legal do produto e a complementar, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme o estabelecido:

4.7.1.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.7.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.7.2 Os materiais/produtos/peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos materiais/produtos/peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.7.3 Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do contratante pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.7.3.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

4.7.4 Na hipótese do 4.7.2, o contratado deverá disponibilizar produto ou equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.7.5 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.7.5.1 Quaisquer reparos, modificações e substituições decorrentes de defeitos oriundos do processo desde a fabricação até a efetiva aplicação/utilização pela SEDUC-PI, não interrompem nem prorrogam o prazo de garantia original contado a partir da data da entrega do material/equipamento.

4.7.5.2 Eventuais custos de mão de obra e materiais para reparação ou substituição serão assumidos pela contratada.

4.7.5.3 Independentemente da condição do fornecedor na cadeia de suprimentos, qual seja: distribuidor, e/ou revendedor, e/ou fornecedor, e/ou representante, e/ou fabricante, as solicitações de intervenções em garantia deverão ser feitas diretamente à CONTRATADA.

4.7.5.4 Caso a garantia seja acionada, todos os custos para solucionar o problema serão de responsabilidade da contratada.

4.7.6 O custo referente ao transporte dos bens ou equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado .

4.7.7 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

4.7.8 Os produtos que tenham prazo de validade determinada devem ser fornecidos com validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da entrega no órgão, quando não especificada no termo de referência, ou conforme prazo do fabricante.

4.8. Requisitos de sustentabilidade

4.8.1 Os materiais fornecidos pela empresa contratada deverão observar os critérios de sustentabilidade, optando por aqueles que possuam reduzido gasto de energia e de recursos naturais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos e o consumo excessivo de energia.

4.8.2 Priorizar bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, bem como priorizar o emprego de tecnologias e matérias-primas sustentáveis para execução e operação do objeto.

4.8.3 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados

(PBDEs).

4.8.4 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.8.5 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis se for o caso, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, advindos da contratação, removendo e promovendo a devida destinação.

4.8.6 Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis

4.8.7 A contratada deverá observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, que poderá ser exigido pela SEDUC-PI;

4.8.8 Nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, dos seguintes produtos:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

4.9. Requisitos normativos que disciplinam a presente contratação:

- Constituição Federal de 1988
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto Estadual nº 21.872, de 7 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí.
- Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Lei nº 8.078 de 1990, Código de Defesa do Consumidor
- Normas da ABNT, INMETRO, ENCE e/ou ISO.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

No processo de desenvolvimento deste Estudo Técnico, foram analisadas as alternativas possíveis, com o intuito de adotar a melhor solução para suprir a necessidade aqui apresentada. Considerando os princípios da eficiência e economicidade e zelando pela boa alocação dos recursos públicos, afim de alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico e eficaz em sua finalidade pública.

Desse modo, deu-se início ao levantamento de mercado, realizado com base nas informações obtidas por meio de Atas disponíveis em Sítios de transparência, bancos de dados de contratações públicas, cotação direta com fornecedores do objeto a ser contratado, sites de mídia especializada e soluções semelhantes adotadas em outras regiões do Brasil. Dito isto, os dados obtidos pelas pesquisas serão analisados nos itens abaixo:

5.1 ► SOLUÇÃO 01 - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS GERENCIADA PELA SEAD-PI

Inicialmente, a primeira alternativa analisada foi a possibilidade de adesão à ata de registro de preços sob a gestão da SEAD, desde que esta contemplasse o item especificado pelo setor demandante no **DOD (013792179)**. Em razão dessa análise preliminar, foi encaminhado o **Ofício 176 (014582848)** ao referido órgão, visando confirmar a viabilidade dessa adesão.

Posteriormente, a SEAD respondeu ao ofício, informando a inexistência de ata de registro de preços vigente que atendesse ao objeto em questão, essa informação foi formalmente comprovada por meio da **Certidão 2517 (014618268)** emitido pela própria SEAD, no qual se atesta a ausência de qualquer ata válida aplicável à presente demanda.

Diante da inexistência de ata compatível, fica evidente a impossibilidade de adoção dessa medida como solução para o atendimento à necessidade apresentada, assim a equipe técnica continuou a avaliar alternativas viáveis para a continuidade do processo de contratação.

CONSIDERAÇÕES:

1. **CONCLUSÃO:** A solução em análise revela-se **inviável** em virtude da **inexistência de Ata de Registro de Preços capaz de atender às necessidades desta Secretaria de Educação, conforme o DOD (013792179)**

5.2. ► SOLUÇÃO 02 - AQUISIÇÃO DO OBJETO SOLICITADO POR MEIO PREGÃO

Após a constatação da inviabilidade da solução 01, esta Gerência de Planejamento - GEP, prosseguiu com as buscas para encontrar a melhor forma de atender a demanda apresentada pela SUPEN.

Nesse contexto, iniciou-se uma pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP por "Biodigestor", na aba "editais e avisos de contratação", essa busca apresentou como resultado 467 procedimentos licitatórios que tinham como objeto biodigestor.

Acontece que, desses 467 resultados encontrados, não se pode afirmar que todos eles culminaram em uma contratação exitosa, diante disso optou-se por delimitar ainda mais o escopo da pesquisa realizada no PNCP, de forma que procedeu-se a mesma pesquisa na aba "Contratos", a qual teve como resultado 155 procedimentos licitatórios exitosos, conforme apresentado abaixo:

Contratações

Editais e Avisos de Contratações

Atas de Registro de Preços

Contratos

Consulte os [contratos públicos](#) e outros instrumentos hábeis substitutivos.

Palavra-chave

biodigestor

Status

☐ Vigentes
☒ Todos
☐ Não vigentes

FILTROS

Tipos de contrato

Selecione

Unidades

Selecione

Municípios

Selecione

Poderes

Selecione

Órgãos

Selecione

UFs

Selecione

Esferas

Selecione

Tipos de Instrumento Convocatório

Selecione

Limpar

Contratos (Todos)

Termo Pesquisado: biodigestor
Exibindo: 10 de 156

Com base nos resultados encontrados, passou-se a analisar as modalidades de contratação pelo qual cada licitação foi realizada, ao passo que chegamos ao quantitativo de 47 (quarenta e sete) procedimentos realizados por dispensa de licitação, 92 (noventa e dois) procedimentos realizados por pregão e 16 (dezesesseis) procedimentos realizados por inexigibilidade de licitação.

De posse dessas informações, constatou-se que, em relação ao item "biodigestor" a administração pública o contrata dos mais variados modos, conforme as peculiaridades de cada situação. Após isso, levando em consideração que dos 155 resultados encontrados, aproximadamente 60% utilizavam a modalidade pregão para adquirir o item em comento, e que a Constituição Federal em seu artigo 37 inciso XXI estabelece o dever de licitar quando se tratar de compras, passou-se a realizar estudos para verificar a possibilidade do uso do pregão eletrônico para aquisição dos biodigestores.

Seguindo adiante, deu-se início a análise dos 92 pregões encontrados no Portal Nacional de Contratações Públicas e percebeu-se que, quando se tratava da aquisição exclusiva do biodigestor ou aquisição do biodigestor mais instalação e treinamento, a ampla maioria de fornecedores vencedores correspondiam as empresas "GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA", "FLOWMARFE FABRICACAO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIDA E CONTROLE LTDA", "F MARCIO BRITO DE LIMA LTDA" e "BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA".

Munida dessas informações, esta Gerencia de Planejamento - GEP, encaminhou e-mails para cinco empresas do segmento de biodigestores — Gaiatec, Flowmarfe, Biomovement, F Marcio Brito de Lima LTDA e EcoCircuito — conforme documento (016371484) com objetivo de obter propostas técnicas e comerciais alinhadas a necessidade do setor requisitante, além de buscar esclarecimentos sobre questões essenciais a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

Posteriormente, das cinco empresas que tentou-se entrar em contato, apenas duas responderam o e-mail enviado, sendo elas as empresas "Biomovement" e "Flowmarfe".

A "Biomovement", respondeu o e-mail enviando proposta técnica e comercial que englobava o equipamento biodigestor mais sua instalação, treinamento, atendendo inteiramente as especificações apresentadas, bem como fornecendo documentação sobre as especificações técnicas do biodigestor, na mesma oportunidade respondeu aos questionamento realizado por esta GEP, como se pode observar no anexo (016372004)

Já a empresa "Flowmarfe" enviou proposta comercial exclusivamente para o equipamento biodigestor, ocasião em que apontou que seu biodigestor tinha como pressão máxima 20mbar e que a exigência de "pressão máxima do gás a 10mbar" apenas poderia ser atendida por um único fabricante, conforme Anexo (016372584)

Ocorre que, conforme já apresentado no tópico 3.3 deste Estudo Técnico Preliminar, a exigência da pressão máxima do gás em até 10mbar é um requisito essencial para possibilitar maior segurança aos discentes e docentes das unidades escolares que estarão diretamente em contato com os biodigestores. Diante disso a referida exigência técnica é uma característica indispensável a utilização segura do produto, de forma que, permitir uma pressão máxima além de 10mbar implicaria no aumento de riscos.

Ato seguinte, buscando verificar a afirmação da empresa flowmarfe, de que apenas um fornecedor poderia cumprir com a exigência de pressão máxima do gás a 10mbar, esta GEP passou a buscar em sites especializados e no Portal Nacional de Contratações Públicas, biodigestores que atendessem a essa exigência de pressão máxima.

Em relação a pesquisa em sites especializados, apenas duas empresas apresentam abertamente suas especificações em seus sites oficiais, sendo elas "Biomovement/Homebiogas" que já se sabia atender a exigência de 10mbar de pressão de gás em razão do e-mail com especificações técnicas recebido (016372004) e a "Gaiatec" que não respondeu nossa tentativa de contato.

Posteriormente, procedeu-se busca no site oficial da empresa Gaiatec [Especificações Técnicas Gaiatec](#), porem não se pôde identificar pressão máxima do aparelho, conforme apresentado abaixo:

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA PEREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0>

Biodigestor (GT-BIODIGEST 5.0)

O biodigestor GT-BIODIGEST é um equipamento utilizado para acelerar o processo de decomposição da matéria orgânica através da ausência de oxigênio. Esse processo é denominado biodigestão. As vantagens da biodigestão através do equipamento são: o reaproveitamento do resíduo orgânico, a produção de fertilizantes e biogás.

Características Principais	+
Especificações Técnicas	-
<ul style="list-style-type: none">Volume Interno: 5000LVolume do Biodigestor: 3000LVolume do Biogás: 2000LGeração de Biogás/Dia: 2000LGeração Biofertilizante/Dia: 100Lmáx. Resíduos Cozinha/Dia: 25Lmáx. Resíduos Animais/Dia: 75L	

Diante da ausência de informações em seu site oficial, passou-se a buscar no Portal Nacional de Contratações Públicas, contratações com a empresa Gaiatec, que contivessem a especificação acerca da pressão máxima de gás do seu biodigestor.

Durante essa busca, identificou-se o contrato 123/2024 (ID do contrato: 76911676000107-2-000024/2024) celebrado entre a empresa Flowmarfe e o município de Sengés - PR, nesta contratação verificou-se que Flowmarfe revende os biodigestores da Gaiatec, conforme apresentado abaixo:

Contrato nº 123/2024

Última atualização 04/10/2024

Local: Sengés/PR	Órgão: MUNICIPIO DE SENGES	Unidade executora: 16 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Tipo: Contrato (termo inicial)	Receita ou Despesa: Despesa	Processo: 123
Categoria do processo: Compras		
Data de divulgação no PNCP: 04/10/2024	Data de assinatura: 10/05/2024	Vigência: de 10/05/2024 a 06/09/2024
Id contrato PNCP: 76911676000107-2-000024/2024	Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas	Id contratação PNCP: 76911676000107-1-000047/2024

Objeto:

Lote Item Produto/Serviço Marca Modelo Uni Quantidade Preço Preço total 1 1 BIODIGESTOR Aquisicao e instalacao de um Biodigestor contendo: Volume minimo do tanque de gas: 2.500L; Volume minimo do tanque do biodigestor: 4.000L; Utiliza residuos de alimentos (cozinha) e/ou animais; Material: Lona de Polietileno com protecao UV; Um fogareiro de biogas; Tubulacao de gas externa (minimo 10 metros) e tubulacao de gas interna (minimo 3 metros); Filtro de gas; Saida combinada de gas e fertilizante; Guia de montagem detalhado (arquivo digital) e Garantia: minimo 12 meses. **GAIA TEC GT-BIODIGEST 8M3 UNI 1.00 21.480,00 21.480,00**

VALOR CONTRATADO R\$ 21.480,00	FORNECEDOR: Tipo: Pessoa juridica CNPJ/CPF: 15.245.069/0001-52 Consultar sanções e penalidades do fornecedor Nome/Razão social: FLOWMARFE FABRICACAO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIDA E CONTROLE LTDA-ME
-----------------------------------	---

Diante disso, tendo em vista a afirmação da flowmarfe de que não poderia atender a exigência de "pressão máxima do gás a 10mbar", depreende-se que por consequência a Gaiatec, também não poderia atender a esse requisito.

Mesmo após esse achado, deu-se prosseguimento as buscas no PNCP e após extensa análise, encontrou-se duas contratações que em seu instrumento contratual indicavam a pressão máxima do gás utilizada pelo biodigestor da Gaiatec, sendo elas:

- 1. Contratação nº 285/2024, entre o Município de Bom Sucesso do Sul/PR e a empresa Gaiatec Comercio e Serviços de Automação e Sistema do Brasil LTDA, cujo em seu contrato (id de contratação PNCP: 80874100000186-1-000103/2024) constava a seguinte especificação:

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0



LOTE 01						
Item	Descrição dos Itens	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	<p>Biodigestor - pequeno porte - especificações mínimas: dimensões: comprimento mínimo 4.00m x largura mínima 1.40m x altura mínima 1.40 m, volume mínimo do sistema: mínimo 6,8 m³, volume mínimo do tanque de gás: 2.500 l, volume mínimo do tanque do biodigestor: 4.000l, peso equipamento cheio: igual ou maior que 4.600 kg, material: lona de polietileno com proteção uv, entrada máxima de resíduos de cozinha/dia: 40l, entrada de estrume animal/dia máximo: 120l, produção diária de biofertilizante: igual a entrada de resíduos/estrume, tempo de cozimento diário (queimador de chama única): mínimo 5 horas.</p> <p>O kit de instalação deve conter:</p> <ul style="list-style-type: none">• um fogareiro de biogás com 2 bocas• tubulação de gás externo (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros)• filtro de gás;• uma pia de entrada com um êmbolo• saída combinada de gás e fertilizante• guia de montagem detalhada (impresso e arquivo digital) garantia: mínimo 1 ano. <p>O Sistema GT-BIODIGEST é um biodigestor autossuficiente projetado para converter resíduos orgânicos em biogás e biofertilizantes de forma eficaz. Sua estrutura combina um gasômetro e um biodigestor em uma única câmara, fabricada com lona náutica HDPE altamente resistente à corrosão e vazamentos. Este sistema completo inclui todos os acessórios e componentes necessários para garantir seu funcionamento adequado, segurança e eficiência. Entre os acessórios fornecidos estão filtros e materiais de segurança, um fogareiro, conexões, tubos, mangueiras e outros dispositivos projetados para otimizar a instalação e a operação do sistema.</p> <p>* CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS *</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões: 4500x1400x1400mm (Montado)• Volume do sistema: 8m³;• Volume total: 8000L;• Volume do tanque de gás: 3000L;• Volume do tanque do digestor: 5000L;• Peso equipamento cheio: +/- 5000kg;• Material: Lona náutica de múltiplas camadas, de polietileno de alta densidade (HDPE). Material reconhecido por sua durabilidade, resistência à corrosão e capacidade de manter uma vedação eficaz contra vazamentos de gás;• Design e Construção: Sistema com design eficiente, composto por gasômetro e biodigestor integrados em uma câmara única;• Capacidade máxima de resíduos de alimentos/dia: 40L (restos de alimentos);• Capacidade máxima de resíduos de animal/dia: 120L (esterco);	1	Unid.	GT - BIODIGEST	13.584,70	13.584,70
	<p>* Pressão máxima: até 20mbar;</p> <ul style="list-style-type: none">• Construção única com atendimento as normas vigentes;• Sem necessidade de energia elétrica para seu funcionamento;• Montagem fácil e operação simplificada. <p>* EFICIÊNCIA DO SISTEMA *</p> <ul style="list-style-type: none">• Aproveitamento do biogás (Fogareiro): Até 8h/dia de cocção no fogareiro;• Aproveitamento do biogás (Lamparina): Até 10h/dia de iluminação na lamparina;• Aproveitamento do biofertilizante: Até 160L/dia; <p>* COMPOSIÇÃO / CONJUNTO *</p> <ul style="list-style-type: none">• 1 Sistema GT-BIODIGEST de 8m³;• 1 Funil para entrada dos resíduos;• 1 Barra de vedação e inserção dos resíduos;• 1 Conjunto de tubos para descarga dos resíduos e dos biofertilizantes;• 1 Fogareiro de 2 bocas alimentado a biogás;• 25 metros de tubulação de gás externa;• 5 metros de mangueira flexível de gás interna;• 1 Filtro de carvão ativado para purificação do gás;• 1 Desumidificador;• 1 Válvula de segurança;• Conjunto de sacos de pano e cordas;• Conjunto de conexões para montagem do biodigestor e dos acessórios;• Manual de de instalação e operação do biodigestor (digital);• Conformidade com as normas vigentes.					
2	Serviço de instalação do biodigestor, com fornecimento de todos os materiais necessários para a montagem e ativação do sistema, conforme demais especificações do termo de referência.	1	Serv.	Instalação	7.900,00	7.900,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					R\$ 21.484,70	

2. Contratação nº 189/2024 entre o Município de Amaporã/PR e a empresa Gaiatec Comercio e Serviços de Automação e Sistema do Brasil LTDA, cujo em seu contrato (id do contrato no PNCP: 75475038000110-2-000033/2024) constava a seguinte especificação:



ITEM	QTD	OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	BIODIGESTOR: * CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS * • Dimensões: 4500x1400x1400mm (Montado) • Volume do sistema: 8m³; • Volume total: 8000L; • Volume do tanque de gás: 3000L; • Volume do tanque do	GT-BIODIGEST	13.584,70	13.584,70

		digestor: 5000L; • Peso equipamento cheio: +/- 5000kg; • Material: Lona náutica de múltiplas camadas, de polietileno de alta densidade (HDPE). Material reconhecido por sua durabilidade, resistência à corrosão e capacidade de manter uma vedação eficaz contra vazamentos de gás; • Design e Construção: Sistema com design eficiente, composto por gasômetro e biodigestor integrados em uma câmara única; • Capacidade máxima de resíduos de alimentos/dia: 40L (restos de alimentos); • Capacidade máxima de resíduos de animal/dia: 120L (esterco); • Pressão máxima: até 20mbar; • Construção única com atendimento as normas vigentes; • Sem necessidade de energia elétrica para seu funcionamento; • Montagem fácil e operação simplificada. * EFICIÊNCIA DO SISTEMA * • Aproveitamento do biogás (Fogareiro): Até 8h/dia de cocção no fogareiro; • Aproveitamento do biogás (Lamparina):			
--	--	--	--	--	--

Conforme pode se observar, o produto fornecido pela empresa Gaiatec, possui uma pressão máxima do gás 20mbar, o que não atende às exigências técnicas estabelecidas para a satisfação da necessidade apresentada por esta Secretaria de Educação.

Na mesma toada, em razão da empresa F Marcio Brito de Lima LTDA não possuir site eletrônico, buscou-se no PNCP contratações com referida empresa, com o fito de verificar se o biodigestor fornecido por ela atendia as necessidades do setor requisitante, momento em que encontrou-se contratação 90/2024 (id do contrato: 76205707000104-2-000087/2024) celebrado entre a empresa e o município de Salto do Lontra - PR , a qual biodigestor adquirido apresentava a seguinte especificação:



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	MARCA	QTD	UN	UNIT.	TOTAL
1	1	Biodigestor de pequeno porte, conforme especificações. Volume do tanque de gás: 2.500L; Volume do tanque do biodigestor: 4.000L; Utiliza resíduos de alimentos (cozinha) e/ou animais; Material: Lona de Polietileno com proteção UV; Um fogareiro de biogás; Tubulação de gás externa (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros); Filtro de gás; Saída combinada de gás e fertilizante; Guia de montagem detalhado (arquivo digital); Garantia: mínimo 12 meses.	F MARCIO BRITO DE LIMA LTDA	BGS	1,0	Un	11.600,00	11.600,00

Com base no que se observa, a empresa F Marcio Brito de Lima LTDA revende o biodigestor da marca "BGS", mais especificamente marca "BGS equipamentos". Ocorre que, ainda que o biodigestor da referida marca pudesse atender as exigências desta Secretária de Educação, a fabricação do referido item foi suspensa, em razão de violação de patente de propriedade da empresa Homebiogás, conforme o acordo extrajudicial (016373042) firmado entre as empresas Homebiogás, Biomovement Ambiental e a BGS equipamentos, de modo que, a F Marcio Brito de Lima LTDA está impedida de atender ao objeto necessário a esta SEDUC através deste modelo de biodigestor.

Durante a análise dos contratos firmados entre a F Marcio Brito de Lima LTDA e a Administração Pública, verificou-se que além do biodigestor da marca "BGS equipamentos" a empresa também comercializava biodigestores da marca "Alphabiogás", conforme evidenciado no contrato nº 59/2024 (Id do contrato no PNCP : 76247360000154-2-000005/2024), celebrado com o município de Xambré - PR. Com base nessa informação, tentou-se obter detalhes sobre a pressão máxima do gás, a qual o biodigestor da marca "Alphabiogás" operava, contudo essa informação não foi encontrada na documentação do contrato mencionado. Posteriormente, realizou-se uma busca na internet para localizar as especificações técnicas do equipamento, porem essa tentativa também não se mostrou exitosa.

Imediatamente após as tentativas frustradas de identificar a pressão máxima do gás o qual opera o biodigestor, tornou-se imprescindível tentar novamente estabelecer contato com a empresa F Marcio Brito de Lima LTDA. Diante da ausência de resposta ao e-mail anteriormente enviado ao endereço eletrônico "mbrito625@gmail.com", realizou-se uma consulta no site da Receita Federal, para identificar outras formas de contato. Nessa pesquisa localizou-se no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da empresa, o numero de telefone "(69) 8165-9292". Ao contatar o numero identificado, solicitou-se um endereço eletrônico, para que fosse enviado um novo e-mail, sendo então fornecido o endereço eletrônico "alphaeomegapvh@gmail.com".

Após a obtenção do endereço eletrônico, procedeu-se o envio do e-mail, ao passo que a empresa prontamente o respondeu anexando as especificações técnica do seu biodigestor conforme anexo (016374097). Após análise dessas especificações, identificou-se que o biodigestor operava a uma pressão máxima do gás de 20 mbar, o que não atende as necessidades técnicas do setor requisitante. Com base nisso conclui-se que a F Marcio Brito de Lima LTDA não possui condições de suprir a demanda desta Secretária de Educação.

Ato seguinte, verificou-se que, apesar das empresas "GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA", "FLOWMARFE FABRICACAO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIDA E CONTROLE LTDA", " F MARCIO BRITO DE LIMA LTDA" e "BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA" constituírem a ampla maioria das contratações exclusivas de biodigestor ou biodigestor mais instalação e treinamento, existiam empresas que pontualmente celebraram contratos de fornecimento de biodigestores com a administração pública, em razão disso e com a finalidade de exaurir todas as possibilidades, passou-se tentar entrar em contato com as empresas em comento, intentando verificar se as especificações dos itens fornecidos por elas, condiziam com as necessidades do setor demandante, o resultado dessas tentativas de contato serão apresentados abaixo:

- ECOMAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Processo de Contratação no PNCP: 01607539000176-2-000026/2024): Inicialmente, tentou-se contato com a empresa através do e-mail apresentado no contrato da contratação 01607539000176-2-000026/2024 do PNCP, "licitacao@ecomac.com.br" conforme documento (016374364). Contudo diante da ausência de resposta, buscou-se no banco de preços, número de telefone da pessoa jurídica, encontrando-se o numero de contato (11) 4444-5790. Ao enviar mensagem para esse numero, solicitando um endereço eletrônico para contato, foi-se indicado endereço "sandro@ecomac.com.br" o qual foi reenviado o e-mail conforme documento (016374637). Apesar do envio do e-mail para o endereço informado, até a finalização deste Estudo Técnico Preliminar, não se obteve qualquer resposta.
- RICARDO ZENATTI E CIA LTDA (Processo de Contratação no PNCP: 77877116000138-2-000103/2024): Em um primeiro momento, buscou-se um meio de contato na contratação 77877116000138-2-000103/2024 do PNCP. No entanto, constatou-se que os documentos não estavam instruídos com qualquer meio de contato. Diante disso, passou-se a realizar buscas no banco de preços, a qual resultou no endereço eletrônico "jcotica@uol.com.br". Em posse dessa informação prontamente foi-se enviado um e-mail a este endereço conforme documento (016375261), objetivando estabelecer contato com a empresa. Após alguns dias sem respostas entrou-se em contato com o numero (45)3254-7499 também encontrado no banco de preços. Ao ligar para esse numero, foi solicitado um endereço eletrônico para contato, ao passo que foi indicado o e-mail "ambientalpiquiri@gmail.com". Momento seguinte enviou-se o e-mail ao endereço eletrônico informado conforme documentação em anexo (016375452). Apesar do envio do e-mail para o referido endereço, até a finalização deste Estudo Técnico Preliminar, não houve qualquer retorno por parte da empresa
- MANTRA ATACADO LTDA (Processo de Contratação no PNCP: 75368928000122-2-000132/2024): Ao analisar o contrato do referido processo de contratação, percebeu-se que a empresa Mantra Atacado, enquadrava-se na mesma situação da empresa F Marcio Brito de Lima LTDA, haja vista fornecer biodigestores da marca "BGS equipamentos". Diante disso, tendo em vista o acordo extrajudicial firmado entre as empresas Homebiogás, Biomovement Ambiental e a BGS equipamentos, o biodigestor da marca BGS teve sua fabricação suspensa, de forma que a empresa não pode atender as necessidades desta secretária de educação .
- LLEIDA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA(Processo de Contratação no PNCP: 76105659000174-2-000157/2024): Inicialmente, foi realizado contato com a empresa LLeida Maquinas e Equipamentos LTDA por meio do endereço de eletrônico "leonardo@lleida.com.br", encontrado no processo de contratação 76105659000174-2-000157/2024 do PNCP. A empresa prontamente respondeu o e-mail enviado, fornecendo informações sobre seu produto e respondendo aos questionamentos realizados, conforme documentação anexada (016376479). A partir disso, após avaliar as informações fornecidas, verificou-se que o biodigestor ofertado pela empresa, não atendia às necessidades desta Secretária de Educação, por dois motivos que serão detalhados a seguir:
 - Os biodigestores a serem adquiridos, devem ser de fácil instalação e montagem, não necessitando obra de engenharia e/ou instalações elétricas. A luz deste fato e dos e-mails recebidos, observou-se que o biodigestor da LLeida Maquinas e Equipamentos LTDA em seu processo de instalação necessita da realização de obra de engenharia afim de escavar um buraco para acomodar equipamento, de forma que o biodigestor fornecido, não se enquadra na referia exigência;
 - Com o objetivo de reduzir o risco de contaminação do solo e objetivando que os alunos conheçam o funcionamento e as partes externas do biodigestor, foi estabelecido como requisito, que os biodigestores operassem acima do solo. No entanto, após consulta a referida pessoa jurídica, constatou-se que o biodigestor fornecido por ela opera parcialmente abaixo do solo. Embora a empresa tenha afirmado que

os biodigestores podem ser instalados acima do solo, em comunicação anterior, a mesma pessoa jurídica recomendou que a instalação fosse feita abaixo do solo para proporcionar maior aproveitamento e segurança ao equipamento. Dessa forma, conclui-se que, embora exista a possibilidade de instalação acima do solo, o modelo de equipamento oferecido não foi projetado para operar dessa maneira, e caso fosse procedida sua utilização dessa forma, implicaria na redução em seu aproveitamento e segurança.

- N.D.C ENGENHARIA LTDA(Processo de Contratação no PNCP: 01619323000120-2-000075/2024): Em um primeiro momento, buscou-se um meio de contato na contratação nº 01619323000120-2-000075/2024 do PNCP. No entanto, constatou-se que os documentos não estavam instruídos com qualquer meio de contato. Diante disso, passou-se a realizar buscas no banco de preços a qual resultou no endereço eletrônico "ndc.engenharia1@gmail.com". Em posse dessa informação prontamente foi-se enviado um e-mail a este endereço conforme (016376871), objetivando estabelecer contato com a empresa. Após alguns dias sem respostas entrou-se em contato com o número "(43) 99690-7673" também encontrado no banco de preços. Com o sucesso da ligação, foi solicitado um endereço eletrônico para contato, ao passo que foi indicado o e-mail "renovengemet@gmail.com". Momento seguinte enviou-se o e-mail ao endereço eletrônico informado (016377089). Porém até a finalização deste Estudo Técnico Preliminar, não houve qualquer retorno por parte da empresa.
- ROGERIO MARTINS SILVA LTDA(Processo de Contratação no PNCP: 02270946000101-2-000003/2024): Inicialmente, buscou-se um meio de contato no contrato da contratação 02270946000101-2-000003/2024 do PNCP. No entanto, constatou-se que o documento não estava instruído com qualquer meio de contato. Diante disso, passou-se a realizar buscas no banco de preços afim de encontrar alguma forma de contato, porém essa busca não apresentou resultados satisfatórios. A luz disso e como ultima medida, buscou-se o CNPJ da referida empresa no site da receita federal, onde foi apresentado o endereço eletrônico "rogerio.martinsnovotempo@gmail.com". Momento seguinte enviou-se o e-mail ao endereço eletrônico encontrado conforme (016377922), porém não se obteve nenhuma devolutiva. Passado alguns dias sem resposta, tentou-se entrar em contato com o número "(27) 9661-3091", também disponibilizado no comprovante de inscrição da receita federal, porém todas as tentativas de contato se mostraram infrutíferas.
- COMERCIAL PARTELLI LTDA ME(Processo de Contratação no PNCP: 31723570000133-2-000038/2024): Em um primeiro momento, buscou-se um meio de contato na contratação 31723570000133-2-000038/2024 do PNCP. No entanto, constatou-se que o documento não estava instruído com qualquer meio de contato. Diante disso, passou-se a realizar buscas no banco de preços, a qual resultou no endereço eletrônico "comercialpartelli@yahoo.com.br". Em posse dessa informação, prontamente foi-se enviado um e-mail a este endereço conforme documentação em anexo (016378327), objetivando estabelecer contato com a empresa. Após alguns dias sem respostas entrou-se em contato com o número "(28) 9993-8546", também encontrado no banco de preços. Foi-se realizada inúmeras tentativas de contato, através do telefone indicado, porém todas se mostraram infrutíferas. Seguindo adiante, como ultima medida buscou-se o CNPJ da referida empresa no site da receita federal, o comprovante de inscrição e de situação cadastral gerado não apresentava endereço eletrônico para contato e disponibilizava apenas os seguintes números de telefone: (28) 6528-1354 e (28) 3528-1693. Passou-se a realizar ligações aos referidos números, porém todas as tentativas se mostraram fracassadas.

Ao final, das 7 (sete) empresas que pontualmente celebraram contratos de fornecimento de biodigestores com a administração pública, pode-se afirmar de forma clara que as empresas "Mantra atacado" e "LLeida Maquinas" não podem atender a necessidade apresentada pelo setor requisitante, enquanto as demais 5 (cinco) empresas não responderam as inúmeras tentativas de contato.

Como se sabe, as demandas apresentadas pela administração pública refletem os anseios da sociedade, sendo que, a principal função da administração pública é satisfazer essas necessidades. Nesse contexto, a espera excessiva e indefinida por uma resposta que pode nunca chegar, representa um significativo prejuízo a satisfação da necessidade social.

Portanto, diante da ausência de resposta por parte das 5 (cinco) empresas, do precedente demonstrado pelas duas empresas que ofereceram respostas e da necessidade premente de atender à demanda social, conclui-se que as demais empresas possivelmente não se manifestaram por não possuírem capacidade de fornecer os itens conforme especificações solicitadas ou por não terem interesse em atender a administração pública.

Considerando toda a análise realizada, depreende-se que a afirmação feita pela empresa "Flowmarfe" é verdadeira, de tal forma que o único fornecedor com capacidade de prover um biodigestor com as especificações descritas no tópico 3.3 deste Estudo Técnico Preliminar e que tenha como pressão máxima do gás 10mbar é a empresa "Biomovement Ambiental LTDA".

A luz dessa informação, conclui-se que, em que pese a existência de mais de um fornecedor capaz de prover biodigestores, apenas um deles tem a capacidade de fornecer biodigestores com as características necessárias a satisfação das necessidades desta Secretária de Educação, de tal forma que o objeto em questão não pode ser adquirido por meio de pregão eletrônico sob risco de impugnações/representações apontando suposto direcionamento.

Nesse sentido, cumpre destacar que em momento anterior a Secretária de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energia Renováveis - SEDRAMER, realizou o pregão eletrônico 001/2024 para registro de preços para aquisição, instalação, treinamento, manuseio e alimentação de biodigestores. Acontece que, o referido pregão foi objeto de representação no Tribunal de Contas do Estado do Piauí pela empresa Gaiatec Comercio e Serviços, por supostamente conter especificações que direcionavam o certame a empresa Biomovement Ambiental.

Por fim, com base na confirmação de que apenas a empresa Biomovement é capaz de fornecer o objeto com as especificações técnicas exigidas, bem como do risco de proceder com a presente contratação por pregão eletrônico, resta claro que a aquisição do item solicitado pela SUPEN, não pode ser realizada através de pregão eletrônico.

CONSIDERAÇÕES:

1. **CONCLUSÃO:** Diante da verificação de que apenas uma empresa tem a capacidade de atender as especificações técnicas necessárias para o atendimento da solução do objeto processual, a aplicação da solução 02 se mostra inviável, haja vista que a adoção do pregão para aquisição dos biodigestores não atenderia o escopo essencial da licitação, que consiste na delimitação de bem comum para fins de seleção de propostas do mercado. Porquanto a isso, o biodigestor, conforme demonstrado, dadas as condições unívocas do equipamento para a finalidade educacional estabelecida para o ensino público, não se demonstra como bem comum, haja vista o caráter técnico específico demonstrado no levantamento dentre outros similares tipos do produto existentes atualmente. Resta, portanto, pela natureza da solução atestada diante da finalidade proposta para sua implementação, a declinação do caráter competitivo da licitação, visto que não se compõe como elemento comum e, no caso, como equipamento específico e exclusivo dado por fornecedor único.

5.3. > SOLUÇÃO 03 - AQUISIÇÃO DO OBJETO SOLICITADO POR MEIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Diante da constatação da inviabilidade das soluções 01 e 02, esta Gerência de Planejamento deu continuidade à busca por alternativas viáveis que pudessem atender à demanda apresentada pela SUPEN.

Nesse contexto, deu-se início a análise dos 47 (quarenta e sete) procedimentos realizados por dispensa de licitação e 16

(dezesseis) procedimentos realizados por inexigibilidade de licitação, encontrados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

A partir disso, no que diz respeito a dispensa de licitação, ela apenas poderá ser aplicada quando o objeto a ser adquirido atender aos requisitos previsto no artigo 75 e demais incisos da lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), ao examinar os 47 (quarenta e sete) procedimentos desta modalidade, encontrados no PNCP, identificou-se que a ampla maioria, tinha como amparo legal o inciso II do artigo 75 da lei de licitações, em razão de se tratar de aquisição de item com valor inferior ao disposto no referido normativo. Ocorre que, tal modalidade de contratação não se aplica ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o valor total deste procedimento licitatório excede o limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) previsto no inciso II do referido artigo e atualizado pelo decreto nº 11.871/2023. Além disso a natureza e a necessidade da aquisição do biodigestor não se enquadram em nenhuma das demais situações previstas nos incisos desse dispositivo legal, de forma que, não se pode utilizar a modalidade dispensa de licitação para atender a solicitação do setor demandante.

Seguindo adiante, no que tange a inexigibilidade de licitação, o artigo 74 da lei 14.133/2021 define a situação em que a licitação é considerada inexigível, para que isso ocorra o objeto a ser adquirido deve se enquadrar na hipótese de inviabilidade da competição, em especial nas condições previstas em seus cinco incisos.

Conforme já apresentado na solução 02 deste levantamento de mercado, constatou-se que apenas a empresa Biomovement Ambiental poderia fornecer biodigestores com pressão máxima do gás a 10mbar, sendo uma clara situação de inviabilidade de competição por se tratar de aquisição de equipamento que só pode ser fornecido por empresa/representante comercial exclusivo, conforme artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021.

Leciona Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/2021, que:

"É imperioso destacar que a inviabilidade de competição não é um conceito simples, que corresponda a uma ideia única. Mais precisamente, a inviabilidade de competição é uma consequência, que pode ser produzida por diferentes causas, as quais consistem nas diversas hipóteses de ausência de pressupostos necessários a licitação"

São Paulo: Thomson Reuters, 2021. Pág 968

Mesmo diante da clara situação de inexigibilidade que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar se encontra, passou-se a analisar os procedimentos por inexigibilidade encontrados no PNCP, com o propósito de examinar as soluções adotadas pela administração pública, ao passo que, com o objetivo de examinar apenas as contratações mais recentes e que encontram-se sob a égide da lei 14.133/2021, somente serão analisados os processos de janeiro de 2024 em diante, reduzindo o universo de 16 contratações direta por inexigibilidade para 14, conforme será apresentado abaixo:

PROCESSOS DE BIODIGESTORES NO PNCP REALIZADOS POR INEXIGIBILIDADE						
Nº	OBJETO	Nº PROCESSO NO PNCP	ENTE CONTRATANTE	LICITANTE VENCEDORA	VALOR TOTAL	JUSTIFICATIVA LEGAL PARA INEXIGIBILIDADE
1	1 Biodigestor + Instalação + Treinamento	45741659000137-2-000189/2024	Município de São José do Rio Pardo	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 25.700,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
2	1 Biodigestor + Instalação + Treinamento	46522983000127-2-000141/2024	Município de Santana de Parnaíba	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 25.700,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
3	1 Biodigestor	75381178000129-2-000055/2024	Município de São Tomé	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 14.500,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
4	1 Biodigestor	76417005000186-2-000081/2024	Município de Curitiba	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 17.700,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
5	1 Biodigestor + Instalação + Treinamento	75380071000166-2-000050/2024	Município de Rondon	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 25.700,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
6	Contratação de empresa especializada para construção de bacias de acumulação para retenção de águas de chuva, instalação de sistemas de biodigestor de esgoto doméstico	45279627000161-2-000059/2024	Município de Piracaia	SEMEAR LTDA	R\$ 559.581,69	Artigo 74, inciso "II" da lei 14.133/2021
7	Contratação de empresa especializada para construção de bacias de acumulação para retenção de águas de chuva, instalação de sistemas de biodigestor de esgoto doméstico	45279627000161-2-000058/2024	Município de Piracaia	SANEAR BRASIL PRODUTOS E SERVICOS LTDA	R\$ 80.730,00	Artigo 74, inciso "II" da lei 14.133/2021
8	Contratação de empresa especializada para construção de bacias de acumulação para retenção de águas de chuva, instalação de sistemas de biodigestor de esgoto doméstico	45279627000161-2-000057/2024	Município de Piracaia	TERRAPLENAGEM DM LTDA	R\$ 15.778,00	Artigo 74, inciso "II" da lei 14.133/2021
9	2 Biodigestores	76167733000187-2-000064/2024	Município de Sapoema	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 30.800,00	Foi utilizado erroneamente o inciso "II" do artigo 74 da lei 14.133/2021, quando na realidade deveria ter sido usado o inciso "I"

PROCESSOS DE BIODIGESTORES NO PNCP REALIZADOS POR INEXIGIBILIDADE						
10	1 Biodigestor + Instalação + Treinamento	76205665000101-2-000058/2024	Município de Marmeleiro	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 25.700,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
11	1 Biodigestor + Instalação + Treinamento	76247329000113-2-000031/2024	Município de Tuneiras do Oeste	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 25.700,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
12	1 Biodigestor	03568433000136-2-000033/2024	Município de Amambai	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 14.400,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
13	3 Biodigestores + Instalação + Treinamento	24772162000106-2-000005/2024	Município de Nova Mutum	BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA	R\$ 77.100,00	Artigo 74, inciso "I" da lei 14.133/2021
14	Prestação de Serviços de Engenharia/Arquitetura para desenvolvimento de projetos de galpões 01 e 02 para compostagem e termoplástico com área aproximada de 1.900m². Bem como projetos de biodigestores	03111139000109-2-000003/2024	Consortio Intermunicipal do médio vale do itajai	HALLA ARQUITETURA EIRELI	R\$ 292.000,00	Artigo 74, inciso "III" "a" da lei 14.133/2021

Com base nos dados apresentados, duas informações em específico chamam atenção, as quais são:

1. No universo de resultados analisados, aproximadamente 70% das contratações de inexigibilidade realizadas, tiveram como justificativa legal o artigo 74 inciso "I" da lei 14.133/2021 - Lei de Licitações, o referido inciso dispõe que "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos";
2. Em todos os procedimentos por inexigibilidade analisados, aqueles que se restringiam apenas a aquisição do biodigestor ou a aquisição do biodigestor mais instalação e treinamento, foram firmados com a mesma pessoa jurídica, sendo ela a "BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA"

A luz das informações apresentadas, surge um importante questionamento: Por que, nas contratações diretas por inexigibilidade analisadas, quando se trata de aquisição exclusiva do biodigestor ou aquisição do biodigestor mais instalação e treinamento, a empresa "BIOMOVEMENT LTDA" sempre é a pessoa jurídica contratada e seu amparo legal se dá com base no artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021 ?

Após estudos realizados, chegou-se a conclusão que existem dois motivos para esse acontecimento: 1º A Biomovement Ambiental LTDA é a distribuidora exclusiva da empresa Homebiogas no Brasil, conforme carta de exclusividade/distribuidora única emitida pela Homebiogas (016380149) e declaração de exclusividade emitida pela associação comercial de São Paulo Declaração (016380333), sendo a única legalmente autorizada a revender seus produtos; 2º A Homebiogas é proprietária da patente Nº BR 112019026774-3 anexo (016380721), patente essa que garante a referida pessoa jurídica e a quem ela permitir o direito exclusivo sob o "dispositivo montável para reciclar resíduos orgânicos em biogás e adubo líquido e conjunto de peças para montar o dito dispositivo"

Quanto ao representante exclusivo, Marçal Justen Filho tem o seguinte ensinamento:

"Há casos em que existe um único produto em condições de atender ao interesse supraindividual sob tutela estatal. Outra é a hipótese em que se trata de representação comercial exclusiva. Muitas vezes, as duas hipóteses até podem assemelhar-se, mas são situações que não se confundem.

No caso do representante exclusivo, a Administração se depara com estrutura organizacional, em que um certo fornecedor atribui a um certo agente econômico o direito privativo de intermediar negócios em certa região"

São Paulo: Thomson Reuters, 2021. Pág 968

De posse dessas informações, passou-se ao a análise da Lei Federal 9.279/96, a qual regula os direitos e obrigações relativos a propriedade industrial. Em seu artigo 42 é disposto que "A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos produto objeto da patente e processo ou produto obtido diretamente por processo patentado", de modo que fica evidente que em razão da patente exclusiva da empresa Homebiogas, outra empresa do ramo, senão aquela legalmente autorizada pela proprietária da patente, não pode fornecer o biodigestor patenteado ou biodigestor obtido com base tecnologia patenteada.

A luz disso, a Homebiogas objetivando fazer cumprir o seu direito, ajuizou no Tribunal de Justiça de São Paulo, ação de abstenção indenizatória, face a empresa Gaiatec Comercio e Serviço de Automação, conforme observa-se abaixo:

e-SAJ | Consulta de Processos do 1º Grau

TJSP

GUILHERMO SANTANA ANDR.

Visualizar autos

Peticionar

1178979-55.2023.8.26.0100

Segredo de Justiça

Classe

Processamento Comum Civil

Assunto

Patente

Foro

Foro Central Civil

Tipo

1ª VARA EMPRESARIAL E..

Ass

Gustavo Cesar Mazutti

Partes do Processo

Requ

Homebiogas Ltd

Advogado: Guillermo Santana Andrade Glassman

Requ

Gaiatec Comercio e Servico de Automacao e Sistema do Brasil

Advogada: Luciana Vidali Baleiro

Reu

JOAQUIM VICENTE DE REZENDE LOPES

Movimentações

Data

Movimento

12/12/2024

Certidão de Publicação Expedida

Relação: 1084/2024 Data da Publicação: 13/12/2024 Número do Diário: 4111

Diante das informações evidenciadas, fica manifesto que, ainda que a exigência de pressão máxima do gás a 10mbar, não enquadrasse o objeto aqui tratado, na hipótese do artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021, a patente de propriedade da Homebiogas (016380721) e a carta de exclusividade/distribuidora única (016380149), por si só já garantiria que a única empresa legalmente capaz de fornecer biodigestores de acordo com a necessidade desta Secretaria de Educação, seria a Biomovement Ambiental.

Em pesquisas mais aprofundadas no site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, identificou-se que em 11/06/2024 a Gaiatec Comércio e Serviços de Automação e Sistema do Brasil, interpôs um pedido de nulidade administrativa da patente de propriedade da Homebiogas, conforme observa-se abaixo:

- (54) Título:

DISPOSITIVO MONTÁVEL PARA RECICLAR RESÍDUOS ORGÂNICOS EM BIOGÁS E ADUBO LÍQUIDO E CONJUNTO DE PEÇAS PARA MONTAR DITO DISPOSITIVO
- (57) Resumo:

Este documento descreve um aparelho montável para a reciclagem de resíduos orgânicos em biogás e adubo líquido, que realiza essencialmente processos de decomposição anaeróbica. O aparelho montável inclui: um invólucro exoesquelético estruturado e flexível, um digestor anaeróbico maleável e um tanque de gás. Descreve-se também um conjunto de peças para montar o aparelho acima mencionado para a reciclagem de resíduos orgânicos em biogás e adubo líquido.
- (73) Nome do Titular:

HOME BIOGAS LTD (IL)
- (72) Nome do Inventor:

OSHIK MOSHE EFRATI / YAIR TELLER / EREZ LANZER / SHOHAM ZAK
- (74) Nome do Procurador:

Gruenbaum, Possinhas & Teixeira Ltda.
- Número Dividido:

BR 12 2022 019951 8 (Data:25/06/2018);
- (85) Início da Fase Nacional:

16/12/2019
- (86) PCT Número:

IB2018054643 Data:25/06/2018
- (87) W.O. Número:

2019/003075 Data: 03/01/2019

Anuidades									
Ver todas as anuidades									
Tabela de Retribuição	5ª Anuidade		6ª Anuidade		7ª Anuidade		8ª Anuidade		
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	
Ordinário	25/06/2022	25/09/2022	25/06/2023	25/09/2023	25/06/2024	25/09/2024	25/06/2025	25/09/2025	
Extraordinário	26/09/2022	25/03/2023	26/09/2023	25/03/2024	26/09/2024	25/03/2025	26/09/2025	25/03/2026	
Petições									
	Serviço	Pgo	Protocolo	Data	Imagens	Cliente	Delivery	Data	
Serviços									
216	✓	870240068596	12/08/2024	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
215	✓	870240013266	16/02/2024	-	-	GAIA TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA		-	
215	✓	870230109453	12/12/2023	-	-	GAIA TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA		-	
212	✓	800230408890	27/10/2023	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
207	✓	870220075499	22/08/2022	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
203	✓	800210173431	25/05/2021	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
200	✓	870190134108	16/12/2019	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
Anuidade									
224	✓	800240309008	04/09/2024	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
220	✓	800230309961	10/08/2023	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
220	✓	800220241165	13/07/2022	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
220	✓	800210312174	10/09/2021	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
221	✓	800200352555	30/10/2020	-	-	HOME BIOGAS LTD		-	
Outros									
Publicações									
	RPI	Data RPI	Despacho	Img	Complemento do Despacho				
2788	11/06/2024	17.1	-	-	Requerente da nulidade: 1) GAIATEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA - 870230109453 - 12/12/2023; 2) GAIATEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA e MARCELO DIAZ - 870240013266 - 16/02/2024				
2760	28/11/2023	16.1	-	-	Prazo de Validade: 20 (vinte) anos contados a partir de 25/06/2018, observadas as condições legais				

No entanto, apesar da interposição desse pedido de nulidade, a patente de propriedade da Homebiogas permanece plenamente vigente, uma vez que não houve o trânsito em julgado administrativo. Dessa forma, a empresa continua apta a exercer todos os direitos previstos na Lei Federal 9.279/96, assim a aquisição do referido biodigestor por qualquer empresa que não sejam a Homebiogas/biomovement ou empresas regularmente autorizadas por ela, representaria uma clara violação de sua patente, colocando em risco um dos princípios norteadores da licitação: a segurança jurídica da contratação, conforme disposto no artigo 5º da Lei 14.133/2021.

Seguindo adiante, no que tange a instalação e o treinamento que integram o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, conforme já apresentado na carta de exclusividade fornecida pela Homebiogas Anexo (016380149) que confere a Biomovement o status de distribuidora única, é um dos fatores que fundamenta a inexigibilidades dos biodigestores que se pretende adquirir. Acontece que, para além do direito de distribuição exclusiva conferida ao Biomovement, este mesmo documento também concede a referida pessoa jurídica o seguinte direito exclusivo "A Biomovement Ambiental Ltd. é a Distribuidora exclusiva autorizada a comercializar todos os produtos da Homebiogas no Brasil, para instalar e realizar treinamentos para sua instalação, uso e manutenção."

Dessa forma, resta evidente que, devido a carta de exclusividade/distribuidora única, a empresa Biomovement é a única legalmente habilitada e apta a proceder com a instalação do equipamento e o treinamento para sua utilização. Ademais, não se pode ignorar os benefícios gerados de

se concentrar a instalação e o treinamento no mesmo fornecedor responsável pela entrega dos biodigestores, entre os quais se destacam:

- As aulas de educação ambiental serão implementadas de forma mais célere, tendo em vista a logística síncrona entre a entrega dos biodigestores, a instalação e a realização do treinamento para sua utilização;
- A empresa, como distribuidora exclusiva do produto, já conhece o equipamento e pode realizar a instalação de forma mais eficiente e alinhada as especificações técnicas, reduzindo o risco de erros;
- Caso ocorra de qualquer avaria ao equipamento adquirido, no momento da instalação, a empresa responsável pela instalação e detentora do direito de distribuição exclusiva do biodigestor, conseguirá realizar a troca do item em um menor lapso temporal, de forma que o atraso no início da implementação das aulas de educação ambiental seria minimizado;
- Com apenas uma empresa responsável por todas as etapas, há menos risco de problemas de comunicação ou disputa de responsabilidade entre fornecedores e instaladores em caso de falha;
- A empresa detentora do direito de distribuição exclusivo do biodigestor possui maior expertise no equipamento, o que garante um treinamento mais detalhado e direcionado as peculiaridades do seu item.

Quando se fala de inexigibilidade de licitação, grandes são as dúvidas em sua utilização, algumas em razão da atipicidade de sua aplicação, outras em razão do medo de seu uso, diante disso o Tribunal de Contas da União, em seu manual de compras direta, elenca:

"Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, não cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.

"Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade."

No mesmo sentido, os doutrinadores Flávio Amaral Garcia e Rodrigo Tostes Mascarenhas em seu artigo "Contratos públicos, improbidade e o Estado amedrontado", dispõem:

"Aqui cabe um alerta específico a propósito do "medo" em celebrar contratações direta por dispensa ou inexigibilidade, ainda que se revelem claramente mais vantajosas ao atendimento do interesse público do que a realização de licitação formal. Encerra enorme equívoco forçar a realização da licitação quando não é cabível ou mesmo quando não se revelar o instrumento mais adequado para a satisfação do interesse público. No setor público ocorre com bastante frequência a preferência por realizar licitação ainda quando evidente sua inviabilidade, seja por proporcionar maior segurança aos gestores frente aos órgãos de controle, seja por conferir aparência de legalidade ao processo de contratação pública. São licitações ilegais, porquanto não encerram uma disputa efetiva e concreta no mercado, eis que abertas por razões estranhas à essência do princípio constitucional meritório da seleção da proposta mais vantajosa para o atendimento do interesse público."

GARCIA, Flavio Amaral; MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar. Contratos públicos, improbidade e o Estado amedrontado

Portanto, ainda que licitar previamente seja a regra para contratação de bens e serviços no setor público conforme estabelecido no artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal, é inequívoco que a presente situação constitui uma exceção a essa regra, haja vista que em razão da pressão máxima necessária a satisfação da necessidade do setor requisitante, bem como da patente de propriedade da Homebiogas, o biodigestor a ser adquirido, assim com o serviço de instalação e treinamento, apenas podem ser fornecidos por uma única empresa, inviabilizando a competição e enquadrando-se, na situação de inexigibilidade do inciso I do artigo 74 da lei 14.133/2021.

CONSIDERAÇÕES:

1. **CONCLUSÃO:** No processo de desenvolvimento deste Estudo Técnico, foram analisadas as alternativas possíveis, com o intuito de adotar a melhor solução para suprir a necessidade aqui apresentada. Considerando os benefícios gerados, bem como os princípios da eficiência, economicidade, celeridade, segurança jurídica e zelando pela boa alocação dos recursos públicos, afim de alcançar a alternativa mais vantajosa e eficaz em sua finalidade pública. Esta equipe de planejamento aponta que a **A solução 03, que consiste na aquisição do objeto solicitado junto a empresa "Biomoviment Ambiental LTDA", mediante contratação direta por inexigibilidade de licitação, configura-se econômica e tecnicamente viável.**

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A equipe de planejamento da contratação, aponta como solução escolhida e recomendada no presente Estudo Técnico Preliminar a **aquisição de 20 biodigestores com instalação e treinamento, destinados à 20 escolas de ensino médio**, via **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 21.872/2023.

6.1. Da Vigência

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 8º, § 1º, Lei 14.133 de 1º de abril de 2021. Art. 84.

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A demanda de cada escola foi estabelecida pela Superintendência de Ensino - SUPEN. Por meio do **Documento de Oficialização da Demanda (013792179)**, o referido setor realizou o levantamento de escolas que necessitam de biodigestores para proporcionar a aprendizagem da educação ambiental.

A seleção das 20 escolas de ensino médio foi baseada em resultados medidos por índices educacionais e pela projeção do potencial de cada escola em implementar prática de reaproveitamento de resíduos.

A distribuição do quantitativo de biodigestores, serviço de instalação e serviço de treinamento por escola será apresentada abaixo:

ESCOLAS QUE RECEBERÃO BIODIGESTORES E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO/TREINAMENTO				
GRES	UNIDADES ESCOLARES	QUANTIDADE DE BIODIGESTORES	QUANTIDADE DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	QUANTIDADES DE SERVIÇO DE TREINAMENTO
	CETI ZACARIAS DE GOIS	1	1	1



ESCOLAS QUE RECEBERÃO BIODIGESTORES E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO/TREINAMENTO				
4ª GRE	CETI PROFESSOR EDGAR TITO	1	1	1
	CETI HELVIDIO NUNES	1	1	1
	CETI JOSE PEREIRA DA SILVA	1	1	1
	CETI PEQUENA RUBIM	1	1	1
19ª GRE	CETI LOURIVAL PARENTE	1	1	1
	CETI JOAO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA	1	1	1
	CETI SOLANGE SINIMBU VIANA AREA LEO	1	1	1
	CETI MOACI MADEIRA CAMPOS	1	1	1
	CETI PADRE JOAQUIM NONATO GOMES	1	1	1
20ª GRE	CETI GOVERNADOR DIRCEU MENDES ARCOVERDE	1	1	1
	CETI PROF JOSE AMAVEL	1	1	1
	CETI PROFESSOR BALDUINO BARBOSA DE DEUS	1	1	1
	CETI GOVERNADOR FREITAS NETO	1	1	1
	CETI PROFESSOR DARCY ARAUJO	1	1	1
21ª GRE	CETI DR FONTES IBIAPINA	1	1	1
	CETI PROFESSOR RALDIR CAVALCANTE BASTOS	1	1	1
	CETI DIDACIO SILVA	1	1	1
	CETI PROF MILTON AGUIAR	1	1	1
	CETI PROFª JULIA NUNES ALVES	1	1	1
TOTAL		20	20	20

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 Valor total estimado para a contratação

Após a realização das pesquisas de preços, o valor total da contratação foi estimado em **R\$ 514.000,00 (quinhentos e quatorze mil reais)**.

8.2 Valor unitário referencial

Após a realização das pesquisas de preços, o valor unitário do biodigestor foi estimado em R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).

Após a realização das pesquisas de preços, o valor unitário dos serviços de instalação e treinamento foram estimados em R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais).

Após a realização das pesquisas de preços, o valor unitário do biodigestor mais instalação e treinamento foi estimado em R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais).

8.3 Parâmetros utilizados para a obtenção de preços e respectivos cálculos

Durante o planejamento deste processo de contratação, foi conduzida uma extensa Pesquisa de Mercado **(016382000)** pautada nos princípios da eficiência e economicidade, com o objetivo de assegurar a alocação responsável dos recursos públicos. Esse procedimento visou alcançar a solução mais vantajosa tanto do ponto de vista econômico quanto em termos de eficácia para seu propósito, conforme evidenciado pelo Parecer e Mapa de Preços **(016554436)**.

Esse procedimento visou alcançar a solução mais vantajosa tanto do ponto de vista econômico quanto em termos de eficácia para seu propósito, conforme evidenciado pelo Parecer e Parecer e Mapa de Preços.

As pesquisas de mercado seguiram as diretrizes do art. 23 da Lei Federal 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e o art. 46 do Decreto Estadual 21.872/2023. Desse modo, o valor estimado para contratação foi determinado utilizando a mediana dos dados pesquisados, com pelo menos três preços válidos obtidos em bancos de dados públicos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Parcelamento da Solução

A solução aplicada, não adotará o princípio do parcelamento, tendo em vista se tratar de aquisição de equipamentos e serviços que só podem ser fornecidos por empresa/representante comercial exclusivo, sendo inviável a competição nos termos do artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Na mesma toada, a referida normativa estabelece em seu artigo 40, §3º, inciso III que "O parcelamento não será adotado quando o processo de padronização ou escolha de marca levar a fornecedor exclusivo".

9.2 Tratamento Diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

Na aquisição do objeto aqui pretendido, **não será aplicado o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte** dispostos no artigo 4º da Lei 14.133/2021 e Art. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista se tratar de **contratação direta por inexigibilidade de licitação**, se enquadrando na hipótese do o Art. 49 inciso IV da Lei Complementar nº 123/2006.

10. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratação correlatas ou relacionadas aos itens que serão adquiridos.

11. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

Há no Plano Plurianual e na LOA do Estado do Piauí, disponível em <http://www.altigoseplan.pi.gov.br/loa.php>, a previsão que permite a contratação aqui objetivada.

A Contratação aqui pretendida, encontra-se prevista no Plano Plurianual 2024-2027 - Lei nº 8.253, de 20 de dezembro de 2023, publicado no DOE dia 28/12/2023.

O Plano Plurianual 2024-2027 é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo que orienta as ações de governo, tendo em vista os objetivos e desafios estratégicos estabelecidos pelo estado para os próximos 4 (quatro) anos, na forma de programas, objetivos, diretrizes, ações orçamentárias, produtos e metas físicas e financeiras territorializadas para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Conforme recorte anexado abaixo, o Anexo II - Atributos das Ações Orçamentárias o do referido PPA ([SEPLAN-Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí \(antigoseplan.pi.gov.br\)](#)), prevê a ação objeto deste processo como competência desta SEDUC.

14 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO							
14102 - RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA							
6258 - MELHORIA DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA							
ESTA AÇÃO É DESTINADA AO DESENVOLVIMENTO DA MELHORIA DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM VISTAS A PROMOVER AVANÇOS SIGNIFICATIVOS, ELEVANDO ASSIM O NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES DA REDE.							
Tipo de Ação	Esfera Orçamentária	Função de Governo	Subfunção	Objetivo	Diretriz Setorial	ODS	Produto
ATIVIDADE	FISCAL(F)	12 - EDUCAÇÃO	368 - EDUCAÇÃO BÁSICA	Memorizar a aprendizagem dos estudantes da rede estadual, de modo a promover avanços significativos dos índices educacionais.	Adotar sistemas integrados de avaliação da aprendizagem, monitoramento e acompanhamento pedagógico buscando elevar o nível de proficiência.	4 - Educação de qualidade	Biblioteca ampliada Biblioteca construída Bolsa concedida
Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Descrição da Ação							
ATIVIDADE	FISCAL(F)	12 - EDUCAÇÃO	368 - EDUCAÇÃO BÁSICA	Melhorar a aprendizagem dos estudantes da rede estadual, de modo a promover avanços significativos dos índices educacionais.	Adotar sistemas integrados de avaliação da aprendizagem, monitoramento e acompanhamento pedagógico buscando elevar o nível de proficiência.	4 - Educação de qualidade	Equipamento adquirido Não se aplica Serviço implantado

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Entre os benefícios diretos e indiretos almejados com a presente aquisição, destacam-se:

- Adotar a melhor solução para suprir a necessidade aqui apresentada, considerando os princípios da eficiência e economicidade e zelando pela boa alocação dos recursos públicos, afim de alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico e eficaz em sua finalidade pública;
- Ofertar uma base curricular flexível que permita uma personalização do aprendizado e incentive a exploração de diferentes áreas do conhecimento;
- Possibilitar a oferta de educação ambiental aos jovens matriculados na rede de ensino público do Estado do Piauí;
- Disponibilizar praticas de educação ambiental, permitindo que estudantes observem, de forma tangível, o ciclo de transformação dos resíduos orgânicos em energia renovável e fertilizante;
- Promover o aprendizado interdisciplinar ao conectar diferentes áreas do conhecimento, como biologia, química, física e matemática;
- Promover a formação de indivíduos ambientalmente responsáveis, com o objetivo de fomentar práticas sustentáveis, preservar os recursos naturais e contribuir para um futuro mais sustentável e equilibrado;

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A Superintendência de Ensino - SUPEN deverá informar se há necessidade de adequação do ambiente nas unidades escolares beneficiadas. Na hipótese de ser identificada tal necessidade, deverão especificar as providências necessárias para a gestão das mudanças indispensáveis à implementação dos biodigestores, incluindo, entre outros, os seguintes aspectos:

- Espaço físico adequado;
- Desenvolver um processo de coleta, triagem e armazenamento do resíduos orgânicos a fim de garantir que os resíduos alimentares sejam corretamente utilizados no biodigestor;
- Estrutura organizacional adaptada à implantação dos biodigestores;
- Indicar os servidores que estarão diretamente responsáveis pelo uso e manutenção do biodigestor ;
- Medidas para a correta instalação e utilização dos equipamentos e demais produtos disponibilizados pela SEDUC, com vistas promover a longevidade destes;
- Outras providências necessárias para a implantação da solução;

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A Constituição Federal em seu artigo 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o define como sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O CONAMA em sua resolução 001/1986, no seu artigo 1º, definiu o que vem a ser Impacto ambiental, esclarecendo que:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental **qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:**

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;



II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

À luz de tal definição, o procedimento em tela adotará medidas necessárias para mitigar os impactos ambientais, quais sejam:

1. Os materiais fornecidos pela empresa contratada deverão observar os critérios de sustentabilidade, optando por aqueles que possuam reduzido gasto de energia e de recursos naturais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos e o consumo excessivo de energia.
2. Priorizar bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, bem como priorizar o emprego de tecnologias e matérias-primas sustentáveis para execução e operação do objeto.
3. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
4. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
5. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis se for o caso, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, advindos da contratação, removendo e promovendo a devida destinação.
6. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis
7. A contratada deverá observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, que poderá ser exigido pela SEDUC-PI;
8. Nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, dos seguintes produtos:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Cumpra-se ainda os **impactos ambientais positivos** que a aquisição dos biodigestores trará:

1. Os biodigestores transformarão restos de resíduos orgânicos em biogás e biofertilizante, diminuindo o lixo descartado em aterro sanitários e evitando a emissão de gases de efeito estufa liberados na decomposição convencional;
2. O biogás gerado é uma fonte renovável de energia que pode substituir combustíveis fósseis, contribuindo para a redução da pegada de carbono;
3. O biodigestor ajudará a evitar a contaminação do solo e das águas subterrâneas por resíduos mal gerenciados;
4. Economia no consumo de gás liquefeito de petróleo;
5. Redução de custos de coleta, transporte e destinação de resíduos orgânicos;
6. Produção de biofertilizante para uso na jardinagem e hortas escolares;

Diante disso, a Contratante e a Contratada deverão observar as normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na execução dos serviços. Por fim, deverá constar na instrução processual a manifestação do órgão ambiental competente quanto a necessidade de licenciamento ou sua dispensa.

Assim, a presente contratação poderá ser efetivada, uma vez que a aquisição em questão refere-se a bem de consumo durável, com ciclo de vida prolongado. Este bem não provoca alteração significativa nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, não sendo geradores de gases poluentes ou impactantes de forma relevante. Ademais, sua aquisição pode ser realizada de maneira a minimizar os impactos ambientais residuais, abrangendo aspectos como transporte, acondicionamento, entrega e/ou utilização. Neste contexto, a empresa contratada deverá demonstrar seu compromisso socioambiental, mantendo-se disponível para fiscalização pelos órgãos competentes, se necessário.

15. JUSTIFICATIVA E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando o levantamento de mercado apresentado nestes Estudos Técnicos Preliminares, nos quais foram analisadas as possíveis soluções para atender ao interesse público pleiteado, a Equipe de Planejamento **DECLARA VIÁVEL a aquisição de 20 biodigestores com instalação e treinamento, destinados à 20 escolas de ensino médio, via CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 21.872/2023.

Além dos benefícios evidenciados neste documento, destaca-se que a presente contratação atende de forma adequada às demandas do negócio formulada, os benefícios esperados são adequados, os custos previstos são compatíveis com o mercado e há potencial economia de escala e os riscos envolvidos são administráveis.

A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Com base nas informações apresentadas neste estudo, entende-se que **a presente contratação configura-se econômica e tecnicamente VIÁVEL.**

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Leovídio Bezerra Lima Neto
Gerente de Planejamento da Contratação - GEP
Diretoria de Licitação - DL

DE ACORDO:

Larissa Rocha Pires Ferreira
Diretora de Licitação - DL

REVISÃO TÉCNICA:

Allyne Stárgila
Analista Técnica Ambiental
Unidade de Gestão da Rede Física - UGERF

Zelinda de Oliveira
Analista Técnica Ambiental
Unidade de Gestão da Rede Física - UGERF

DE ACORDO:

Viviane Fernandes Faria
Superintendente de Ensino - SUPEN

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE:

Nos termos do art. 18 do Decreto estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023 e art. 46, §6º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar cujo objeto consiste na **Aquisição de 20 (vinte) biodigestores com instalação e treinamento, destinados a 20 (vinte) escolas de ensino médio.** Tal medida tem o escopo de atender de forma integral as demandas formuladas pelo setor requisitante, a saber, a Superintendência de Ensino - SUPEN. O objetivo é promover a educação ambiental para ofertar uma base curricular flexível que permita a personalização do aprendizado e incentive a exploração de diferentes áreas do conhecimento.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho
Secretário de Estado da Educação
Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 10/02/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ZELINDA BARBOSA DE OLIVEIRA - Matr.T.1418348, Técnica Ambiental**, em 10/02/2025, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALLYNE STARGILLA ALVES CRUZ - Matr.353649-1, Técnica Ambiental**, em 10/02/2025, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE FERNADES FARIA - Matr.311153-9, Superintendente**, em 12/02/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **016561624** e o código CRC **ED327B42**.

Processo SEI: 00011.053060/2024-81

Documento SEI: 016561624

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 16/2025

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 20/05/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 93235950000186-1-000098/2025 **Fonte:** Tecnosweb - Tecnologia de Gestão

Objeto:

COMPRA DE BIODIGESTOR DE PARA A ESCOLA JOSÉ PEDRO MENDEL

Informação complementar:


COMPRA DE BIODIGESTOR DE PARA A ESCOLA JOSÉ PEDRO MENDEL

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 25.700,00	R\$ 25.700,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	BIODIGESTOR	1	R\$ 15.400,00
2	Serviço de Instalação do Biodigestor Homebiogás 7.0	1	R\$ 10.300,00

[← Voltar](#)

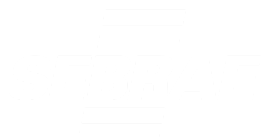


Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.





Estado do Rio Grande do Sul

Município de Pareci Novo

"Capital das Mudas, Flores e Frutas"

PUBLICAÇÃO PNCP

O Município de Pareci Novo, em atendimento ao artigo 54, da Lei 14.133/2021, publica no Portal Nacional de Compras Públicas, os atos administrativos do presente processo licitatório e contrato.

LORENI CRISTINA REINHEIMER
Prefeita Municipal de Pareci Novo

Proposta Nº 3294

Para

MUNICIPIO DE PARECI NOVO/RS
CNPJ: 93235950000186, IE: ISENT0
R JOAO INACIO TEXIERA, 70, CENTRO
95783000 - Pareci Novo, RS
Fone: (51) 9802-2955, fiscalmeioambiente@parecinovo.rs.gov.br

Número da Proposta	3294
Data	17/04/2025

PROPOSTA COMERCIAL - SISTEMA HOME BIOGÁS 7.0 (NCM 8479.89.99)

Descrição: Biodigestor constituído de uma câmara de digestão com dupla manta extra selada e proteção UV, acoplada ao reservatório de biogás com sistema patenteado de pesos para condução de gases em baixa pressão, com mecanismo ergonômico de entrada dos resíduos orgânicos e mecanismo de purificação do biogás com carvão ativado

Vendedor(a): Departamento Social

Aos cuidados de: Alisson

Itens da proposta comercial

Descrição do produto/serviço	NCM	Código	Un	Qtd.	Preço lista.	Desconto %	Preço un.	Preço total
HOME BIOGÁS SYSTEM 7.0	8479.89.99	HBG70	UN	1,00	15.400,00	0,00	15.400,00	15.400,00
INSTALAÇÃO HB 7.0 / TREINAMENTO / SUPORTE ONLINE HB 7.0		INST70	UN	1,00	10.300,00	0,00	10.300,00	10.300,00

Outros itens ou serviços

Capacidade para até 10kgs de resíduos orgânicos/dia ou 60kgs de esterco animal/dia; Geração de 5 a 7 horas diárias de biogás para cozimento (entrega média 2,5 botijões p13 por mês) e até 60 litros de Biofertilizante líquido; volume do tanque de gás: 2.500L; volume do tanque do biodigestor: 4.300L; Tubulação de gás externa (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros); ocupa um espaço de 10m2 (Duas vagas de carro); acompanha um fogareiro de duas bocas; Dimensões – 4.00m (c) x 1.70m (l) x 1.30m (a). São necessários para a instalação 440kgs de esterco (bovino, equino e/ou caprino); 4.200 litros de água e 112 kgs de areia e uma bombona a partir de no mínimo 100 litros para suportar a quantidade de Biofertilizante que é produzida diariamente.

Entrega CIF - Frete Incluso

Garantia de fábrica: 24 meses

Validade da proposta: 60 dias

• Plataforma de EAD disponibilizada aos professores das escolas onde o equipamento estiver instalado com cursos temáticos sobre Biodigestão e sua aplicação prática

Todos os equipamentos da Homebiogas acompanham:

- Certificação ISO 9.000:2015
- Certificação ISO 14.000:2015;
- Certificação ABNT NBR ISO 23590:2022 - Requisitos do sistema de biogás caseiro - Projeto, instalação, operação, manutenção e segurança
- Hazard Identification (HAZID) Study Report Homebiogas
- Patente PCT/IB2013/061160
- Patente deferida no Brasil BR 112019026774-3 A2
- Certificado de Conformidade - Certificate of conformity according to GPSD (2001/95/EC): General Safety Requirements - Certificante No: GPSD/A-C-004/24

- Certificate of Liability Insurance ACORD 25(2010/25) - Policy Number 2300226
- Ex-tarifário NCM 8479.89.99 – EX 605 válido até 31/12/2025
- Manual de Instalação, Uso e Manutenção em Português
- Carta de Exclusividade de comercialização no Brasil para a Biomovement Ambiental Ltda.- 05.573.061/0001-61
- Declaração de Exclusividade D.E. nr. 991483 da Associação Comercial de São Paulo/SP

Nº de Itens	Soma das Qtdes	Total outros itens	Desconto total dos itens	Total dos itens	Frete	Total da proposta
2,00	2	0,00	0,00	25.700,00	0,00	25.700,00

Atenciosamente,
Sarita Toledano - Sócia Administradora



HOME BIOGAS LTD
514739325
P.O Box 1672, Beit Yanai, 40293
Israel

10/01/2025

Ref: Exclusivity Letter/ Sole Distributor

Biomovement Ambiental Ltd. is the exclusive Distributor in Brazil of Homebiogas Ltd, since 2018.

Homebiogas is an Israeli company that manufactures and sells Biodigestors equipment that transforms organic food waste and animal manure into biogas, renewable energy, for cooking and natural liquid biofertilizer for vegetable gardens, vegetables and spices.

Homebiogas products have a global patent (PCT/IB2013/061160), and also registered in Brazil (112019026774-3 A2) and all certificates of conformity, quality, environmental efficiency and safety in accordance with international standards, recognized in Brazil.

Homebiogas equipment is ISO 23590:2020 certified in accordance with ABNT NBR ISO 23590:2022 and has a global insurance policy and has a 24-month warranty against any manufacturing defect.

Biomovement Ambiental Ltd. is the exclusively Distributor authorized to sell all Homebiogas products in Brazil, to install and carry out training for their installation, use and maintenance.

Biomovement Ambiental Ltd is authorized to approve representatives for the installation of Homebiogas products, being responsible for the installation and certification training of these exclusive partners for the installation of the equipment.

In Brazil today the following products are marketed:

- HOME BIOGAS models 2.0 and 7.0 - Biodigester consisting of a digestion chamber with double extra sealed blanket and UV protection, coupled to the reservoir with
- biogas storage capacity with a patented system of weights for conducting gases at low pressure, with ergonomic inlet mechanism of organic waste and biogas

purification mechanism with activated carbon. Durability of 15 years and fully recyclable at the end of its useful life

- Bio – Toilet – with External WC - manual pumping toilet, coupled to the biodigester. Discharge with manual pumping, disconnected from the sewage network, autonomous system without the need for electricity and/or pressurized water.

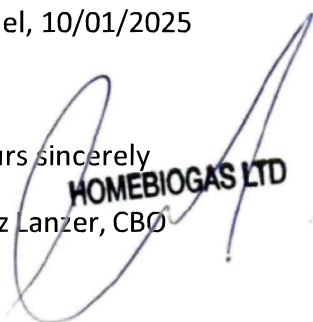
And also any other Homebiogas product that may be sold in Brazil

The exclusivity is active and automatically renews each year.

Israel, 10/01/2025

Yours sincerely

Erez Lanzer, CBO



ANA PAULA DE SILVIO COBUCCI CIRINO

Tradutora Pública e Intérprete Comercial

Inglês

Matrícula nº 602 da Junta Comercial do Estado de São Paulo



Rua Bartolomeu Bueno da Silva, 49 – Granja Viana - Condomínio São Paulo II
06706-085 - São Paulo, SP – Brasil
Telefax: 55 (11) 4617-3826 | Celular: (11) 9 9949-9766
<http://www.traducaojuramentada.com> | anacirino@traducaojuramentada.com

RG nº. 13.739.285-0
CPF nº. 116.486.678-80
CCM (ISS) nº. 2.388.651-0
INSS nº. 119.5025659-0

LIVRO Nº. 485

FOLHA 65

TRADUÇÃO Nº. 73297

CERTIFICO E DOU FÉ, para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um DOCUMENTO no idioma INGLÊS, o qual passo a traduzir para o vernáculo, no seguinte teor:

[Logo :HomeBiogas – Making Waste Matter]

HOME BIOGAS LTD
514739325
Caixa Postal 1672, Beit Yanai 40293
Israel

10/01/2025

Ref.: Carta de Exclusividade/Distribuidor Exclusivo

Biomovement Ambiental Ltda. é a distribuidora exclusiva no Brasil da Homebiogas Ltd desde 2018.

A Homebiogas é uma empresa israelense que fabrica e vende biodigestores, equipamentos que transformam resíduos orgânicos alimentares e esterco animal em biogás, uma energia renovável para cozinhar, e biofertilizante líquido natural para hortas, vegetais e temperos.

Os produtos Homebiogas possuem patente global (PCT/IB2013/061160) e estão registrados no Brasil (112019026774-3 A2), além de contarem com todos os certificados de conformidade, qualidade, eficiência ambiental e segurança de acordo com padrões internacionais reconhecidos no Brasil.

Os equipamentos Homebiogas são certificados pela ISO 23590:2020, em conformidade com a ABNT NBR ISO 23590:2022, possuem uma apólice de seguro global e garantia de 24 meses contra qualquer defeito de fabricação. A Biomovement Ambiental Ltda. é a distribuidora exclusiva autorizada a vender todos os produtos Homebiogas no Brasil, instalar e realizar treinamentos para instalação, uso e manutenção dos equipamentos.

A Biomovement Ambiental Ltda. também está autorizada a aprovar representantes para a instalação dos produtos Homebiogas, sendo responsável pelo treinamento e certificação desses parceiros exclusivos para a instalação dos equipamentos.

Atualmente, no Brasil, são comercializados os seguintes produtos:

- Modelos HOME BIOGAS 2.0 e 7.0: Biodigestores compostos por uma câmara de digestão com manta dupla extra selada e proteção UV, acoplados a um reservatório com

- Capacidade de armazenamento de biogás. Possuem um sistema patenteado de pesos para condução de gases em baixa pressão, mecanismo ergonômico de entrada de resíduos orgânicos e sistema de purificação de biogás com carvão ativado. Durabilidade de 15 anos e totalmente recicláveis ao final de sua vida útil.

- Bio-Toilet com WC Externo: Vaso sanitário com descarga manual acoplado ao biodigestor. Sistema autônomo, desconectado da rede de esgoto, sem necessidade de eletricidade e/ou água pressurizada.

E quaisquer outros produtos Homebiogas que possam ser comercializados no Brasil.

A exclusividade está ativa e é renovada automaticamente a cada ano.

Israel, 10 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,
[Assinatura]
[Carimbo: Homebiogas LTD]
Erez Lanzer, CBO
[Constam informações de contato e endereço]

Assinado digitalmente por:
ANA PAULA DE SILVIO COBUCCI CIRINO
CPF: ***.486.678-80
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 15/01/2025 11:38:24 -03:00



NADA MAIS constava do documento descrito na introdução acima, o qual li e devolvo com esta tradução impressa no referido livro – Inglês, que conferi, achei conforme e assino (emol. – R\$ 247,50 - recibo 3215 JUCESP). DOU FÉ.
São Paulo, 15 de janeiro de 2025.

Esse documento foi assinado por ANA PAULA DE SILVIO COBUCCI CIRINO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://asp.assinaturasempapel.com.br/validate/ZBF3E-74CDB-L53GE-HNF5J>

Assinado por 2 pessoas: LUCAS TEIXEIRA FERREIRA e RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0> e informe o código 5129-D79F-E542-AFF0





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: ZBF3E-74CDB-L53GE-HNF5J

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ ANA PAULA DE SILVIO COBUCCI CIRINO (CPF ***.486.678-**) em 15/01/2025
11:38 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://asp.assinaturasempapel.com.br/validate/ZBF3E-74CDB-L53GE-HNF5J>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://asp.assinaturasempapel.com.br/validate>

RESULTADO(S)

Nome ou razão social do fornecedor: META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA

Histórico

◀ Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

Item 02

Descrição: Biodigestor de pequeno porte com as seguintes especificações mínimas: - Volume mínimo do tanque de gás: 2.500L; - Volume mínimo do tanque do biodigestor: 4.000L; - Para resíduos de alimentos (cozinha) e/ou animais; - Material: lona de polietileno com proteção UV; - Acompanhado de um fogareiro de biogás; - Acompanhado de tubulação de gás externa (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros); - Com filtro de gás; - Com saída combinada de gás e fertilizante; - Garantia: mínimo 12 meses;

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 3 **Unidade de medida:** un **Valor unitário estimado:** R\$ 15.342,00

Valor total estimado: R\$ 46.026,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 06/03/2025

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 27.518.373/0001-05

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA



[Home](#) > [Editais](#)

Aviso de Contratação Direta nº 3/2025



Portal Nacional de Contratações Públicas



 Entrar

Última atualização 19/08/2025

Local: Vicentina/MS **Órgão:** MUNICIPIO DE VICENTINA **Unidade compradora:** 1 - MUNICIPIO DE VICENTINA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, I **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 19/08/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 17/02/2025 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 17/02/2025 15:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 24644502000113-1-000022/2025 **Fonte:** Agili Software Brasil Ltda

Objeto:

Aquisição de (03) três Biodigestores de pequeno porte para resíduos orgânicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento em atendimento ao instrumento de repasse nº 12230011050084040 - operação 4009940-00 pela Itaipu.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 46.026,00	R\$ 46.026,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
62	Biodigestor de pequeno porte com as seguintes especificações mínimas: - Volume mínimo do tanque de gás: 2.500L; - Volume mínimo do tanque do biodigestor: 4.000L; - Para resíduos de alimentos (cozinha) e/ou animais; - Material: lona de polietileno com proteção UV; - Acompanhado de um fogareiro de biogás; - Acompanhado de tubulação de gás externa (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros); - Com filtro de gás; - Com saída combinada de gás e fertilizante; - Garantia: mínimo 12 meses;	3	R\$ 15.342,00

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

[Voltar](#)





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

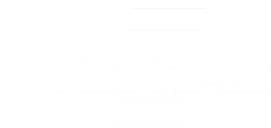
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.





DIÁRIO OFICIAL

Município de Vicentina- MS

Criado pela Lei Municipal Nº. 445, de 07 de Março de 2017

Prefeito Municipal
CLEBER DIAS DA SILVA
Vice-Prefeito
EDUARDO COSTA DA SILVA
Chefe de Gabinete
LUCIANO BARBOSA
Secretária Municipal de Educação
ALINE LOPES DA SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
MANOEL MESSIAS FERREIRA DE MACEDO
Secretária Municipal de Assistência Social
JOSIANE SAUER DO NASCIMENTO
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
CRISTIANE COUTO PASSOS

Secretário Municipal de Finanças
ODAIR PEREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura
DENILSON GABRIEL
Secretária Municipal de Saúde e Higiene Pública
LUDELÇA DORNELES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Gestão
HELIO TOSHIITI SATO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrário
PEDRO FERREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Junta de Serviço Militar
JOÃO BATISTA DE ABREU
Controladora Geral do Município
NATIELY DE LIRA RODRIGUES

SUMÁRIO

DECRETO.....	02
LICITAÇÃO.....	04
PORTARIA EXECUTIVO.....	04
EDITAL.....	04
PORTARIA LEGISLATIVO.....	06

TELEFONES ÚTEIS

Prefeitura	(67) 3468 - 1156
Câmara Municipal	(67) 3468 - 1262
Conselho Tutelar	(67) 3468 - 1740
Secretaria de Ass. Social	(67) 3468 - 1891
Polícia Civil	(67) 3468 - 1187
Polícia Militar	(67) 3468 - 1195
Secretaria de Educação	(67) 3468 - 1071
Posto de Saúde Vila Rica	(67) 3468 - 8055
Posto de Saúde São José	(67) 3468 - 9080
Escola M. Antonia A. F.	(67) 3468 - 1850
Escola E. E. Pinheiro	(67) 3468 - 8000
Escola E. São José	(67) 3468 - 9041
Posto de Saúde Vicentina	(67) 3468 - 1016
DETRAN	(67) 3468 - 1204
Hospital Municipal	(67) 3468 - 1196
SANESUL	(67) 3468 - 1279

E-MAILS

pmvicentina@vicentina.ms.gov.br
sminfraestrutura@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Infraestrutura)
smas@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Assistência Social)
smma@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Meio Ambiente)
smturismo@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Turismo)
financas@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Finanças)
sme@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Educação)
sms@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Saúde)
smesporte@vicentina.ms.gov.br
(Secretaria Municipal de Esporte)
comunicacao@vicentina.ms.gov.br
tributos@vicentina.ms.gov.br
contabilidade@vicentina.ms.gov.br
controladoria@vicentina.ms.gov.br
gabinete@vicentina.ms.gov.br
licitacao@vicentina.ms.gov.br
pmengenharia@vicentina.ms.gov.br
procuradoria@vicentina.ms.gov.br
rh@vicentina.ms.gov.br
vicentina@vicentina.ms.gov.br

LUIZ CARLOS
FERNANDES:859
29689172
Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS FERNANDES:85929689172
Data: 2025.02.12 12:30:33 -03'00'



ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO



Município de Vicentina - MS

Rua Arlinda Lopes Dias, 550 - Centro
(67) 3468-1156

DECRETO Nº 62/2025

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de VICENTINA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 587/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto Crédito Suplementar com anulação de dotação conforme inciso III, § 1º Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, do Art. 5º da Lei Municipal nº 587/2024.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 010 - Fundo Municipal de Saúde

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 245	03.010.10.301.0012.2035.3.3.90.30.1.600	50.000,00
----------------	---	-----------

Sub-Total:	50.000,00
Total Parcial Suplementado:	50.000,00

Artigo 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o Artigo 1º deste decreto, na forma do inciso III, § 1º Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, do Art. 5º da Lei Municipal nº 587/2024.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 010 - Fundo Municipal de Saúde

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 248	03.010.10.301.0012.2035.3.3.90.39.1.600	50.000,00
----------------	---	-----------

Sub-Total:	50.000,00
Total Parcial Reduzido:	50.000,00

Artigo 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VICENTINA - MS, 11 de fevereiro de 2025

CLEBER DIAS DA SILVA
Prefeito Municipal





Município de Vicentina - MS

Rua Arlinda Lopes Dias, 550 - Centro
(67) 3468-1156

DECRETO Nº 63/2025

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de VICENTINA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 587/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto Crédito Suplementar com anulação de dotação conforme inciso III, § 1º Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, do Art. 5º da Lei Municipal nº 587/2024.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 010 - Fundo Municipal de Saúde

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 221	03.010.10.122.0012.2034.3.1.91.13.1.600	250.000,00
----------------	---	------------

Sub-Total:	250.000,00
Total Parcial Suplementado:	250.000,00

Artigo 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o Artigo 1º deste decreto, na forma do inciso III, § 1º Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, do Art. 5º da Lei Municipal nº 587/2024.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 010 - Fundo Municipal de Saúde

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 239	03.010.10.301.0012.2035.3.1.90.11.1.600	250.000,00
----------------	---	------------

Sub-Total:	250.000,00
Total Parcial Reduzido:	250.000,00

Artigo 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VICENTINA - MS, 12 de fevereiro de 2025

CLEBER DIAS DA SILVA
Prefeito Municipal



LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2025

DISPENSA ELETRONICA Nº. 003/2025

O Município de Vicentina/MS, torna público, que realizará licitação na modalidade dispensa eletrônica tipo Menor Preço por Item, no dia **17 de fevereiro de 2025**, das 09h00min às 15h00min (horário de Brasília). O objeto da presente licitação é a aquisição 03 (três) Biodigestores de pequeno porte para resíduos orgânicos, em atendimento ao convênio de repasse nº 12230011050084040 - operação 4009940-00 pela Itaipu, com as demais especificações contidas no Termo de Referência e Edital.

Data e local da realização da Licitação: Envio das propostas poderá ser feito das 13h00min do dia 11/02/2025 até às **08h00min do dia 17/02/2025** (horário de Brasília) pelo endereço www.bllcompras.org.br
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O referido edital e seus anexos poderá ser adquirido nos endereços eletrônicos: licitacao@vicentina.ms.gov.br ou www.vicentina.ms.gov.br/licitacoes ou <https://bll.org.br/> “Acesso BLL Compras”. INFORMAÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DAS 07H30MIN ÀS 11H30MIN (HORÁRIO LOCAL), DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, OU ENDEREÇO ELETRÔNICO: LICITACAO@VICENTINA.MS.GOV.BR OU PELO TELEFONE (67) 3468-1156.

Vicentina/MS, 10 de fevereiro de 2025.

JULLY MEDEIROS DE AZEVEDO AMARAL
Agente de Contratação

PORTARIA

PORTARIA Nº 25/2025, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025

“Dispõe sobre averbação de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, de servidor que especifica e dá outras providências.”

CLEBER DIAS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vicentina – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º AVERBAR para fins de concessão de benefício de aposentadoria, 2.236 (dois mil duzentos e trinta e seis) dias de tempo de serviço, prestado ao Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul, conforme **CTC do INSS Protocolo nº 21036160.1.00598/23-9**, do servidor público municipal **Arlindo Pereira de Oliveira**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição, publicação e/ou afixação no mural localizado no átrio desta Prefeitura Municipal revogada as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vicentina/MS, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

CLEBER DIAS DA SILVA
Prefeito Municipal de Vicentina-MS

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2025

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2024

O MUNICÍPIO DE VICENTINA – MS, por meio do Prefeito **CLEBER DIAS DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art.223, parágrafo único da Lei nº 44, de 25 de setembro de 1991 e no Edital nº 05/2024 - – Homologação do Resultado e Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de pessoal para formação de cadastro de reserva para contratação temporária de Professores e outros cargos da Rede Pública Municipal de Educação do Município de Vicentina, **TORNA PÚBLICA** , para conhecimento dos interessados, a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos relacionados no ANEXO ÚNICO deste Edital, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação deste, para apresentação de documentos e comprovação de requisitos para a contratação temporária, observando-se que:

- 1- Os candidatos deverão comparecer munidos dos seguintes documentos:
- a) Comprovante de Escolaridade;
 - b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;
 - c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral; e) Certidão de Residência, (quando do sexo-masculino);
 - f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
 - g) Comprovante de residência;
 - h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;
 - i) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;
 - j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
 - k) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
 - l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
 - m) CPF dos filhos maiores de 14 anos;
 - n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Fátima do Sul/MS, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis criminais, (com trânsito em julgado);
 - o) Cópia do cartão da Caixa Econômica Federal ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira, não possuindo deverá providenciar a abertura de conta salário;
 - p) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;



- q) Documentos que comprovem habilitação exigida para o cargo.
- 2- Além dos documentos relacionados acima, para o cargo de motorista, o candidato deve apresentar documentos comprobatórios:
- a) Curso de transporte escolar (em vigência);
 - b) Certidão Negativa de antecedentes criminais (estadual e federal);
 - c) Certidão Negativa de infrações do trânsito;
 - d) Exame toxicológico;
- 3- Os candidatos que receberam pontuação de títulos, deverão apresentar originais ou cópia autenticada dos títulos apresentados eletronicamente.
- 4- Os documentos deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou junto com os originais, que depois de conferidos, serão devolvidos.
- 5- Os convocados que não se apresentarem no prazo estabelecido para a efetivação da contratação, serão considerados desistentes.
- 6- Ressaltamos que, neste edital estão sendo convocados aqueles que estão com os contratos vigentes e também aqueles que os contratos já venceram.

Vicentina/MS, 12 de fevereiro de 2025.

CLEBER DIAS DA SILVA
Prefeito Municipal de Vicentina-MS

ANEXO ÚNICO

1- Cargo: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 7 h: 30min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
1º	108	REGIANE SARA DE MORAES
2º	45	DIENEFFER ALVES DOS SANTOS
3º	392	CLAUDIA MACHADO PEREIRA
5º	314	PATRÍCIA BRISTOT DE SOUZA BUENO
6	46	ROSIMEIRE DA SILVA BRITO SANTANA
7	54	LUCIANA PEREIRA DE SOUZA OLIVEIRA
9	485	RENATA MECIAS DE MELO
11	180	IARA CRISTINI SILVA CAVALCANTE
15	521	FERNANDA DE ALCANTARA MARIM
18	187	PATRICIA DE LIMA VILHALVA
21	549	KELY RIBEIRO GARCIA
22	123	BRUNA MORAIS DOS SANTOS
23	290	TAINARA DA SILVA OLIVEIRA
24	224	MAIRA SUÉLLY DA SILVA LIMA
25	270	ROSILEY FERNANDA DA COSTA PEREIRA

2- Cargo: Monitor de Alunos
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 8 h: 00min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
1	116	PRISCILA APARECIDA DOS SANTOS SOUZA
3	563	BESTRIZ RODRIGUES MARQUES
6	308	BEATRIZ ALVES FERNANDES

3- Cargo: Monitor de Transporte Escolar
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 8 h: 15min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
3	53	CRISTIANE G. ALMEIDA OLIVEIRA

4- Cargo: Merendeira
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 8 h: 30min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
11	431	JULIANA DA SILVA
12	60	JAQUELINE DA SILVA REIS

5- Cargo: Professor de Educação Infantil
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 8 h: 40 min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
22	228	VALQUÍRIA MARIA DE JESUS E SILVA
23	460	SILMARA ALVES MAZOTTI
24	642	ANA PAULA SOUZA MENDES
25	564	LUZIA DA SILVA COUTO
26	404	SILVIA RITA DOS REIS MORAIS

6- Cargo: Professor de Educação Especial
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 9 h: 00 min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
30	454	JULIA GRASIELE
31	468	LEIDE APARECIDA BRAGA
32	613	PATRICIA GUIMARÃES DOS SANTOS

7- Cargo: Professor de Ensino Fundamental
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Rua: Carlos Farinha nº910
Dia: 13/02/2024 Horas: 9 h: 15 min

Class.	Nº Inscrição	Candidato (a) Aprovado (a)
30	381	JAINE DE LIMA SILVA
31	430	JOYC SAMPATI RIBEIRO
32	115	ANDRA DE OLIVEIRA BETINI



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PORTARIA



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Município de Vicentina
Poder Legislativo Municipal

PORTARIA Nº 12, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

“Regulamenta no âmbito do Poder Legislativo do Município de Vicentina – Estado de Mato Grosso do Sul, o disposto no § 2º, art. 95, da Lei Federal nº 14.133/2021 para instituir o contrato verbal para aquisição de bens e serviços de pronto pagamento.

O Presidente da Câmara Municipal de Vicentina/MS, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133/2021 foi elaborada sob a visão da estrutura do governo federal e em nenhum momento olhando a realidade dos Estados e Municípios;

CONSIDERANDO que é permitido aos Estados e Municípios, podem normatizar no que tange caráter específico desde que não contrarie a norma geral da Lei Federal nº 14.133/2021, de cunho obrigatório;

CONSIDERANDO que caráter específico, são tópicos que abrem margem para que os demais entes federativos possam criar regulamentos conforme a sua realidade;

CONSIDERANDO que o art. 187 da Lei Federal nº 14.133/2021, autoriza os entes federados aplicar os regulamentos editados pela União para adaptar à realidade local; e

CONSIDERANDO que, por envolver despesas de baixo valor, e cuja demanda exige pronto pagamento, resta incompatível e desarrazoado, observar o procedimento definido no § 3º, art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual, por expressa disposição legal, aplica-se às dispensas em razão do valor,

RESOLVE:

Art. 1º REGULAMENTAR no âmbito do Poder Legislativo do Município de Vicentina – Estado de Mato Grosso do Sul, o disposto no § 2º, art. 95, da Lei Federal nº 14.133/2021, para instituir o contrato verbal para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento.

§ 1º Entende-se como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, aqueles de valor não superior a R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos).

§ 2º O valor mencionado no parágrafo anterior, será atualizado anualmente de maneira automática, acompanhando a atualização do valor publicado pelo Governo Federal.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Município de Vicentina
Poder Legislativo Municipal

Art. 2º Serão consideradas como pronto pagamento as pequenas despesas em decorrência de necessidade imediata de aquisição de bens e serviços de pequeno valor ou urgentes e emergenciais que não possam subordinar-se ao procedimento legal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, dentro do limite estabelecido no art. 1º, nos seguintes casos:

- I** – taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas;
- II** – despesas postais;
- III** – taxa de inscrições em cursos, palestras e eventos que tenham como objetivo a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal de interesse do Poder Legislativo Municipal;
- IV** – serviços gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves, etc;
- V** – material de construção para pequenos reparos, serviços, ou conservação de imóveis, vedado o fracionamento;
- VI** – aquisição de Certificado Digital/Token para atender as demandas dos serviços do Poder Legislativo Municipal;
- VII** – inexistência ou insuficiência eventual de material no almoxarifado ou do serviço, desde que plenamente justificada pelo representante do respectivo setor, e desde que não exista nenhuma ata registrada ou nenhum contrato firmado para fornecimento do material ou da prestação de serviços;
- VIII** – despesas de caráter emergencial e despesas extraordinárias;
- IX** – atividades de garantia da continuidade do serviço público e atividades subsidiárias;
- X** – demais bens ou serviços não listados anteriormente que se façam necessários devidamente justificado.

Art. 3º Para realização das despesas de pronto pagamento, o setor solicitante deverá proceder da seguinte forma:

- I** – solicitação via memorando à presidência do Poder Legislativo, justificando e fundamentando a necessidade de pronto pagamento para as despesas de bens e serviços, demonstrando que não é possível submeter a despesa ao processo normal de licitação;
- II** – cotação de preços simplificada, através de referência de preços obtidas em aquisições do próprio órgão, aquisições de outros órgãos, valores, divulgados em publicações técnicas especializadas e quais outras fontes capazes de retratar o valor de mercado ou por no mínimo 3 (três) pretendidos fornecedores;
- III** – apresentação dos documentos fiscais da empresa fornecedora dos bens e/ou serviços, dentre eles, i) CND relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, ii) certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (quando for o caso), iii) certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor; e iv) certificado de regularidade fiscal com o FGTS;
- IV** – após a autorização da presidência do Poder Legislativo, solicitar empenho em nome da empresa, da qual deverá ser mencionado o art. 95, § 2º da Lei 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Município de Vicentina
Poder Legislativo Municipal

§ 1º Não será admitida a realização de pronto pagamento a serviços já executados, e/ou aquelas que porventura não foram planejadas pelo Poder Legislativo Municipal, devendo seguir o processo normal de licitação.

§ 2º O Regime Especial de Execução de que trata esta Portaria visa a garantir a eficácia do serviço público e deverá observar os princípios da contratação mais vantajosa e da economicidade no dispêndio dos recursos financeiros.

§ 3º O solicitante deverá demonstrar que não é possível submeter a despesa ao processo normal de aplicação ou que, a mesma é inviável para a Administração, apresentando as devidas justificativas.

Art. 4º Em hipótese alguma será utilizado recursos de pronto pagamento para custear despesas de viagens.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vicentina/MS,
12 de fevereiro de 2025.

VER. CLAUDINEI RIBEIRO DE LIMA
PRESIDENTE

[Large diagonal X mark across the page]





TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BIODIGESTOR PEQUENO PORTE

1.OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar processo para aquisição de 03 (três) Biodigestores de pequeno porte, conforme especificado no item 01 para atender as necessidades Instrumento de Repasse 12230011050084040 - operação 4009940-00.

- Biodigestor de pequeno porte para resíduos orgânicos, referente programa **ITAIPU MAIS QUE ENERGIA**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência que será parte integrante do edital de licitação.

ITEM 01

ITEM	QTD	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
01	03	UND	Biodigestor de pequeno porte com as seguintes especificações mínimas: - Volume mínimo do tanque de gás: 2.500L; - Volume mínimo do tanque do biodigestor: 4.000L; - Para resíduos de alimentos (cozinha) e/ou animais; - Material: lona de polietileno com proteção UV; - Acompanhado de um fogareiro de biogás; - Acompanhado de tubulação de gás externa (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros); - Com filtro de gás; - Com saída combinada de gás e fertilizante;	R\$ 14.228,23	R\$ 42.684,70



			- Garantia: mínimo 12 meses; * Especificação obrigatória.		
--	--	--	--	--	--

2. Vigência

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei 14.133/2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. Estimativa do Valor da Contratação:

Nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, segue demonstrativo de que os valores estimados para a contratação são compatíveis com o preço de mercado:

NOME	CNPJ	DATA DA COTAÇÃO	Nº IDENTIFICAÇÃO	CONTATO	PREÇO
GAIA TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS DO BRASIL	06.176.620/0001-62	29/08/2024	(11) 22071933	(11) 22071933	13.584,70
AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BOM-AME-RB	23.848.604/0001-98	17/10/2024	23848604000198-1-000016/2024	BANCO DE PREÇO	13.700,00
BIO MOVIMENT AMBIENTAL LTDA	05.573.061.0001-61	28/08/2024	(11) 36761290	(11) 36761290	15.400,00
MEDIANA		R\$ 13.700,00	MÉDIA ESTIMADA		R\$ 14.228,23



4.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição do BIODIGESTOR de pequeno porte tem como principal fundamentação atender as necessidades do Instrumento de Repasse 12230011050084040 - operação 4009940- 00 - Biodigestor de pequeno porte para resíduos orgânicos, celebrado entre o Município de Vicentina/MS e a Caixa Econômica Federal no âmbito do programa ITAIPU MAIS QUE ENERGIA, solucionando objetivos definidos no contrato de repasse.

O biodigestor de pequeno porte tem como finalidade a redução de rejeitos sólidos em aterros sanitários e aproveitamento energético por meio de produção de biogás. O equipamento será utilizado em instituições públicas de ensino no Município de Vicentina/MS nos seguintes estabelecimentos: Escola Municipal Antônia Alves Feitosa, localizada à Rua Hanay Yassunaka, nº 1730, Bairro Centro; no CEI Antônio Roberto Dias localizada à Rua Antônio Roberto Dias, nº 350, Bairro Vista Alegre_ ambos situados no perímetro urbano da cidade de Vicentina/MS; e na Escola Municipal José do Patrocínio localizada à Rua Remo Tacinário, nº 2090, este já situado no Distrito de Vila Rica; todos no Município de Vicentina, estado de Mato Grosso do Sul, promovendo assim a destinação final ambientalmente correta, segura e benéfica dos resíduos orgânicos gerados

nas escolas e sendo ferramenta agregada para aplicação de educação ambiental interdisciplinar para os alunos desta municipalidade.

O uso do BIODIGESTOR reduzirá o volume dos resíduos enviados ao aterro sanitário, corroborando para o aumento da vida útil do mesmo e auxiliando no processo de sustentabilidade ambiental, impactando positivamente no aumento de indicadores de saúde e de saneamento ambiental.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DO EQUIPAMENTO

O prazo de garantia contratual do bem, complementar a garantia legal, é de no mínimo 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data do recebimento definitivo do objeto.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

Não se aplica.

INDICAÇÕES DE MARCAS E MODELOS:

DO CATÁLOGO OU MATERIAL ILUSTRATIVO

Os interessados no presente objeto deverão apresentar catálogo ou material ilustrativo, legível em português, relativos aos itens ofertados, com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica do produto.

Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que eles possibilitem a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e apresentem a origem do Site oficial do fabricante (exemplo:

<http://www.fabricantex.com/produtox>), possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

A apresentação do produto, em atendimento ao disposto no artigo 31, da Lei 8.078, de 11/09/1990, deverá assegurar informações clara, precisas, ostensivas em língua portuguesa sobre as características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros.

6.EXECUÇÃO CONTRATUAL

Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

LOCAIS DE ENTREGA:

A contratada deverá entregar o bem nos seguintes endereços:

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIA ALVES FEITOSA.

Rua Hanay Yassunaka, nº1730 – Bairro Centro -
CEP:79710-000; Na zona urbana do Município de
Vicentina/MS;

CEI ANTÔNIO ROBERTO DIAS.

Rua Antônio Robert Dias, nº 350 – Bairro Vista Alegre – CEP:
79710-000; Na zona urbana do Município de Vicentina/MS;

- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DO PATROCÍNIO.

Rua Remo Tacinário, Nº 2090 – Distrito de Vila

Rica, Município de Vicentina/MS.

PRAZO DE ENTREGA:

O objeto deverá ser entregue em até **60 (sessenta) dias uteis** após a emissão da autorização de despesa.

Caso não seja possível a entrega na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste projeto e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

É obrigação da CONTRATADA a entrega do bem solicitado com as especificações descritas neste termo de referência, zelando pela qualidade do produto entregue, e pelos prazos aqui determinados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

A licitante assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas a seu pessoal.

Os bens serão recebidos definitivamente conforme previsto em cláusula estabelecida no contrato. Outrossim, constatado vícios de quantidade ou qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

O Bem poderá ser rejeitado no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência no Instrumento de repasse 12230011050084040 - operação 4009940-00 - Biodigestor de pequeno porte para resíduos orgânicos, devendo ser substituído no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultante da incorreta execução do objeto contratado e qualquer inadequação técnica do equipamento entregue implicará em não pagamento dele ao contratado.

O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, prazo e local constantes no termo de referência e demais documentos da proposta, acompanhado da nota fiscal, na qual constarão as indicações do item, prazo de garantia do bem e ainda os dados do contrato de repasse, o nome do programa, o órgão repassador dos recursos, o número do processo licitatório e o número do contrato de fornecimento, dados que serão informados pelo Contratante à Contratada por ocasião da emissão da ordem de fornecimento.

Após a homologação e recebido o aceite da licitação por parte da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, será celebrado o contrato com a empresa vencedora do certame. A ordem de entrega dos itens contratados somente será expedida após o desembolso dos recursos por parte do CONCEDENTE/ITAIPU BINACIONAL.

7.EXECUÇÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

I - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

II - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

III - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

IV - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

V- Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

São obrigações da Contratada:

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

III - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

IV - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo

de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

V- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

VIII – Não subcontratar o objeto licitado.

8. PAGAMENTO

O pagamento será realizado diretamente à Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega definitiva dos biodigestores, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, mediante crédito na conta corrente de titularidade da CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhada dos seguintes documentos:

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social – CND (INSS), mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei, ou documento comprobatório de não contribuinte;

- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei, ou documento comprobatório de não contribuinte;

- Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de Regularidade Trabalhista, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.
- A Nota Fiscal ou Fatura não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser apresentada em 3 (três) vias, constando o número da licitação e do CONTRATO firmado com a CONTRATANTE.

É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste CONTRATO, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO e indenização pelos danos decorrentes.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9. SELEÇÃO DE FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

A contratação será realizada conforme o art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, através de dispensa de licitação em razão do valor.

A empresa obrigatoriamente deverá informar a marca e modelo do bem em sua proposta inicial e final.

O fornecimento do objeto será entregue em uma única parcela.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 42.684,70 (quarenta e dois mil seiscientos e oitenta e quatro reais e setenta centavos).

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas para atender a esta contratação estão previstas no orçamento para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

15.451.008.1002	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
4.4.90.51.00.00.00	124 – Obras e Instalações
1.700.0000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres
4.4.90.52.00.00.00	125 – Equipamentos e Materiais Permanentes
1.700.0000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres

Vicentina/MS, 22 de janeiro de 2025.

BRUNA DOS SANTOS SILVA
VASCONCELOS:00988957108

Assinado de forma digital por
BRUNA DOS SANTOS SILVA
VASCONCELOS:00988957108
Dados: 2025.01.22 08:15:19 -04'00'

BRUNA DOS SANTOS SILVA VASCONCELOS.
ARQUITETA E URBANISTA _ CAU A61544-7
PORTARIA Nº.003/2023 de 02/01/2023.



America			Montenegro		Fornecedores					Intervalo de Confiança					VALOR TOTAL - Biomontem		VALOR TOTAL - Prefeitura de Copenhague, DK		VALOR TOTAL - Prefeitura de Paris, França, FR		VALOR TOTAL - SEDUC - ESTADO DO PARÁ - BR		VALOR TOTAL - Misma engenharia	
Item	Qtda	Unidade	Descrição	Quantidade	Prefeitura Montem, BG	Prefeitura de Paris, França, FR	Prefeitura de Cantão, RS	SEDUC - ESTADO DO PARÁ - BR	Misma engenharia	Medida Unitária	Mediana Unitária	Desvio Padrão	Coefficiente Variação %	Limite Inferior	Limite Superior	Medida Total	Mediana Total	VALOR TOTAL - Biomontem	VALOR TOTAL - Prefeitura de Copenhague, DK	VALOR TOTAL - Prefeitura de Paris, França, FR	VALOR TOTAL - SEDUC - ESTADO DO PARÁ - BR	VALOR TOTAL - Misma engenharia		
1	25	Unidade	Biofiltro aeróbico para transformação de resíduos orgânicos em biogás e fertilizante, contendo as seguintes características: Capacidade de digestão de no mínimo dois quilogramas (2 kg) de resíduos orgânicos por dia; Composição por tanques digestor e tanque de gás; Tanque de gás com capacidade mínima de 2000 a 2500 litros; Contendo filtro de areia ativado para purificação do biogás; Sistema que possibilite a liberação automática de biogás (válvula de alívio); Contendo Regla de bombeio (sem no mínimo duas bombas) adaptado para o uso de biogás como combustível; tempo de movimento de 10 segundos de chamo (cham) de 3 a 7 horas; Sistema automático, sem capacidade de transportar o biogás de tanque para o fogão sem a necessidade de uso de energia elétrica; Instalação acima do solo (não enterrado); Garantia de no mínimo 24 meses no local. Tratamento e instalação do sistema de biodigestores aeróbicos no local. A empresa executora do sistema deverá prestar o serviço de instalação do sistema de biodigestores aeróbicos (sem Capacidade mínima de 20 kg), como forma de treinamento de equipe do contratante. A instalação deverá ser completa, ou seja, o equipamento deverá ficar pronto para uso. A contratante fornecerá todos os materiais adicionais necessários para instalação, além dos procedimentos de instalação. O treinamento também deverá abranger aspectos relacionados à operação do sistema, manutenção e segurança de segurança alimentar de responsabilidade técnica. Hora Técnica Adicional.	R\$ 25,700.00	R\$ 15,342.00	R\$ 25,700.00	R\$ 16,900.00	R\$ 25,700.00	R\$ 68,000.00	R\$ 26,738.67	R\$ 25,700.00	R\$ 19,799.89	65.18	R\$ 9,508.78	R\$ 46,538.15	R\$ 743,466.67	R\$ 642,500.00	R\$ 642,500.00	R\$ 388,500.00	R\$ 642,500.00	R\$ 424,750.00	R\$ 642,500.00	R\$ 1,770,000.00	
																R\$ 743,466.67	R\$ 642,500.00							
ATIVIDADE DESEMPENHADA: NUNCA FOI FEITA																								
Nota-se que os valores englobam os direitos dos autores de mercado. 24/09/2025																								





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão o Registro de Preços para futura e eventual aquisições de biodigestores, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

1.2. A fim de robustar a aquisição, segue foto do produto que desejamos e a tabela descritiva do item.



Lote	Item	Unidade de Medida	Qtde	Pedido Mínimo	Descritivo	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência	Exclusivo de MPP
1	1	Un	25	1	Biodigestor anaeróbio para transformação de resíduos orgânicos em biogás e fertilizante, contendo as seguintes características: Capacidade de digestão de no mínimo dez quilogramas (10 kg) de resíduos orgânicos por dia; Composto por tanque digestor e tanque de gás; Tanque de gás com capacidade	R\$ 15.342,00	R\$ 383.550,00	Exclusivo de MPP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

				<p>mínima de 2000 a 2500 litros; Contendo filtro de carvão ativado para purificação do biogás; Sistema que possibilite a liberação automática de biogás (válvula de alívio); Contendo fogão de bancada (com no mínimo duas bocas) adaptado para o uso de biogás como combustível; tempo de cozimento diário (queimador de chama única): de 5 a 7 horas; Sistema autônomo, com capacidade de transportar o biogás do tanque para o fogão sem a necessidade de uso de energia elétrica; Instalação acima do solo (não enterrado); Garantia de no mínimo 24 meses no local. Treinamento e instalação de sistema de biodigestores anaeróbica no local. A empresa vencedora do certame deverá prestar o serviço de instalação do sistema de biodigestão anaeróbica (com Capacidade mínima de 10 Kg), como forma de treinamento da equipe da contratante. A instalação deverá ser completa, ou seja, o equipamento deverá ficar pronto para uso. A contratada fornecerá todos os materiais adicionais necessários para instalação. Além dos procedimentos de instalação, o treinamento também deverá abranger aspectos relacionados a operação do sistema, manutenção e informação de segurança; atestado de responsabilidade técnica.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço é de até 12 meses, podendo ser prorrogado, por igual período, conforme art. 84 Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

2.3. A vigência dos contratos derivados da Ata de Registro de Preços poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, conforme art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

2.4. O prazo de vigência será prorrogado de forma automática, sem a necessidade de celebrar termo aditivo se o objeto não foi concluído dentro do prazo de vigência inicialmente estabelecido, o que não impede a eventual aplicação de sanções administrativas em desfavor do Contratado, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

2.5. A alteração do prazo de execução inicialmente previsto poderá ser feita mediante justificativa técnica e análise jurídica, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, devendo o contratado apresentar cronograma readequado, o que será formalizado por meio de aditivo contratual.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021.

3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme § 2º do art. 24 do Decreto Municipal nº 9.555, de 11 de janeiro de 2024.

3.3. Forma de fornecimento:

3.3.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A necessidade da contratação como um todo encontra-se pormenorizada no item 1 do Estudo Técnico Preliminar.

5. DESCRIÇÃO DO SOLUÇÃO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

6.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

() Não. Justificar:

(X) Sim.

Justifique a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio (art. 15 da Lei n.º 14.133/2021):

6.1.1. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do art. 15, § 3º da Lei n.º 14.133/2021.

SUBCONTRATAÇÃO

6.2. Não é admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **vinte e quatro (24) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. 4.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6. 4.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6. 4.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6. 4.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

6.4.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até dez (10) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.4.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.4.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.4.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.4.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.4.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

6.5. Haverá necessidade de apresentação de amostra:

(X) Não.

() Sim. Justificar:

LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

6.6. Existe legislação técnica aplicável ao objeto contratado.

() Não (X) Sim

Em caso da resposta for SIM, Descrever:

6.6.1 Os equipamentos e sua instalação deverão estar compatíveis com a norma ABNT NBR 23590, (atendimento à norma ABNT NBR ISO 23590) a fim de garantir a segurança na utilização e implantação dos mesmos.

6.6.2 Na prestação dos serviços, ao ocorrer a instalação do produto até o suporte técnico, durante o período de vigência da garantia. A empresa prestará a garantia de todo procedimento de manutenção, operação e serviços necessários.

INDICAÇÃO/VEDAÇÃO DE MARCA, MODELOS OU PRODUTOS ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Não aplicável.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DA FORMA DE ENTREGA

7.1. Os bens contratados serão entregues e instalados parceladamente, nos prazos, locais e horários definidos no item 8 deste Termo de Referência.

7.3. As solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preço observarão os pedidos mínimos para cada objeto, expresso no item 1.1 deste Termo de Referência.

7.3. Poderão ser realizados pedidos inferiores aos mínimos previstos no item 1.1, desde que haja anuência da CONTRATADA.

7.3. Caso não seja possível a entrega no prazo informado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.4 Treinamento e instalação de sistema de biodigestores anaeróbica no local. A empresa vencedora do certame deverá prestar o serviço de instalação do sistema de biodigestão anaeróbica (com Capacidade mínima de 10 Kg), como forma de treinamento da equipe da contratante. A instalação deverá ser completa, ou seja, o equipamento deverá ficar pronto para uso. A contratada fornecerá todos os materiais adicionais necessários para



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

instalação. Além dos procedimentos de instalação, o treinamento também deverá abranger aspectos relacionados a operação do sistema, manutenção e informação de segurança;

7.5 A empresa contratada deverá apresentar **Anotação de responsabilidade técnica (ART)** do serviço de instalação no momento da entrega no local.

7.6 O registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) é obrigatório para as empresas que exercem atividades técnicas relacionadas à engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia.

8. DO PRAZO, LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

8.1. PRAZO

8.1.1. Prazo de entrega e instalação de 15 dias a contar da assinatura do contrato.

8.2. LOCAL

8.2.1. O bem deverá ser entregue e instalado nos endereços informados a cada contratação.

8.3. HORÁRIO

8.3.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue e instalado das 08:30 até 11:30 e das 13:30 até 16:00.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1. Cumprir todas as suas obrigações constantes neste Termo de Referência e, ainda:

- a) designar formalmente servidor público municipal para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, quando for o caso;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- f) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

- g) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- h) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido ou serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso;
- f) A empresa deverá oferecer as instituições educativas da cidade de Montenegro, uma tecnologia sustentável com potencial para ser usada como economia financeira e ferramenta de estudo multidisciplinar pautada na educação ambiental, sendo capaz de trazer resíduos orgânicos alimentares e em contrapartida gerar dois subprodutos: energia renovável em forma de biogás e biofertilizante líquido natural.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.3. O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, com fundamento em critérios objetivos, a substituição do profissional indicado pela CONTRATADA, caso não esteja desempenhando ou correspondendo nas funções determinadas.

11.4. O fiscal poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.5. O Gestor e o Fiscal do contrato, e seus suplentes, serão designados em Portaria pela autoridade competente após a fase externa da licitação.

11.5.1 Estão previamente indicados como Gestor do contrato, o Secretário Responsável pela Pasta, e como Suplente, o seu eventual substituto.

11.5.2 Estão previamente indicados como Fiscal do contrato, e seu Suplente, respectivamente, Wesley Antonio Simões e Joice Letícia Lenhardt.

11.5.3 As substituições de Gestores e Fiscais do contrato serão realizadas por apostilamento, as quais será dada a ciência a CONTRATADA mediante envio de e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela CONTRATADA.

11.6. Os pormenores da designação e a forma de atuação dos Gestores e Fiscais do contrato, derivado deste Termo de Referência.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES (NA EMPRESA)

12.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas a execução do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

13. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

13.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

13.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo ser substituídos no prazo definido de até cinco (5) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. Após a entrega, o recebimento provisório deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, que atestará a qualidade do bem ou serviço executado e consequente aceitação. Já o recebimento definitivo deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após o aceite provisório.

13.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, respeitadas as condições estabelecidas no item 2.3. deste Termo de Referência.

13.3.2 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, entregar o objeto, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Montenegro, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

15.2. O Licitante que descumprir injustificadamente as regras do Edital, por sua participação em processo licitatório será penalizado com multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas nos inc. III e IV, do § 1º, art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, de acordo com o art. 156, da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa monetária;
- c) rescisão de contrato;
- d) impedimento do direito de licitar junto ao Município de Montenegro;
- e) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Montenegro.

15.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163, da Lei nº 14.133/2021:

15.6. A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades mencionadas no item 15.5. acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

15.7. Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total corrigido do contrato, por dia de atraso no fornecimento de materiais e serviços, até o limite de 60 dias.

15.8. Ultrapassado o período de tolerância previsto no subitem 15.7, ter-se-á como inexecutado o contrato.

15.9. A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir, comunicado por escrito pela fiscalização ao gestor do contrato.

15.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

15.11. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da mesma Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

15.12. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do § 1º, art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados

15.13. Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

15.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

15.15. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.15.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado.

15.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16. DO PAGAMENTO.

16.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a liquidação ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias.

16.1.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

16.1.2. Os prazos de que tratam os itens 16.1 e 16.2 do deste Termo de Referência poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.1.3. O prazo previsto no item 13.2 para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que tratam os itens 16.1 e 16.2.

16.1.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.1.4.1. Os dados do contrato, do órgão contratante e do contratado;

16.1.4.2. A data da emissão;

16.1.4.3. O prazo de validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

16.1.4.4. O período respectivo de execução do contrato;

16.1.4.5. O valor a pagar;

16.1.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

16.1.4.7. Número da Nota de Empenho;

16.1.4.8. Dados bancários para pagamento;

16.1.4.9. Identificação do Nome e Número do Convênio, quando houver utilização de recurso vinculado via convênio do Estado ou da União.

16.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da liquidação da despesa.

16.2.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.2.1.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.3. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

16.4. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

16.5. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

16.6. A eventual perda das condições de que trata o item 16.5 não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

16.7. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

16.8. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

16.9. É facultada a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.10. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo INPC, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

16.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. DO REAJUSTAMENTO

17.1. Os preços são fixos, porém reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, adotando-se a seguinte regra:

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado pela Administração;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, se houver, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de fornecer os itens contratados, ou não os entregou na qualidade mínima exigida o;
- c) Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a entrega ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.2. A aplicação de descontos/glosas em função do descumprimento de critérios de qualidade, avaliação de resultados e/ou níveis mínimos de serviço exigidos não concorre com a aplicação (concomitante ou não) das sanções administrativas previstas em CONTRATO, inclusive daquelas previstas em função do reiterado descumprimento dos critérios de qualidade dos produtos/serviços, sendo essa uma prerrogativa da Administração.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1. Considerando a natureza e os valores estimados do objeto a ser contratado, será licitado por meio de Pregão a ser definida no processo preliminar, com critério de julgamento Menor Preço nos termos da Lei 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

19.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência.

20. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

20.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF);
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

20.1.1. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

20.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

20.3 O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão de obra, prestação de serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamento e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária imposta ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência.

20.4 A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Termo de referência e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste Termo de Referência;
- b) que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível;
- c) que no caso de exigência, não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas.

20.5 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

() Não (x) Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

1. Ficha Técnica detalhada do biodigestor.
2. Manual de Operação e Manutenção do equipamento.
3. **Certificados de Qualidade (ISO ou outros relevantes), consoante segue a seguir:**

a) Gestão da qualidade — Competência de organismos de avaliação da conformidade — Requisitos gerais: NBR ISO 23590:2022

21. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA - CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

21.1. Para fins de habilitação neste processo, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou Sociedade Limitada – LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de dezembro de 2023;

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

Observação 1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Observação 2. Independente do documento apresentado para cumprimento do disposto nos subitens do item 21.1, o objeto social da LICITANTE deve ser compatível com o objeto do presente certame.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] E [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] E [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] E [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Observação 3: Microempresas, Microempreendedor Individual e/ou Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição (Lei Complementar n.º 123, de 14/12/06).

DECLARAÇÕES

- a) Declaração que nos termos do art. 7º, XXXIII da CF/88, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalhador menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;
- c) Declaração de Inexistência de parentesco firmada pelo representante legal da empresa, nos termos da Lei 14.133/21;
- d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- e) Declaração de que atende os requisitos de habilitação;
- f) Declaração que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH n.º 4/2016 e não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal; do Decreto n.º 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

- g) Declaração que os objetos são fornecidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991;
- h) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações contidas neste Termo de Referência, e seus anexos, e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- i) Declaração que no ano-calendário, ainda não tenha celebrado com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no caso de ME e EPP;

Observação 4: Caso alguma das declarações acima já tenham sido prestadas como condição para participação do certame, não serão exigidas as suas apresentações.

21.2. A apresentação de documentos falsificados ou adulterados acarretará a emissão de declaração de inidoneidade e sujeitará a empresa as penalidades previstas no item 15.

21.3. Os documentos apresentados deverão conter, preferencialmente, assinatura com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

21.4. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

21.4.1. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.5. Os documentos que dependam de prazo de validade e que não contenham esse prazo especificado no próprio corpo, em lei ou neste processo, devem ter sido expedidos em no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data determinada para a entrega da documentação.

21.6 São condições técnicas para a assinatura do contrato:

- a) A empresa contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do serviço de instalação no momento da entrega no local.**

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

22.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 383.550,00, conforme custos unitários e totais apostos em anexo.

22.1.1. Para fins da data-base para o reajustamento previsto no § 7º do art. 25 da Lei n.º 14.1333/2021, o orçamento estimado pela Administração foi realizado na data de 08/04/2025.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

23.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

24.1 Estão vinculados a este Termo de Referência:

- i. Estudo Técnico Preliminar;
- ii. Planilha Orçamentária;
- iii. Orçamentos dos fornecedores
- iv. E-mails
- v. Demais documentos pertinentes

Montenegro, 24 de setembro de 2025.

Lucas Teixeira Ferreira
Assistente Administrativo

Ronei dos Santos Cavalheiro
Secretário da SMMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5129-D79F-E542-AFF0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCAS TEIXEIRA FERREIRA (CPF 014.XXX.XXX-08) em 23/10/2025 15:39:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RONEI DOS SANTOS CAVALHEIRO (CPF 011.XXX.XXX-18) em 23/10/2025 15:57:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://montenegro.1doc.com.br/verificacao/5129-D79F-E542-AFF0>